



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**WILLIAN GUEDES MARTINS DEFENSOR MENEZES**

**GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO: A AGRICULTURA CIENTÍFICA EM  
FORMOSA DO RIO PRETO – BAHIA**

**Salvador**

**2014**

WILLIAN GUEDES MARTINS DEFENSOR MENEZES

**GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO: A AGRICULTURA CIENTÍFICA EM  
FORMOSA DO RIO PRETO – BAHIA**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da Universidade Federal  
da Bahia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria  
Auxiliadora da Silva

Salvador

TERMO DE APROVAÇÃO

*Globalização e Fragmentação: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto - Bahia.*

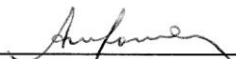
**WILLIAN GUEDES MARTINS DEFENSOR MENEZES**

**BANCA EXAMINADORA**




---

**Dra. Maria Auxiliadora da Silva**  
Doutora em Geografia  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil



---

**Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca**  
Doutor em Geografia  
Departamento de Geografia, UFBA, Brasil



---

**Dr. Antonio Alfredo Teles de Carvalho**  
Doutor em Geografia  
Departamento de Geografia, UNEAL, Brasil

**Aprovada em Sessão Pública de 31/03/2014**

---

M543 Menezes, Willian Guedes Martins Defensor.

Globalização e fragmentação: a agricultura científica em Formosa do Rio Preto – Bahia / Willian Guedes Martins Defensor Menezes.-Salvador, 2014.  
193 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

1. Geografia agrícola – Formosa do Rio Preto (BA). 2. Agricultura – Transferência de tecnologia. 3. Globalização. 4. Espaço agrícola. I. Silva, Maria Auxiliadora da. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU:

911.3:631.14(813.8)

---

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

## AGRADECIMENTOS

Neste espaço, manifesto meus agradecimentos às diversas pessoas e instituições que colaboraram com a presente pesquisa:

À CAPES pela concessão de bolsa de estudos durante o mestrado.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia.

Aos colegas do mestrado e doutorado que compartilharam suas experiências, proporcionando inúmeros momentos de aprendizagem. Aos amigos do Grupo de pesquisa Produção do Espaço Urbano da UFBA (PEU). A Desiree Alves pela ajuda na elaboração dos mapas.

Os amigos macaubenses que residem em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, onde fui acolhido durante as viagens.

Aos amigos pela paciência no convívio durante esta caminhada e um agradecimento muito especial à minha família pela compreensão e apoio, em especial a meu pai, minha mãe, irmã e irmão, sempre presentes em minha vida.

Aos professores que aceitaram o convite para participar da banca examinadora desta dissertação, os professores Antônio Angelo Martins da Fonseca e Antônio Alfredo Teles de Carvalho, com contribuições fundamentais, aos quais sou muito grato, além do professor Rubens Toledo que contribuiu com este trabalho no seu projeto de qualificação. Também sou grato a meu orientador da graduação, professor Clímaco Dias, que continua contribuindo na minha formação acadêmica, sempre ajudando quando solicitado e não foi diferente neste trabalho. Também sou muito grato à minha professora Maria Auxiliadora da Silva por orientar este trabalho, sempre trabalhando para o crescimento intelectual dos seus orientandos, e por sua dedicação à Universidade Federal da Bahia.

A todos aqueles que ajudaram direta e indiretamente na realização deste trabalho, como os habitantes do município de Formosa do Rio Preto. Em

especial a todos aqueles que contribuíram através das entrevistas, dentre eles os senhores Gerson Bonfanti, Ivanir Maia, Oséas, Zé Roberto, Soethe e os agricultores dos gerais do Rio Preto, reservando tempo para dialogar e assim motivar a pesquisa.

## RESUMO

A abordagem sobre o atual processo de fragmentação das sociedades e dos territórios diz respeito à emergência do período técnico-científico-informacional. O objetivo deste estudo é compreender a natureza e o significado da fragmentação no município de Formosa do Rio Preto, localizado no estado da Bahia, em decorrência da introdução de uma agricultura científica globalizada. Para tanto, adota-se como referencial teórico a concepção do espaço geográfico compreendido como sinônimo de *território usado*, teorizado por Santos et al (2000), composto pelos recortes das horizontalidades e das verticalidades. A partir dessa composição e subdivisão do espaço, decidiu-se analisar a fragmentação tendo em vista três aspectos principais que possibilitaram chegar à sua natureza e a seu significado: (1) a reestruturação produtiva da agricultura em Formosa do Rio Preto; (2) a inserção de Formosa do Rio Preto na divisão territorial do trabalho; e (3) o uso do território pelos agentes hegemônicos da agricultura científica globalizada. Os procedimentos metodológicos foram pautados em entrevistas semiestruturadas em diversos grupos, como o de agricultores, tanto da agricultura moderna quanto da tradicional, empresários, políticos, técnicos de diversos órgãos e associações do município estudado e da região. Observou-se que a modernização atual da agricultura, proveniente de um período marcado pela globalização, produz um arranjo organizacional que responde por fragmentações ao desarticular as antigas solidariedades orgânicas, como as ocorridas no espaço agrícola e na relação entre campo e cidade, no município de Formosa do Rio Preto, concomitante com a criação de solidariedades organizacionais.

**Palavras-chave:** fragmentação, globalização, agricultura científica globalizada, verticalidades, horizontalidades.

## ABSTRACT

The approach about the new process of fragmentation of the society and territories shows the emergence of techno-scientific-informational period. The objective of this study is to understand the nature and the meaning of the fragmentation in Formosa do Rio Preto, a small city in Bahia, consequence of the introduction of a global scientific agriculture. To that, the theoretical background was based on the understanding of the geographic space as synonym for used territory, which consists in snips of horizontality and verticality. From this composition and subdivision of the space, it was decided to analyze the fragmentation using three main aspects that enable get up to its nature and meaning: (1) the productive restructuring of agriculture in Formosa do Rio Preto; (2) the introduction of Formosa do Rio Preto in the territorial division of labor and (3) the use of the territory by hegemonic agents of global scientific agriculture. The methodological procedures were based on interviews divided in several groups, as farmers from both the modern and traditional agriculture, businessmen, politics, technicians of several associations and bodies of the city and region studied in that study. It was observed that the modernization of agriculture, from the period marked for globalization, produces an organizational arrangement that answers for fragmentations when disarticulates the old organic solidarity, as occurred in the agricultural space and in the rural-urban relationship in the city of Formosa do Rio Preto, at the same time, the creation of organizational solidarity.

**Keywords:** fragmentation, globalization, global scientific agriculture, verticality, horizontality.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Formosa do Rio Preto (Bahia) .....	25
Figura 2 – Imóveis certificados pelo INCRA. ....	69
Figura 3 – Agricultura tradicional na comunidade de Cacimbinha, nos gerais de Formosa do Rio Preto, e agricultura científica próxima à vila Panambi, nos chapadões de Formosa do Rio Preto. ....	87
Figura 4 – Ocupação da agricultura científica globalizada no município de Formosa do Rio Preto .....	88
Figura 5 – Número de estabelecimentos com tratores de potência acima de 100 cavalos.....	90
Figura 6 – Número de tratores com potência acima de 100 cavalos. ....	91
Figura 7 – Sub-regiões do agronegócio de Formosa do Rio Preto .....	96
Figura 8 – Loja da Gaúcha Agrícola, em Formosa do Rio Preto, e Loja da Agrosul, em Luís Eduardo Magalhães, representante regional da Multinacional John Deere .....	105
Figura 9 – Empresa Case em Luís Eduardo Magalhães .....	106
Figura 10 – Loja da Jaraguá, representante da multinacional New Holland em Luís Eduardo Magalhães .....	107
Figura 11 – Participação dos municípios baianos na produção agrícola estadual 2012.....	110
Figura 12 – PIBs municipais em 2005 e 2011 .....	113
Figura 13 – Valores adicionais ao PIB por setor (ano 2011) nos municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.....	113
Figura 14 – Valores adicionais ao PIB por setor em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, anos 2005 e 2011. ....	114
Figura 15 – Comparativo entre as cidade de Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto .....	116
Figura 16 – Unidade da Bunge Coaceral em Formosa do Rio Preto .....	125
Figura 17 – Unidade Cargill Coaceral em Formosa do Rio Preto .....	127
Figura 18 – Rodoagro, proposta da Aiba.....	139
Figura 19 – Projeto da rodoagro e projeto de Formosa do Rio Preto para novas rodovias (acessos previstos).....	148
Figura 20 – Geraizeiros coletando caju nativo em área onde está localizada a guarita da Fazenda Estrondo. ....	153

Figura 21 – O avanço da agricultura científica globalizada nos territórios geraizeiros. ....	160
Figura 22 – Vales, áreas acidentadas e chapadas, áreas de topografia mais plana. ....	161
Figura 23 – Geraizeiros saindo da cidade de Formosa do Rio Preto em direção aos gerais. ....	164
Figura 24 – Localização da Vila Panambi .....	166
Figura 25 – Vila Panambi: desigualdades entre os moradores.....	168
Figura 26 – Posto de Saúde na Vila Panambi .....	170
Figura 27 – Escola Cooperativa Chapadão. Localizada na Vila Panambi .....	171
Figura 28 – Cidade de Formosa do Rio Preto .....	175
Figura 29 – Comercialização de frutas e verduras nas ruas de Formosa do Rio Preto. ....	181

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção agrícola em Formosa do Rio Preto, 2012 .....	84
Tabela 2 – Agricultura científica globalizada e agricultura tradicional.....	86
Tabela 3 – Valor das maiores produções agrícolas em 2012.....	94
Tabela 4 – Evolução populacional em Formosa do Rio Preto (1970-2010) .....	99
Tabela 5 – Produção agrícola municipal (2012) .....	102
Tabela 6 – Realização do consumo produtivo do campo moderno de Formosa do Rio Preto .....	103
Tabela 7 – Realização do consumo consuntivo do campo moderno de Formosa do Rio Preto .....	107
Tabela 8 – Empresas e outras organizações nos municípios no ano de 2011 .....	108
Tabela 9 – PIB e variações adicionais em 2011 (em 1000 reais). .....	112
Tabela 10 – Movimentação de aeronaves.....	117
Tabela 11 – Principais culturas da agricultura tradicional em Formosa do Rio Preto .....	153
Tabela 12 – Realização do consumo consuntivo da família * (12 entrevistados) .....	169
Tabela 13 – Realização do atendimento à saúde* .....	169

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AIBA** - Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia

**APROCHAMA** - Associação dos Produtores da Chapada da Mangabeira

**CAIs** – Complexos Agroindustriais

**CAMPO** - Companhia de Promoções Agrícolas

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CNA** - Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil

**COACERAL** - Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central Ltda

**CODEVASF** - Companhia de Desenvolvimento dos Vale do São Francisco e do Paraíba

**CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento

**CPA** - Companhia de Produção Agrícola

**DERBA** – Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**EBDA** - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S. A.

**FAEB** - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INEMA** - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

**JICA** - Japan Internacional Cooperation Agency

**LEM** – Luís Eduardo Magalhães

**PADAP** - Programa de Assentamento do Alto Parnaíba

**PIB** – Produto Interno Bruto

**POLOCENTRO** - Programa de Desenvolvimento do Cerrado

**PRODECER** - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado

**PRONAF** - Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar

**REGIC** – Regiões de Influência das Cidades

**SEI** – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

**STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**SUDENE** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>17</b>
1.1 Justificativa .....	25
1.2 Objetivos da pesquisa.....	27
1.2.1 Objetivo geral .....	27
1.2.1 Objetivos específicos.....	28
1.3 Referencial teórico-conceitual .....	28
1.3 Procedimentos metodológicos .....	39
<b>2. Agricultura científica globalizada no espaço-tempo: do espaço nacional a Formosa do Rio Preto .....</b>	<b>44</b>
2.1 A Dimensão temporal e o espaço geográfico.....	44
2.2 A moderna agricultura do país .....	48
2.3 A modernização dos cerrados brasileiros .....	53
2.4 Processo de ocupação e usos do território dos cerrados baianos.....	57
2.5 Formosa do Rio Preto e os meios geográficos: do natural ao técnico-científico-informacional .....	69
<b>3. A agricultura científica globalizada em Formosa do Rio Preto: a fragmentação do espaço agrícola e a alienação do território.....</b>	<b>79</b>
3.1 Reestruturação produtiva da agropecuária em Formosa do Rio Preto... ..	80
3.1.1 Agricultura científica globalizada e agricultura tradicional .....	83
3.1.2 As sub-regiões do agronegócio de Formosa do Rio Preto .....	93
3.2 Formosa do Rio Preto na divisão territorial do trabalho dos cerrados baianos .....	96
3.3 Agentes hegemônicos e o uso corporativo do território: considerações sobre a Bunge e a Cargill em Formosa do Rio Preto .....	119
3.4 A formação de um arranjo organizacional nos cerrados baianos como fator de fragmentação em Formosa do Rio Preto .....	128
<b>4. Natureza e significado da fragmentação em Formosa do Rio Preto .</b>	<b>131</b>
4.1 Associações setoriais, sindicatos e órgãos públicos num espaço agrícola fragmentado .....	132
4.2 Rodoagro e a fragmentação do território e da sociedade.....	135
4.3 Agricultura científica globalizada e a fragmentação dos territórios geraizeiros .....	150

4.4 Entre verticalidade e horizontalidades surge a Vila Panambi .....	164
4.5 A cidade de Formosa do Rio Preto diante do campo moderno .....	174
<b>5. Conclusão .....</b>	<b>182</b>
<b>Referências.....</b>	<b>187</b>

**“É melhor fazer a nação por intermédio do seu território,  
porque nele tudo o que é vida está representado.”**

**Milton Santos (2003, p. 87).**



## 1. INTRODUÇÃO

A história pode ser dividida e entendida como uma sucessão de épocas, cada uma com sua própria marca. Para Santos<sup>1</sup>, “a marca de cada época é dada [...] por dois fatores, que são na realidade inseparáveis: um é o estado da técnica, o outro é o estado da política”. A relação entre técnica e política é a base do esquema teórico proposto por Santos (2006, 2008, 2008b). Nessa relação, o autor busca atingir a totalidade social a partir da ciência geográfica, que, por conseguinte, tenta entender a técnica como fenômeno. O plano teórico-metodológico que permite à geografia entender o casamento entre técnica e política passa por considerar o espaço geográfico como sinônimo de *território usado* (SANTOS & SILVEIRA, 2005).

Pela primeira vez na história, a técnica e a política se tornam planetárias, assim como os atores hegemônicos. É esse fenômeno planetário, é essa nova forma de relação entre a técnica e a política que vai originar a globalização, cujo papel é central. O período atual se forma a partir da segunda metade do século XX, trazendo consigo profundas mudanças para a humanidade. Pode-se falar em uma *aceleração contemporânea* (SANTOS, 2008, p. 28), o que implica, grosso modo, o acréscimo de “novos itens à história”.

O autor mostra que a aceleração contemporânea representa mais do que novos tempos no transporte de mercadorias, pessoas e informação, ou seja, ela é mais do que a velocidade *stricto sensu*, pois significa também outros acréscimos: o uso de novas fontes de energia; a expansão demográfica; a explosão urbana e a do consumo; o crescimento do número de objetos e da informação. Entretanto, a causa de muitos acontecimento é a evolução do conhecimento, o que significa dizer que a informação é o recurso prioritário do atual período.

O Brasil passa a se constituir num sofisticado laboratório para a ciência geográfica, pois agrega várias dessas mudanças, do que resultou, conseqüentemente, uma reorganização do seu território. No que se refere ao

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida por Milton Santos em 2001. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/o-novo-nao-se-inventa-descobre/>>. Acessado em 21/11/2013.

presente estudo, observa-se, no país, uma *reestruturação produtiva da agropecuária*, responsável pela difusão de um novo modelo econômico de produção agrícola, associado ao avanço do capitalismo no campo, como afirma Elias (2007). A reestruturação produtiva da agropecuária é fruto das marcas da época atual e responsável pela formação de um campo moderno.

A globalização da economia culminou numa agricultura científica globalizada (SANTOS, 2003 e ELIAS, 2006), alterando substancialmente o campo brasileiro e privilegiando poderosos grupos econômicos. Agora, o mercado é comandado por grandes firmas (multinacionais) que controlam o processo agroindustrial. A consequência foi a expansão de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006), preferencialmente nos espaços mais rentáveis e menos resistentes aos fluxos e fixos hegemônicos. É o caso de parte do campo, onde possui menos rugosidades, como bem explica Santos (2006). No entanto, a modernização do espaço agrícola brasileiro ocorreu com prejuízos para a sociedade, a organização do território e com graves consequências ambientais. Assim,

A reestruturação da agropecuária brasileira processou-se de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva [...], privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentadas pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo. (ELIAS, 2006, p. 31).

A globalização imposta pelos agentes hegemônicos não prega a cooperação fraterna entre as pessoas ou entre os lugares, mas um sistema baseado na dominação e na hierarquização, o que resulta em desigualdade e fragmentação da sociedade e do território. O período atual é, portanto, produtor de conflitos e baseado neles. “Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói”, afirma Santos (2008, p. 33). Parafraseando o autor, o que globaliza fragmenta. Assim, a constatação de tal fato traz novas questões para a geografia. Ou seja, no período atual, sobre a sociedade e o território incidem tanto a globalização como um conseqüente processo de fragmentação.

O processo de globalização, do qual a geografia brasileira foi pioneira em sua análise<sup>2</sup>, deve ser abordado com prudência, pois sobre ele paira muita ambiguidade, conforme alerta Harvey (2009), Castells (1991), Benko (2002) e Santos (2003). Harvey (2009, p. 88) entende “o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual”. Já Santos (2008, p. 4) afirma que “a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos”. A presente pesquisa comunga com essas visões sobre o processo de globalização.

A globalização é, portanto, produtora de desigualdade, conforme atestam esses autores. O presente estudo, ao tratar do processo de globalização e fragmentação, está se reportando a uma geografia da desigualdade, tal como expôs Souza (2002, p. 21): “os processos de globalização e fragmentação implicam territórios diversos que se constituem [...] em geografias da desigualdade”. Assim, o uso que se fará aqui da palavra fragmentação remete às desigualdades provocadas pelo processo de globalização.

Fragmentar significa quebrar, partir em pedaços<sup>3</sup>, levando à ruptura, à separação. A fragmentação, na perspectiva deste estudo, tal como é pensada por Castro (2013, p. 43), “se dá como resultado de alguma forma de impacto não esperado, daí o sentido de reduzir a fragmentos, quebrar-se, ou seja, a fragmentação, de modo geral, desarticula e desorganiza”. A autora argumenta que, na geografia política<sup>4</sup>, a fragmentação é de uso bem mais recente do que o fenômeno da divisão. Ao fazer essa delimitação semântica, evita-se incorrer nos erros apontados por Castro (2013)<sup>5</sup>.

Haesbaert (2013) também alerta para a necessidade de qualificação do termo fragmentação, em virtude de sua ambiguidade e polisemia. Este autor afirma que

---

<sup>2</sup> “A geografia brasileira foi, certamente, a primeira a se aperceber da relação entre essa grande mudança histórica – a globalização – e a necessidade profunda de se atribuírem novos fundamentos filosóficos e epistemológicos.” Santos (2002 p. 100). Ao longo do texto, será exposta nossa concepção sobre a globalização.

<sup>3</sup> De acordo com o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, FERREIRA (1986), fragmentar é “reduzir a fragmentos, partir em pedaços; dividir, fracionar. P. 2. Fazer-se em fragmentos; quebrar-se”.

<sup>4</sup> O termo “geografia política é usado pela autora. Em nossa concepção é uma redundância, na medida que a geografia já pressupõe a política.

<sup>5</sup> O tópico 1.3 *Referencial teórico-metodológico* retornará à discussão sobre globalização e fragmentação.

fragmentação não pode ser visto como sinônimo de heterogeneização e nem diferenciação, como é utilizada por alguns. Assim, o mesmo propõe a fragmentação como analogia a segmentação, a fracionamento. Haesbaert (2013) crê que seja interessante a proposta de Santos (2003) sobre a fragmentação. No exame de Santos (2003), a compartimentação atual se apresenta como fragmentação. Nas palavras do autor, “a compartimentação atual distingue-se daquela do passado e frequentemente se dá como fragmentação” (2003, p. 81).

Definido o entendimento sobre o processo de globalização e de fragmentação, parte-se agora para o movimento que produz a fragmentação e sua relação com a agricultura moderna e o território no Brasil. Para tanto, recorreu-se a Santos (2003):

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto. A agricultura moderna, cientifizada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e a fragmentação atuais do território. (SANTOS, 2003, p. 80).

Dessa forma, a agricultura moderna é exemplo da imbricação entre globalização e fragmentação. E não foi diferente nos cerrados do Oeste da Bahia. Analisando essa região, Clóvis C. M. Santos (2007, p. 34) fala dos poucos registros e da pequena divulgação sobre o caráter do processo econômico que acometeu a região a partir da década de 1980, baseado em “características excludentes e desiguais que possibilitam forte concentração da renda e da produção regional em duas grandes empresas e com uma situação fundiária que permanece desigual”.

Nesse sentido, singular para esta pesquisa é o caso de Formosa do Rio Preto, na Bahia, município situado nesses mesmos cerrados. Ali, campo e cidade são acometidos por fragmentações resultantes da formação de um arranjo organizacional ligado à agricultura científica globalizada. Dessa maneira, o propósito ou objetivo desta pesquisa é identificar e analisar tais fragmentações sobre a

sociedade e o território. É um arranjo organizacional com abrangência regional, onde são desfeitas as antigas sinergias em prol de novas, como explica Santos (2006):

Na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição. (SANTOS, 2006, p. 285).

A proposta será compreender como esses processos acontecem no âmbito do município em questão, que não é um espaço isolado, mas uma parte do mundo. Ao mesmo tempo, essa parte é também representativa do todo. Por esse motivo, será importante o trabalho de escala, envolvendo município, região, nação e mundo.

Com relação ao município, a reestruturação produtiva da agricultura inicia-se em fins da década de 1970 e início da década de 1980. Formosa do Rio Preto é o maior município em área da Bahia, com 16.303,864 Km<sup>2</sup>, e está localizado no extremo oeste do estado, fazendo divisa com os estados de Tocantins e Piauí, conforme está apresentado no mapa da Figura 1. A população estimada em 2013 para o município é de 24.799 habitantes, bem distante da previsão para o mesmo ano nos dois principais centros urbanos da região: Barreiras, 150.896, e Luís Eduardo Magalhães, 70.061<sup>6</sup> habitantes. A pequena cidade de Formosa do Rio Preto contrasta com a produção agrícola do município, que é o maior produtor de soja do Nordeste brasileiro, quinto do Brasil, e a sexta maior renda agrícola do país. Esses dados são sintomáticos de novas relações entre campo e cidade e da composição regional diante de uma economia globalizada.

As transformações aqui estudadas sobre Formosa do Rio Preto estão relacionadas a outras escalas, inclusive a regional, haja vista que a reestruturação aqui citada também é contemporânea nos demais municípios dos cerrados baianos

---

<sup>6</sup> Dados do IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=29&search=bahia> Acesso em: 18/12/2013.

(além dos sul do Piauí e do Maranhão e Tocantins). Os cerrados do Oeste da Bahia<sup>7</sup> foram pioneiros na produção de soja no Nordeste brasileiro, rompendo, conseqüentemente, tradições, produzindo um espaço altamente tecnificado e alterando substancialmente a sociedade e o seu território.

A análise e a identificação de fragmentações no município será conduzida a partir de três aspectos principais: (1) a reestruturação produtiva da agricultura em Formosa do Rio Preto; (2) a inserção de Formosa do Rio Preto na divisão territorial do trabalho; e (3) o uso do território pelos agentes hegemônicos da agricultura científica globalizada.

O primeiro aspecto abordado corresponde à reestruturação produtiva ocorrida na agricultura do município de Formosa do Rio Preto. A análise parte da existência de duas lógicas no espaço agrícola local: a primeira corresponde à agricultura científica globalizada, localizada basicamente nas chapadas do município; e a segunda se orienta pela manutenção de uma agricultura de cunho tradicional, localizada predominante nos vales. A ideia é caracterizar essas duas lógicas agrícolas e compreender a relação que ambas mantêm entre si e com as cidades próximas, bem como as relações entre campo e cidade. Trabalhos como o de Elias (2003) demonstram como a modernização do campo brasileiro, nas últimas décadas, pôde implicar fragmentação. Assim, “formam-se vários diferentes **arranjos territoriais produtivos**, a culminar num espaço agrícola extremamente fragmentado. A fragmentação dos espaços agrícolas aumenta a diferenciação na lógica de sua organização” (ELIAS, 2003, p. 10, grifo da autora) .

O segundo aspecto é inspirado na proposta de estudo sugerida por Corrêa (2006). Nossa proposta busca entender o papel da cidade de Formosa do Rio Preto

---

<sup>7</sup>As denominações Oeste da Bahia e Oeste Baiano remetem a uma determinada porção do estado da Bahia e são utilizadas por diferentes órgãos e agentes das esferas pública e privada e pela população em geral. Assim, essa área pode sofrer diferentes recortes espaciais (com mais ou menos municípios), por conta dos diferentes contornos propostos para essa região. Como bem mencionam Guerreiro de Freitas (1999), apud Santos C. (2000), até a primeira metade do século XX não há compatibilidade e nem sustentação histórica para o uso dessas expressões: “... tanto a designação quanto os contornos da hoje chamada Região Oeste do Estado da Bahia [...] visto que o chamado Oeste fazia parte de uma região que podia ser denominada de Sertão do Rio São Francisco” (SANTOS, C. 2000, p. 32). Não é nosso interesse adentrar nessa definição. Contudo, dentre essas classificações, há uma do governo do Estado da Bahia, que dividiu o estado em regiões econômicas na década de 1990 e, dentre elas, foi criada a Região Econômica do Oeste, sendo essa classificação, de certa forma, ainda utilizada, apesar da divisão mais recente do estado da Bahia em Territórios de Identidade, proposta pelo atual governo estadual e adotada em parte por ele próprio.

bem como a inserção de seu espaço agrícola diante da emergência de uma agricultura globalizada. O caminho será a descrição e a compreensão de Formosa do Rio Preto diante da divisão territorial do trabalho. Já o terceiro aspecto prioriza uma discussão sobre o papel dos agentes hegemônicos na organização espacial do município. Observando a trajetória da agricultura moderna nos cerrados baianos, o que se verifica é um controle do processo da produção em si e um crescente domínio da circulação da produção agrícola e seu processamento por parte das grandes firmas, um movimento que orienta a organização do espaço regional. Nesse sentido, Corrêa lembra que:

A rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. (CORRÊA, 2006, p. 27).

A análise destes três aspectos orienta o entendimento da formação de um arranjo organizacional sobre os cerrados baianos, onde está inserido Formosa do Rio Preto, que por conseguinte responde pela fragmentação do espaço agrícola do município. Por fim, a natureza e significado desta fragmentação será estudada no quarto capítulo.

Por um lado, a presente abordagem deve ter em vista sempre o todo, sempre o funcionamento do mundo atual, já que se fala aqui de globalização. Apesar de a pesquisa delimitar claramente que a área de estudo é o município de Formosa do Rio Preto, o fato de estudar as implicações da globalização (nesse caso, através da agricultura moderna) requer uma busca pela totalidade, conforme aponta Kosik (2011). Por outro lado, o propósito da busca pelo todo enseja uma maior fidedignidade ao trabalho, sendo que a geografia fornece o instrumento necessário para tal empreitada, ou seja, o recurso da escala. Por isso, a apresentação das escalas local, regionais e global.

Nessa perspectiva, o porposto é refletir sobre o objeto geográfico da mesma forma que pensou Insnard (1982, p.40 apud CATAIA 2003, p. 400), na qual "... o próprio método geográfico consiste em partir, não da sociedade para atingir o espaço, mas do espaço para atingir a sociedade, exatamente da mesma maneira

como compreender o autor através de sua obra”, pois “o espaço não é reflexo da sociedade, é sua expressão (CASTELLS, 1999, p. 435). Alcançar um estudo geográfico autêntico e uma ciência como uma forma unitária só será possível na medida em que os métodos tenham tal orientação.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro corresponde à introdução, com os seguintes tópicos: justificativa, objetivos, referencial teórico-conceitual e procedimentos metodológicos. O caráter didático do primeiro capítulo teve inspiração no projeto de pesquisa, cujo propósito foi apresentar, de uma forma clara, ao leitor qual a nossa filiação teórica, o objeto de pesquisa e como foi a articulação metodológica do estudo. No segundo capítulo, através de uma relação tempo–espaço, investigam-se as causas e transformações da modernização da agricultura brasileira, passando por breves históricos sobre as ocupações dos cerrados, para que se chegue à compreensão da situação do município de Formosa do Rio Preto. Já no terceiro capítulo, são apresentados os principais aspectos pelos quais são gestados os processos de fragmentação. No quarto capítulo, são discutidos processos de fragmentação resultantes no município de Formosa do Rio Preto. Por fim, o trabalho é finalizado com a conclusão, no quinto capítulo.



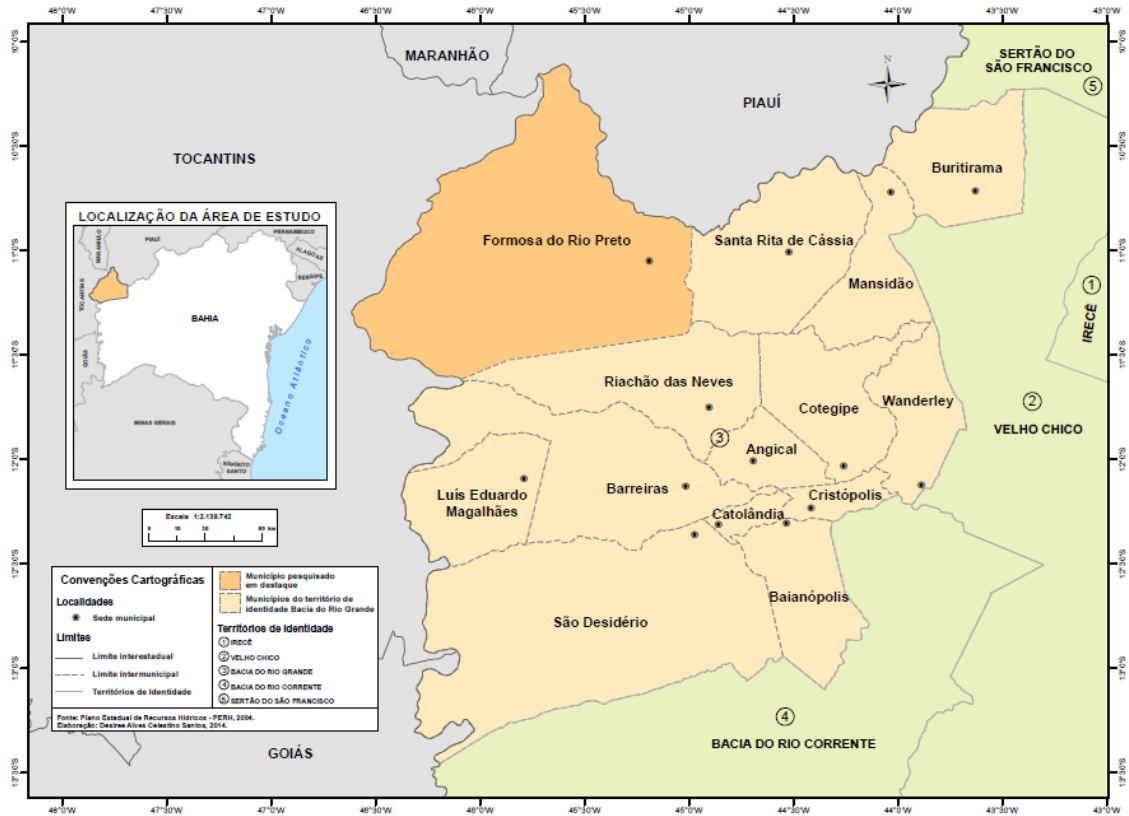


Figura 1 – Localização do município de Formosa do Rio Preto (Bahia)

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), 2004.

## 1.1 JUSTIFICATIVA

De todos os biomas sul-americanos, os cerrados ocupam a segunda maior área, só atrás do amazônico. De acordo com Lima & Silva (2002, apud TOMASONI 2008, p. 181), os cerrados ocupam 24% do território brasileiro e contribuem para o equilíbrio de seis grandes bacias hidrográficas brasileiras (São Francisco, Tocantins, Amazônica, Atlântica Norte/Nordeste, Paraguai/Paraná e pequena porção da bacia do Atlântico Leste). Dados do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2013) ressaltam que, dos mais de 2.000.000 km<sup>2</sup> de cerrados, praticamente a metade já tinha desaparecido em 2009, por conta do desmatamento.

Preocupado com o processo de modernização recente do Brasil Central, que atingiu diretamente o domínio dos cerrados, Ab' Sáber (2005, p. 116-117) acredita na necessidade de se pensar a evolução recente desse espaço, a fim de ser “útil ao conhecimento científico e, quiçá, ao esforço de preservação dos fluxos vivos da natureza regional”. Conclui afirmando a “necessidade de um zoneamento regional

do domínio dos cerrados dirigido para uma política pública de indução ao equilíbrio entre o uso do espaço e a defesa integrada da natureza”.

Também incluso nesta lógica do Brasil Central estão os cerrados do Oeste Baiano, com seus 152.202 Km<sup>2</sup>, o que representa 27% do estado da Bahia (VALE; REIS, 2012, p. 230). Localizada nessa porção, Formosa do Rio Preto também é o maior município em área do estado da Bahia, com seus 16.303,864 km<sup>2</sup> (IBGE, 2013). A introdução e o desenvolvimento da agricultura científica globalizada é responsável por uma reestruturação produtiva agrícola no município. Dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, de 2012) colocam Formosa do Rio Preto como o maior produtor de soja do Norte e Nordeste do Brasil, com a sexta maior renda agrícola do país (IBGE, 2013).

Ocorrida ao longo da segunda metade do século XX, a modernização do espaço agrícola brasileiro é objeto de diversos estudos nas ciências humanas e naturais. Dentre eles, há uma vasta bibliografia na geografia. Com relação aos cerrados baianos, há trabalhos que abordaram a temática, como os de Santos Filho (1989), Haesbaert (1997), Santos, C. (2000), Santos, C. (2007) e Ilario (2011). Regionalmente, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães concentram as atenções, por constituírem, dentre outros aspectos, os dois principais centros urbanos dos cerrados baianos, o que também se reflete na produção científica. Importantes estudos foram desenvolvidos abordando esses centros urbanos, como os de Vieira (2007) e Filho (2012) ao analisar Luís Eduardo Magalhães.

Ademais, há questões relevantes em municípios como Formosa do Rio Preto, uma das maiores rendas agrícolas do país. Projetos de infraestrutura e investimentos na modernização da atividade agrícola fazem avançar o capitalismo no campo, o que, por sua vez, transforma essas áreas em novos desafios para os estudos geográficos. Por outro lado, a bibliografia sobre essa temática, voltada para esse município, é pequena. Em consulta ao banco de tese e dissertações no portal da CAPES<sup>8</sup>, observa-se que não há trabalhos sobre as dinâmicas recentes do município de Formosa do Rio Preto.

Na perspectiva teórica de sucessão dos meios geográfico, apresentada por Santos (2006), pode-se afirmar que Formosa do Rio Preto, a partir da reestruturação produtiva de sua agropecuária, apresenta transformações em seu território e sua

---

<sup>8</sup> Pesquisa realizada em 26/09/2013, disponível em < <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>.

sociedade que permitem falar em outro uso do território que não os anteriores, ou seja, um novo espaço geográfico.

A agricultura científica globalizada transformou substantivamente os cerrados brasileiros, em particular os do oeste da Bahia. As solidariedades orgânicas cedem lugar às organizacionais, o que implica novos cimentos para a composição de novos arranjos organizacionais sobre a antiga concepção de região<sup>9</sup>. A composição intraregional está longe de uma coalescência harmoniosa e homogênea, pois, em verdade, é caracterizada por cooperações e conflitos. Como exemplos, citam-se urbes que se diferenciam tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, e mesmo a produção agrícola em si, assume valores distintos em cada município.

Nos cerrados baianos, onde a divisão territorial do trabalho está pautada na especialização produtiva, criam-se questões relevantes. Apesar da lógica organizacional atuar sobre os diferentes municípios, cada cidade assume diferentes papéis nos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação, como é o caso de Formosa do Rio Preto diante das outras cidades da região. Essas novas dinâmicas parecem pautar “lugares que produzem massa e lugares que produzem fluxos” (CASTILHO, 2011, p. 338).

Diante do exposto, cabe acreditar que esta pesquisa possui cientificidade, atendendo àqueles quatro requisitos do que fala Eco (2010)<sup>10</sup> e, conseqüentemente, tem relevância tanto acadêmica quanto social.

## **1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA**

### **1.2.1 OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a modernização do espaço agrícola de Formosa do Rio Preto a partir de fins da década de 1970 e início de 1980, buscando compreender de que forma a globalização – representada pela

---

<sup>9</sup> Ver Elias (2011) e Castillo (2011)

<sup>10</sup> (1) “O estudo debruça-se sobre um objeto reconhecível e definido de tal maneira que seja reconhecível igualmente pelos outros [...] (2) O estudo deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse [...] (3) O estudo deve ser útil aos demais [...] (4) O estudo deve fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas e, portanto, para uma continuidade pública” (ECO, 2010 p. 21-23).

formação de um arranjo organizacional da agricultura científica globalizada – fragmenta sociedade e território desse município, localizado no Oeste da Bahia.

### **1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Segundo Lakatos & Marconi (1992, p. 102), “os objetivos específicos apresentam carácter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral, e, de outro, aplicar este a situações particulares”. Nesse sentido, ficam assim estruturados os objetivos específicos:

- Analisar o processo de ocupação e uso do território no município de Formosa do Rio Preto, visando a identificar sua influência sobre seus processos de modernização e fragmentação do espaço agrícola.
- Identificar os principais agentes responsáveis pela reorganização do território de Formosa do Rio Preto, com a introdução da agricultura científica globalizada.
- Identificar processos de fragmentação sobre o campo de Formosa do Rio Preto em decorrência da difusão de uma agricultura científica globalizada.
- Compreender a intermediação do fenômeno técnico a partir da relação entre espaço e tempo no processo de fragmentação em Formosa do Rio Preto.
- Analisar as principais transformações e características do espaço agrícola onde predomina a agricultura científica globalizada em Formosa do Rio Preto.

### **1.3 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL**

Nas palavras de Corrêa (2006, p. 43), “a realidade é sempre mais rica que as nossas teorias”. Assim, a riqueza da realidade se apresenta nas “diferentes singularidades através das quais a totalidade social se manifesta”. Trabalhar com a questão da fragmentação em Formosa do Rio Preto em decorrência de processos globalizantes é, sobretudo, mergulhar na realidade daquele espaço. Certamente um caminho necessário.

A ciência geográfica, diante da realidade posta pelo atual período histórico, constitui uma privilegiada via analítica no caminho apontado pela imbricação da

globalização com a fragmentação. Sobre essa capacidade analítica e conceitual da geografia diante do presente período e, conseqüentemente, sua utilização neste trabalho, partiremos pela proposta apresentada por Santos et al. (2000).

Considerar o papel transformador da geografia, atribuindo-lhe esse poder de análise e de munir os geógrafos com capacidade de intervir na sociedade, extirpando suas simplificações, é possível quando se compreende “o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como *território usado*, e este é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social nas novas ações humanas.” (SANTOS et al., 2000, p. 2). Entender o espaço geográfico como *território usado* é trilhar um caminho que possa levar em conta a realidade, aproximando-se daquela anteriormente expressa por Corrêa (2006), pois, assim, serão considerados todos os atores e a totalidade social.

É nessa concepção de geografia que a presente proposta de estudo está pautada, tal como é proposto por Santos et al. (2000), Santos e Silveira (2005), Souza (2003), Ribeiro (2003), Toledo Jr. (2003) e Cataia (2003), dentre outros. É um processo de mão dupla: na medida em que se considera o *território usado* como espaço geográfico, a própria realidade apresenta, conseqüentemente, o objeto de pesquisa, o tema para a análise, conforme explica Santos et al. (2000, p. 3).

Expor aqui a concepção deste estudo sobre espaço geográfico é determinante para o referencial teórico. Conforme alerta Santos (2000), a correta conceituação do que seja a geografia e seu objeto de estudo implica a utilização dos instrumentos analíticos adequados à compreensão da realidade. Santos et al. (2000, p. 1) explicam que: “o papel atribuído à geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituamos a disciplina e seu objeto”.

Uma primeira coisa é distinguir que território e *território usado* são conceitos distintos. Sobre essa distinção, Santos (1994, p. 16) explica que, “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Portanto, é essa categoria que permite alcançar a totalidade nos estudos geográficos, pois o *território usado* é o espaço de todos, aquele espaço banal proposto por François Perroux, apud Santos (2003). É o espaço onde se

encontram todos os agentes, propiciando uma aproximação do pesquisador com complexa realidade, vista em seu processo. Para Santos (2000, p. 12): “O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso”.

Conforme aponta Ribeiro (2003), essa proposta “busca a superação teórica e política de análises do território que se restringiram a reconhecer os seus usos, sem articulá-los à práxis”. Agindo assim, a proposta de análise ressalta o caráter político que há no espaço geográfico.

A categoria *território usado* é, portanto, sinônimo de espaço geográfico, conjugando tanto a materialidade, incluindo tanto a natureza e os sistemas de engenharia quanto a ação humana. A relação entre materialidade e ação humana é um privilégio metodológico da geografia, o que abre uma possibilidade de compreender empiricamente a realidade. Nessa conceituação, o trabalho e a política estão presentes, pois eles são ação e materialidade, o que demonstra a ênfase nas práticas sociais nessa proposta analítica. Sobre essa mediação territorial, Ribeiro (2003) esclarece:

O território usado, na perspectiva da dialética criadora entre sistema técnico e sistema de ação, constitui, na obra de Milton Santos, uma configuração espessa de mediações (materiais e imateriais) que concretiza o agir político. O território é usado e praticado. (RIBEIRO, 2003, p. 37).

A autora acredita que a revalorização analítica do território, na obra de Milton Santos, está relacionada com a mediação do território entre a teoria crítica do espaço e a ação política. Para Ribeiro (2003), essa mediação do território constitui uma “ponte” que teria uma dupla face. Na primeira, com ênfase no poder, o território é entendido como fato e condição, que manifesta e condiciona o exercício do poder. A outra face enfatiza a problemática em torno da ação, a valorização da dialética entre sistema técnico e sistema de ação. Seria um trabalho de uma renovada conceituação do território. Nessa perspectiva, a questão que interessa à geografia é o uso do território. Sendo assim, Santos e Silveira (2005) deixam claro que:

A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política. (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 247).

Isso significa dizer que o espaço geográfico é “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2006, p. 63). Essa definição do objeto da geografia evidencia uma profunda relação entre materialidade e ação humana, além do seu sentido propositivo para os estudos espaciais, já que

É na discussão sobre o objeto da geografia, sobre o espaço geográfico, esse sistema indissociável de objeto e ações, colocado como sinônimo de território usado ou espaço banal, que reside a maior e mais revolucionária contribuição da obra de Milton Santos. (SOUZA, 2003, p. 17).

Santos e Silveira (2005, p. 11) vão afirmar que a tentativa é “de operacionalizar geograficamente a ideia de sistemas técnicos, entendidos como objetos e também como formas de fazer e de regular”. Sendo o espaço geográfico formado por sistema de objetos e sistema de ações, como tais sistemas se organizam e estão distribuídos em Formosa do Rio Preto? Essa pergunta ajuda a refletir sobre o caminho trilhado e, conseqüentemente, os conceitos adotados. A resposta passa pelas dinâmicas funcionais e pela contigüidade do território. Ou seja, o espaço geográfico é formado e organizado sobre dois recortes, conforme orienta Santos (2006):

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas. (SANTOS, 2006, p. 284).

Ainda sobre verticalidades e horizontalidades, Santos (2006) afirma que:

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 2006, p. 286).

As verticalidades estariam ligadas aos fluxos hegemônicos. Elas têm o território como recurso e, por isso, organiza-o em rede<sup>11</sup>. Consequentemente, o espaço assim entendido é organizado sem contiguidade, ou por pontos distantes uns dos outros, interligados por ordens e normas. Por esse motivo, o espaço tem uma solidariedade organizacional. Essa forma de organização é uma característica cada vez mais presente nos cimentos que formam e reformam as regiões, a exemplo dos arranjos organizacionais<sup>12</sup>. Nessa solidariedade, as grandes firmas são os agentes hegemônicos do período atual e um dos maiores responsáveis pela organização dos territórios.

Mas o espaço também é continuidade e, por isso, constitui um território comum para todos os agentes que ali estão. É o espaço banal, o espaço de todos, onde os diversos agentes compartilham aquela localização, desde as grandes firmas até as pequenas empresas. O convívio dos diversos agentes faz originar uma solidariedade orgânica, inerente aquele espaço.

Cada um desses recortes tem sua razão de ser. Os fluxos hegemônicos, representados pelas verticalidades, constantemente perturbam as diferentes regiões, pois são fluxos caracterizados por forças centrífugas<sup>13</sup> (SANTOS, 2006). A modernização agrícola, baseada em uma agricultura científica globalizada

---

<sup>11</sup> Castells (1999) é um dos teóricos que trabalha com essa noção de rede, noção que François Perroux utiliza ao trabalhar espaço econômico (ver SANTOS, 2003).

<sup>12</sup> Sobre arranjos organizacionais, ver Santos (2008).

<sup>13</sup> “As forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram da região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. Pode-se falar numa desestruturação, se nos colocamos em relação ao passado, isto é, ao equilíbrio anterior. E de uma reestruturação, se vemos a coisa do ponto de vista do processo que se está dando.” (SANTOS, 2006, p. 287).



(SANTOS, 2003; ELIAS, 2006b), foi o processo responsável por levar forças centrífugas aos cerrados baianos e, por isso, retirar do comando de Formosa do Rio Preto o destino de parte do espaço agrícola municipal. O resultado é que as verticalidades, ao atravessarem as horizontalidades, produzem fragmentação, como no exemplo que vem do município de Formosa do Rio Preto. A solidariedade orgânica, característica do espaço local, é agora fortemente substituída por uma organização em rede, de origem distante e que beneficia grandes firmas. Muda a sociedade, muda o território.

Verticalidades e horizontalidades abrem o viés analítico para o entendimento e a construção dos conceitos trabalhados neste estudo: meio técnico-científico-informacional, agricultura científica globalizada, divisão territorial do trabalho, cidade do agronegócio e arranjos organizacionais.

Ribeiro (2003, p. 34) destaca que, nos pensamentos de Gramsci e Santos, o conhecimento das dimensões horizontal e vertical “é indispensável ao desvendamento das estratégias dos atores dominantes e também para a emergência do local/lugar como contexto privilegiado da resistência sociocultural”. O estudo das horizontalidades e verticalidades possibilita a compreensão da totalidade da atuação dos diversos agentes. Continuando, Ribeiro (2003) diz:

A dimensão horizontal corresponde às atividades e ações que possibilitam a estruturação da vida social [...] na verticalidade acontecem tanto o impedimento da ação inovadora e criadora da verdadeira práxis, quanto a reafirmação da dimensão territorial da alienação. (RIBEIRO, 2003, p. 35).

Verticalidades e horizontalidades são recortes capazes de orientar a análise do espaço geográfico no período técnico-científico-informacional. A agricultura orientada pelo processo de globalização acentua as desigualdades e imprime fragmentações sobre o território. Tendo em vista essa problemática, a obra de Milton Santos torna-se central para este estudo. Sobretudo por aquilo que ela representa. Neste sentido Geiger (2002, p. 241) escreve que o tema globalização e fragmentação, no Brasil, “... vem sendo bastante estudado por Milton Santos, no geral e, por exemplo, nas relações com o urbano brasileiro (M. Santos, 1991)”.

O processo de globalização da economia, característico do século XX, é reconhecido por inúmeros teóricos, a exemplo de Harvey (2009), Castells (1991), Benko (2002), Santos B. (2003) e Santos (2003). Esses autores advertem também sobre os equívocos que rondam o uso do termo. Benko (2002), por sua vez, fala do modismo que paira sobre o termo. Alguns teóricos, como Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 289), ressaltam que, “mesmo admitindo que existe uma economia-mundo desde o século XVI, é inegável que os processos de globalização se intensificaram enormemente nas últimas décadas” (a obra do autor é de meados da década de 1990). Harvey (2009) se posiciona igualmente a Boaventura de Sousa Santos (2003) e chama esse processo de “globalização contemporânea”, que se distingue daquele do século XVI.

A contribuição de Santos (2003 e 2008)<sup>14</sup> é uma das mais enriquecedoras no entendimento do processo de globalização. Para Santos (2008, p. 4), “... a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos”.

Justificando a existência da globalização da economia, Boaventura de Sousa Santos (2003) cita que, entre 1945 e 1973, a economia mundial teve uma enorme expansão e, mesmo com uma queda a partir dessa data, “a economia mundial cresceu mais do pós-guerra até hoje do que em toda a história mundial anterior” (KENNEDY, 1993, p. 448 apud SANTOS B., 2003, p. 289). Nessa mesma obra, o autor segue sua análise e define quatro traços da globalização da economia nas últimas duas décadas: (1) deslocação da produção mundial para a Ásia, consolidando-a como uma das grandes regiões do sistema mundial; (2) primazia total das empresas multinacionais como agentes do “mercado global”; (3) erosão da eficácia do Estado na gestão macroeconômica; e (4) avanço tecnológico das últimas décadas, quer na agricultura com a biotecnologia, quer na indústria com a robótica, a automação e também a biotecnologia.

A nova economia mundial que se afirmou no último quartel do século XX, caracterizada como global e informacional, não pode ser considerada planetária, de acordo Castells (1999, p. 87). Esse autor afirma que:

---

<sup>14</sup> No livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Santos (2003) faz uma análise profunda e crítica sobre o processo de globalização.

A economia global não abarca todos os processos econômicos do planeta, não abrange todos os territórios e não inclui todas as atividades das pessoas, embora afete diretamente ou indiretamente a vida de toda a humanidade. Embora seus efeitos alcancem todo o planeta, *sua operação e estrutura reais dizem respeito só a segmentos de estruturas econômicas, países e regiões, em proporções que variam conforme a posição particular de um país ou região na divisão internacional do trabalho* (grifo do autor). (CASTELLS, 1999, p. 120).

De forma precisa, o autor demonstra que a economia global é segmentada, produtora de exclusão, e acentua as desigualdades sociais e espaciais. Ele destaca que,

Embora os segmentos predominantes de todas as economias nacionais estejam ligados à rede global, segmentos de países, regiões, setores econômicos e sociedades locais estão desconectados dos processos de acumulação e consumo que caracterizam a economia informacional/global [...] Portanto, embora a economia informacional afete o mundo inteiro e, nesse sentido, seja global mesmo, a maior parte das pessoas do planeta não trabalha para a economia informacional/global nem compra seus produtos. Entretanto, todos os processos econômico e sociais relacionam-se à lógica da estrutura dominante nessa economia. (CASTELLS, 1999, p. 120).

De forma categórica Geiger (2002, p. 242) afirma que a “globalização implica fragmentação” e assevera que a “globalização, ao promover a espacialização da economia, atingindo estruturas territoriais tradicionais, na realidade tanto o faz ampliando as escalas de novas formas de organização, como pela sua fragmentação em pequenas unidades” (GEIGER, 2002, p. 242).

Com uma análise semelhante, Souza (2002, p. 25) assevera que “os processos atuais de desenvolvimento das relações sociais são caracterizados pela globalização e pela fragmentação”. A autora considera essencial o espaço geográfico para a compreensão do atual período histórico e, sendo o território uma das dimensões singulares, ele “constitui a base operacional, histórica e geograficamente falando, do processo de globalização e fragmentação.” (SOUZA, 2002, p. 22).

Como parte das contradições do capitalismo, o processo de globalização, por um lado, fez expandir enormemente a economia mundial, mas, por outro, fez aumentar as desigualdades que podem se manifestar sob diversas formas. Nesse

sentido, os teóricos citados anteriormente são unânimes quanto a essa asserção. Em Harvey (2009, p. 88), há “o processo de globalização como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual”. É, portanto, algo inerente à produção de desigualdade nessa forma contemporânea da globalização. Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 292) explicita a existência de desigualdades entre países: “todos estes traços da globalização da economia ajudam a compreender as razões do porquê nas últimas décadas as desigualdades entre o Norte e o Sul aumentaram significativamente”.

Na volúpia por maior competitividade, mais infraestrutura e maior fluidez, criam-se incompatibilidades entre os diversos agentes e territórios. Isso pela distribuição desigual da técnica que separa e distingue os espaços. Nesse processo de compartimentação, os fluxos verticais sobressaem sobre a extensão horizontal. O resultado dessa compartimentação é a fragmentação, pois as frações comandados pelo nexos vertical se alinham com normas distantes e alheias à solidariedade orgânica do seu entrono. Santos (2003, p. 81) explica que “a compartimentação atual distingue-se daquela do passado e frequentemente se dá como fragmentação”. O autor completa afirmando que:

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto. A agricultura moderna, cientificizada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que no país constituem a compartimentação e a fragmentação atuais do território. (SANTOS, 2003, p. 80).

Portanto, a produção da fragmentação fica evidente, já que os fragmentos criados são comandados por lógicas exógenas a seu entorno, sendo que tais lógicas causam desordem nesses lugares para criar ordens segundo seus próprios interesses. Ou seja,

A fragmentação revela um cotidiano em que há parâmetros exógenos, sem referência ao meio. A assimetria na evolução das diversas partes e a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de regulação, tanto interna quanto externa, constituem uma característica marcante. (SANTOS, 2003, p. 81).

Fragmentação e alienação do território acabam como participantes desse mesmo processo. Ademais,

Os fragmentos resultantes desse processo articulam-se externamente segundo lógicas duplamente estranhas: por sua sede distante, longínqua quanto ao espaço da ação, e pela sua inconformidade com o sentido preexistente da vida na área em que se instala. Desse modo, produz-se uma verdadeira alienação territorial à qual correspondem outras formas de alienação. (SANTOS, 2003, p. 86).

Globalização e fragmentação são correlatas. Ao analisar o território sobre o “efeito modernizador”, Pereira (2006) chega a conclusões semelhantes,

No atual período histórico, os territórios se apresentam de uma forma integrada, própria do processo de globalização vigente, o que indica uma complementaridade e interdependência funcional dos lugares, sobretudo no que tange às estratégias de mercado e mesmo da organização do território para seu funcionamento. Ao mesmo tempo, o território também possui um caráter fragmentário, visto que o espaço geográfico apresenta diferentes densidades materiais, de uso e valores também distintos. É assim que os lugares se diferenciam, segundo suas lógicas de funcionamento e suas diferentes inserções no processo de uso econômico do território. (PEREIRA, 2006, p. 63).

Contribuindo para elucidar essa questão, Souza (2002, p. 21) explica que: “os processos de globalização e fragmentação implicam territórios diversos que se constituem, especialmente [...] em geografias da desigualdade”. Assim, neste estudo, o uso que se fará da fragmentação remete ao debate em voga. Ao fazer essa delimitação, evita-se incorrer nos erros apontados por Castro (2013)<sup>15</sup>. Essa autora (CASTRO, 2013, p. 34) explica que, diferentemente das formas de divisão do território ou da sociedade, a fragmentação é “um problema até recentemente pouco tratado em profundidade pela geografia”. Ela assegura divisão e fragmentação não

---

<sup>15</sup> Castro (2013) chama a atenção para não se confundir fragmentação com divisão.

podem ser entendidas como a mesma coisa, pois elas não têm o mesmo sentido. Castro aponta que:

... divisão pode ser considerada um fenômeno que consiste em ato voluntário para organizar as partes de um todo; a fragmentação, pelo contrário, se dá como resultado de alguma forma de impacto não esperado, daí o sentido de reduzir a fragmentos, quebrar-se, ou seja, a fragmentação de modo geral, desarticula e desorganiza. (CASTRO, 2013, p. 43).

As considerações expostas até aqui dão conta de nossa compreensão sobre o que é o espaço geográfico, *território usado*, e do que ele se constitui, verticalidades e horizontalidades.

Em seguida a essas reflexões, deu-se continuidade ao que foi posto na *introdução* sobre os processos de globalização e fragmentação. Foi na relação entre estas reflexões teóricas e a questão da pesquisa que foram incorporados os demais conceitos trabalhados neste estudo, conforme será explicado nos próximos parágrafos deste item.

Na perspectiva deste estudo, é preciso considerar que a expressão geográfica do processo de globalização é o meio técnico-científico-informacional, assim definido por Santos:

É o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção. (SANTOS, 2006, p. 234-235).

Conforme já foi apontado anteriormente, esse meio técnico-científico-informacional se faz presente nos cerrados baianos através da agricultura científica globalizada (SANTOS, 2003). Por um lado, formam-se, nesses espaços, arranjos territoriais produtivos (ELIAS, 2006), e a demanda do campo moderno origina cidades do campo (SANTOS, 2003) ou cidades do agronegócio (ELIAS, 2006). Por outro lado, no caso de Formosa do Rio Preto, imprime uma fragmentação, provocada por tais arranjos produtivos.

Serão fontes de inspiração e de proposições teórico-metodológicas a serem seguidas os trabalhos de Elias (2003, 2003b, 2006b) e Corrêa (2006). A autora foi uma das precursoras ao trabalhar o campo brasileiro na perspectiva da formação de um meio técnico-científico-informacional elaborado por Santos (2006) e uma conseqüente fragmentação do espaço agrícola. Já Corrêa (2006), ao estudar os pequenos centros urbanos, deixa um legado propositivo sobre trabalhos nesses espaços, sobretudo na sua relação com o processo de globalização. Para Corrêa (2006, p. 256), “a globalização impacta vigorosamente as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas”. Para o autor, a globalização teria dois efeitos sobre os pequenos centros urbanos<sup>16</sup>: um seria a criação de novos centros urbanos, e o outro seria a refuncionalização de centros urbanos existentes. No primeiro caso, Luís Eduardo Magalhães é um exemplo. Já o outro efeito pode ser testado em Formosa do Rio Preto. Na adoção dessa proposta de estudo, considerou-se a divisão territorial do trabalho e os circuitos espaciais produtivos (SANTOS e SILVEIRA, 2005), (CORRÊA, 2006), (ELIAS, 2006b).

A partir dessa base teórico-metodológica, esperamos alcançar os objetivos delineados e avançar na investigação da fragmentação no Oeste baiano e, particularmente, em Formosa do Rio Preto.

### **1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

As inúmeras transformações ocorridas no Oeste da Bahia, proporcionadas pela introdução de uma agricultura moderna e a formação de um meio técnico-científico-informacional em parte do espaço agrícola, foi o estímulo inicial que levou ao desenvolvimento desta pesquisa. A proposta inicial era uma análise sobre a região Oeste da Bahia. No entanto, no início da pesquisa e logo na primeira viagem a campo, a proposta muda para um estudo focado no município de Formosa do Rio Preto. As especificidades locais, somadas ao contraditório avanço ocorrido pela agricultura científica globalizada em seus chapadões, foram decisivos para reformulações na proposta inicial.

---

<sup>16</sup> Centros urbanos abaixo de 20 mil habitantes, que é o caso de Formosa do Rio Preto, que, no censo de 2010 do IBGE, tinha 13.647 habitantes, cerca de 60,6% da população do município.

A referência temporal deste estudo abrange do final da década 1970 e início de 1980 até o ano de 2013, correspondendo ao período de difusão e afirmação do meio técnico-científico-informacional nos cerrados baianos, ou melhor, o surgimento e a hegemonia de uma agricultura científica globalizada no espaço agrícola do município de Formosa do Rio Preto.

Num primeiro momento, os trabalhos se concentraram na obtenção e estudos de dados secundários. Ou seja, voltaram-se para a realização da revisão bibliográfica sobre o tema proposto, dos estudos sobre a base teórica adotada (conceitos, categorias etc) e da consulta e coleta de dados diversos para subsidiar a pesquisa. Dentre a bibliografia consultada e analisada, destacam-se livros, dissertações, teses e artigos científicos. Muitas outras informações, coletadas em fontes de diversos setores, entidades e vínculos, foram coletadas e analisadas: jornais e publicações impressas, anuários, relatórios, publicações em *sites*, jornais eletrônicos referentes a entidades setoriais, empresas e entes públicos e privados. Dentre esses agentes, podem ser citados órgãos como IBGE, INCRA, SEI e secretarias do estado da Bahia e do município pesquisado, além de publicações de entidades como a Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA). A consulta a essas fontes e a análise das informações nelas obtidas eram constantemente debatidas e seus resultados apresentados em disciplinas, atividades e artigos no âmbito do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia e em eventos diversos.

Esse primeiro momento contribuiu decisivamente para a qualificação do projeto de pesquisa, a obtenção de dados diversos, a formação da base teórica e a adoção e construção da metodologia necessária para o trabalho de campo.

O passo seguinte da pesquisa foi a obtenção direta dos dados. O primeiro trabalho de campo no Oeste da Bahia ocorreu em 2012, e foi tratado como um reconhecimento da área de estudo. Tal opção se mostrou positiva, por clarear as decisões, confrontar os dados já obtidos e as percepções adquiridas, além de instigar mudanças. Até a conclusão da dissertação, seguiram-se mais oito viagens ao campo, totalizando nove (três em 2012, cinco em 2013 e uma em 2014). O trabalho de campo teve uma proposta baseada em observações empíricas; conversas com moradores, empresários, políticos e trabalhadores da região; busca



por materiais diversos; participação em atividades, seminários e eventos<sup>17</sup> diversos que abordassem o objeto de estudo; e, sobretudo, a aplicação de entrevistas qualitativas com grupos estrategicamente escolhidos, conforme propõe Gaskell (2010). O primeiro momento foi de fundamental importância, pois, com base nele, nas características físicas e sociais do município e no objeto de estudo, optou-se pela priorização de entrevistas qualitativas individuais.

Neste sentido e refletindo sobre os trabalhos já realizados, foram construídos os tópicos-guia ou roteiros para as pesquisas. Foram tópicos-guia diferentes, segundo o público-alvo, e de caráter semiestruturado. Para cada grupo específico, um determinado roteiro era elaborado. No âmbito do espaço agrícola, foram montados, basicamente, dois tópicos-guia semiestruturados. Um direcionado para agricultores e moradores do contexto da agricultura científica globalizada, e outro para agricultores e moradores em espaços da agricultura tradicional. Esses tópicos-guia tinham diversas questões em comum, pois o intuito era empreender uma análise comparativa para certos aspectos. Mas também havia questões distintas, para possibilitar aprofundar questões específicas de cada grupo.

Na agricultura moderna, foram realizadas vinte e sete entrevistas com agricultores e moradores; para agricultura tradicional, chegou-se a vinte e quatro entrevistados (quatorze de em comunidades geraizeiras<sup>18</sup>). Outras entrevistas foram realizadas com público distinto, formado por: gestores públicos, funcionários de órgãos públicos, empresários, diretores e funcionários de entidades e empresas privadas, dentre outros. Para esse grupo, o roteiro era específico. Em anexo, encontram-se os tópicos-guia.

Sendo uma pesquisa qualitativa, aberta as novas descobertas e aos equívocos cometidos, os roteiros eram passíveis de alterações ao longo da pesquisa. O propósito do tópico-guia é aquele explicado por Gaskell (2010, p. 66): “em sua essência, ele é planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa”.

---

<sup>17</sup> Dentre os eventos assistidos na região, durante a realização deste estudo, merecem destaque os trabalhos realizados nas duas últimas edições da Bahia Fram Show (2012 e 2013), realizadas em Luís Eduardo Magalhães.

<sup>18</sup> Comunidades tradicionais que habitam a região dos gerais do rio Preto. Elas serão analisadas ao longo da dissertação.

As entrevistas mostraram-se de alta relevância para este estudo. O caráter qualitativo possibilitou o aprofundamento da conversa com os entrevistados, enriquecendo o trabalho, e seu número foi satisfatório para a pesquisa. Não demorou muito e houve saturação das respostas em cada grupo entrevistado, dispensando novas conversas. Ou seja, as entrevistas realizadas foram suficientes para indicar as dinâmicas sobre o município de Formosa do Rio Preto e os caminhos que a pesquisa deveria percorrer (conforme estão articuladas as ideias deste estudo, a seguir). Alcançaram, assim, o proposto defendido por Gaskell (2010, p. 70): “em síntese, o objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista”.

Nas entrevistas, tentava-se sempre estimular o entrevistado a discorrer sobre questões relevantes do objeto de estudo, estimulando o aprofundamento das questões ou relacioná-las com outras variáveis pertinentes aos assuntos abordados. Foram justamente as perguntas o mecanismo a guiar as entrevistas, evitando devaneios que em nada pudessem contribuir para o trabalho. Certamente as inúmeras entrevistas realizadas constituíram os momentos mais prazerosos e ricos deste trabalho, pois nortearam decisivamente o caminho trilhado. Foram elas as responsáveis pelas descobertas mais esclarecedoras e as mudanças que aprimoraram o entendimento da realidade. Importante é destacar que as respostas, as reflexões e todo o conjunto de questionamentos dos entrevistados eram analisados diante do arcabouço teórico delineado, resultando num caminho compassado de relação entre teoria e prática.

No entanto, o alcance do número de entrevistados foi uma árdua tarefa. Em primeiro lugar, as condições topográficas do município, em especial nas regiões de cerrado, dificultam e, muitas vezes, impossibilitam a chegada no destino, um aspecto comum na maior parte do município. Saindo da cidade de Formosa do Rio Preto para chegar até as comunidades geraizeiras, ou na maior parte dos chapadões, onde estão o plantio da agricultura moderna, somente com camionetes, pick-up 4x4 ou caminhões. Houve necessidade, em certos momentos, de ir para o estado do Tocantins e retornar para determinadas áreas do município de Formosa do Rio Preto, como no caso da região de Panambi, uma viagem de centenas de quilômetros.

A desconfiança de alguns entrevistados para conversar sobre certos assuntos e mesmo mesmo a negativa de autorizar gravações foram frequentes. Tal atitude é compreensível, frente aos sérios problemas de disputas de vastas porções de terras na região, com “capangas” monitorando a entrada e a saída de pessoas nesses locais. Assim, o trabalho foi árduo no maior município em área do estado da Bahia. E também o mais distante da capital baiana, superando os 1.000 km. Ainda assim, foram nove viagens realizadas para os cerrados baianos.

## 2. AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA NO ESPAÇO-TEMPO: DO ESPAÇO NACIONAL A FORMOSA DO RIO PRETO

### 2.1 A DIMENSÃO TEMPORAL E O ESPAÇO GEOGRÁFICO

A dimensão temporal é de grande relevância para os estudos do espaço geográfico. Como lembra Santos (2008), a periodização da história é definida segundo uma organização e uma evolução coerente de uma variável ou um conjunto de variáveis. Já o espaço é o “resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada” (SANTOS, 2008, p. 37). Como assinala esse autor, uma análise de sistemas que considere a dimensão temporal no estudo da estrutura espacial, por si só, é suficiente como objeto de estudo. Essa é a razão pela qual se devem adotar as estruturas espaciotemporais.

No trabalho *Globalização e Agricultura*, ao analisar a Região de Ribeirão Preto, Elias (2003) utiliza com propriedade a obra de Milton Santos como seu principal referencial teórico. A autora cita que, em *Espaço e Método* (2008) e *O Espaço Dividido* (1979 p. 23-27), o autor “chama a atenção para o fato de que devemos considerar as modernizações como o único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço, especialmente no Terceiro Mundo” (ELIAS, 2003, p. 35-36).

Citando Hagerstand (1967), Santos (2008) afirma que é evidente a importância da dimensão temporal na consideração analítica do espaço. Acrescenta o autor, agora embasado em P. Gould (1969, p. 20) e P. Hagett (1970, p. 56), que “o estudo concreto da difusão de inovações como um processo espacial é do maior interesse para os países subdesenvolvidos” (SANTOS, 2008, p. 35). Santos (2008) demonstra ainda que as modernizações e inovações aconteceram de maneira diferente entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos. Nos primeiros, as inovações já vêm ocorrendo há mais tempo e são relativamente mais homogêneas nos seus espaços. Já nos países subdesenvolvidos, a modernização é mais recente e mais seletiva quanto ao espaço, já que poucos foram os espaços privilegiados com as inovações, o que torna os espaços subdesenvolvidos mais desiguais.

Elias (2003) destaca que o referido autor compreende a modernização do espaço como união econômica, política e social ao mundo moderno, que passou por várias modernizações: 5 períodos e 3 grandes revoluções<sup>19</sup>. Atestando um aprimoramento em seus conceitos ao longo de sua trajetória científica, Santos (2006) propõe, em *A Natureza do Espaço* (2006), uma periodização em três distintos períodos: 1. Período natural; 2. Período técnico; e 3. Período técnico-científico-informacional.

Cada período tem uma manifestação geográfica própria, uma consequência espacial. No decorrer deste capítulo será apresentada uma breve distinção dos meios geográficos ao longo do tempo nos cerrados baianos, especialmente no município de Formosa do Rio Preto.

O atual período, o técnico-científico-informacional, chamado por diversos autores de técnico-científico<sup>20</sup>, é descortinado por uma profunda revolução tecnológica que atinge e transforma todas as esferas da sociedade, dando outra feição ao território. Nenhum lugar escapa à voracidade desse novo período, mas as mudanças variam conforme os recortes verticais e horizontais de cada espaço. O processo de internacionalização da economia, iniciado pelos europeus em fins do século XV, ganha agora, a partir da segunda metade do século XX, conotações mais abrangentes e profundas, atingindo, de fato, uma mundialização da economia.

Essa nova etapa da humanidade, iniciada após a 2ª Guerra Mundial, firma-se a partir da década de 1970, recebendo a denominação de globalização. “Enquanto outrora se tratava de mera internacionalização, hoje podemos falar de um processo mundial de produção e de tudo o mais que lhe dá sustentação” assegura Elias (2003, p. 36). A mundialização afeta não só a produção em si, mas a distribuição, a comercialização e o consumo; o próprio espaço, a cultura e a política têm a globalização como um novo paradigma.

Todos os países são testemunhas sociais e espaciais desse novo período, tendo cada um sua forma própria de inserção nesse novo mundo. Países como o

---

<sup>19</sup> “Santos parte do princípio de que o mundo se modernizou várias vezes e apresenta cinco períodos: 1. O período do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620); 2. O período manufatureiro (1620-1750); 3. O período da Revolução Industrial (1750-1870); 4. O período industrial (1870-1945); 5. O período tecnológico. Tais períodos são marcados por três grandes revoluções: a revolução dos transportes marítimos; a revolução industrial (antes de 1870) e seus suportes (depois de 1870); e a revolução tecnológica, correspondentes, respectivamente, a uma modernização comercial, uma modernização industrial e a uma modernização tecnológica” (ELIAS, 2003 p. 36).

<sup>20</sup> Por exemplo, Corrêa (2008) e Harvey (2009).

Brasil, cuja abertura à globalização aconteceu de forma subordinada aos fluxos transnacionais e de uma forma neoliberal nas últimas décadas, tornaram seus espaços nacionais reflexos de uma economia globalizada.

O meio técnico-científico-informacional é, portanto, a expressão geográfica da globalização (SANTOS, 2006). Procura-se, com esse conceito, uma explicação geográfica da realidade, com a convicção de que a geografia constitui-se como ciência capaz dessa compreensão. Nessa proposta de periodização, o fenômeno técnico constitui elemento essencial, sendo responsável pela própria modernização do espaço geográfico. Essa nova artificialidade espacial uma vez incorporada ao território, torna-se parte da configuração territorial. Completada a incorporação, elas (as artificialidades) se naturalizam, pois passam a ser parte constituinte do espaço geográfico.

Sendo objetos artificiais (fruto do trabalho humano), fica nítido que a técnica sempre foi um dado importante para a humanidade. Veja-se, por exemplo, a importância das ferramentas mais elementares criadas pelo homem para extrair da natureza aquilo que estava ao seu alcance desde os tempos mais remotos. Entretanto, somente a partir da segunda metade do século XX o fenômeno técnico assume novo papel com a revolução tecnológica.

É apenas no atual período que “se verifica a interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em todas as partes do mundo e em todos os países, num movimento incessante de acumulação capitalista”, afirma Elias (2003, p. 37). A autora acrescenta, ainda, que o espaço geográfico se faz atualmente num processo crescente de acumulação de técnica, de ciência e de informação, o que justifica o fato de esse mesmo espaço geográfico ser denominado de meio técnico-científico-informacional, resultado espacial do processo de globalização.

Oportuno é salientar, primeiramente, que a abordagem miltoniana<sup>21</sup> concebe a técnica como fenômeno, ou seja, o conjunto das técnicas é chamado de família pelo autor. Em segundo lugar, não há, na proposição dessa corrente de pensamento, um estudo da técnica pela técnica, muito menos uma compreensão da técnica como finalidade, mas como ponto de partida. Assim, a técnica é defendida

---

<sup>21</sup> Corrente na ciência Geográfica que utiliza o pensamento de Milton Santos como referencial teórico.

como componente essencial para a epistemologia do espaço, mesmo que esteja longe de ser uma explicação da história (Elias, 2003).

A energia principal, com a revolução tecnológica, é a informação. Desde escalas globais, passando pelas nacionais e regionais, até chegar-se ao local, a busca pela informação corresponde à principal finalidade do período atual. Cabe ponderar que não se trata de qualquer informação. Estamos nos referindo à informação que possibilita a tomada de decisões que impactam no modo de produção como também no modo de vida das populações. Nesse sentido, o território constitui-se num dado fundamental para o período atual, na medida que nele são adicionados objetos a serviço da informação, captando-a, processando-a e emitindo-a.

Os novos objetos artificiais são pontos essenciais no período da globalização, pois, através deles, foi possível a mundialização atual. Em se tratando do modo de produção capitalista, foi possível a dispersão da produção de mercadorias, ao passo que foi centralizada sua gestão em pontos estratégicos. A circulação da produção de bens, serviços, pessoas e ordens, na intensidade que assistimos, foi graças à incorporação ao território desses novos objetos. Vê-se que o território se informatiza para atender aos objetivos de uma nova sociedade. Para Santos (1991, p. 77 apud ELIAS, 2003, p. 38-39), o território “se informatiza mais e mais depressa que a economia ou que a sociedade. Sem dúvida, tudo se informatiza, mas no território esse fenômeno é ainda mais marcante”. Sendo a informação a energia principal do atual período, tem-se que os espaços mais dotados de objetos voltados para processá-la e fazê-la circular são aqueles capazes de melhor atender às exigências dos vetores mais modernos. Conseqüentemente, *a priori*, são esses os espaços com maior valorização diante do restante do território.

Outra consequência espacial é a diferenciação da configuração territorial tendo em vista a maior ou menor incidência dos objetos técnicos. Os estudos geográficos, que, em outros momentos, detinham uma dominância na distinção dos lugares por suas qualidades naturais, agora devem colocar o fenômeno técnico como dado importante nessa balança.

A formação e a manutenção das desigualdades sociais estão associadas com a (re)organização do território (países, regiões, ou mesmo lugares), o que, por sua vez, está relacionado à técnica. Ou seja, há uma distribuição desigual da técnica entre os agentes sociais e os distintos espaços. Essa capacidade de atuação e

apropriação de poder mediante a incidência da modernização do espaço é pontuada por B. Kayser (1964, p. 334 apud SANTOS, 2008, p. 49), como o “ponto que recebe um feixe de inovações correspondente a uma modernização está em posição de influenciar aqueles que não a possuem”. O processo é tão mais intenso se as modernizações forem proveniente das variáveis principais do atual período, em nosso caso, o técnico-científico-informacional. Como a modernização incide diferentemente no território, isso acaba por causar desequilíbrios regionais e especializações produtivas, em que os lugares mais privilegiados acabam por comandar os demais: “os pontos da área que acolheram as modernizações ou os seus mais importantes efeitos são também os mais capazes de receber outras modernizações. Isto cria lugares privilegiados, com uma tendência polar” Santos (2008, p. 49).

## **2.2 A MODERNA AGRICULTURA DO PAÍS**

A história de inovações dos sistemas técnicos não deixou de lado a atividade agropecuária. A partir da década de 1940, os fluxos de modernização começam a romper certas lógicas até então dominantes no espaço agrário brasileiro e, progressivamente, atingem essa atividade. Para Elias (2006, p. 2), “com a globalização da economia verificaram-se profundas transformações no processo produtivo associado à agropecuária...”. A autora demonstra, em seu trabalho sobre a Região de Ribeirão Preto, a nova ordem econômica sobre a produção agropecuária e, com isso, o quanto essa época se distingue das anteriores. Para ela,

A terra, o trabalho e o capital foram, durante séculos, os principais fatores da produção agrícola, mas a incorporação de ciência, tecnologia e informação ao seu processo produtivo tem conduzido a horizontes jamais imaginados antes do Período Técnico-Científico-Informacional. Uma transformação essencial é justamente a reorganização da relação entre esses três fatores da produção, já que o aumento da extensão da área cultivada deixou de ser o fator exclusivo de crescimento da produção agrícola, pois o uso intensivo de capital e tecnologia elevou a produtividade do trabalho no setor, cujo avanço ocorria muito lentamente. (ELIAS, 2003, p. 60).

Como assinala a autora, a revolução tecnológica, iniciada após a 2ª Guerra Mundial, reestruturou a produção agropecuária e reorganizou o espaço agrícola. A clássica tríade – trabalho, capital e terra – representa as três grandes classes da



sociedade (assalariados, capitalistas e proprietários de terra) no modo de produção capitalista pensado por Karl Marx (UMBELINO, apud UMBELINO e MARQUES, 2004, p. 35). Com a incorporação da ciência e o comando das técnicas da informação, a produção agropecuária assume novas relações e se aproxima da atividade industrial. Intensificam-se as relações entre o campo e a cidade, o que implica, por exemplo, a propagação de trabalhadores como os “boias-frias”, segundo Silva (1982), ao mesmo tempo que grandes corporações acabam por controlar, praticamente, todo o processo produtivo de algumas culturas.

A modernização da produção agropecuária, empreendida a partir da segunda metade do século XX, ficou conhecida como “revolução verde”, embora não se realizasse de forma homogênea sobre os distintos lugares. O que se viu, nas regiões brasileiras, foi uma manifestação desigual do meio técnico-científico-informacional. Enquanto no Sul, no Sudeste e em parte do Centro-Oeste houve uma maior presença, de certa forma contínua, desses novos sistemas de objetos e ações, o restante do território recebeu incidências pontuais. Em linhas gerais, a modernização que ocorreu no espaço agrícola brasileiro foi seletiva, privilegiando determinadas culturas, principalmente as *commodities*, e beneficiou o capital agroindustrial.

A revolução tecnológica alterou todo o modelo técnico, econômico e social da produção agropecuária, originando uma agricultura científica globalizada (SANTOS, 2003).

Notáveis sistemas técnicos foram incorporados à atividade agrícola, como a utilização de máquinas que se diversificam a cada nova necessidade, agregando mais tecnologia. Nota-se, também, a utilização de um verdadeiro arsenal de insumos químicos e biotecnológicos, capazes de transformar solos antes desprezados pelos agricultores em bases de plantações antes inimagináveis. Assim, relativiza-se a localização da produção, conforme demonstra Elias (2006), acrescentando novas variáveis ao processo produtivo.

Há poucas décadas, o aumento da produção estava atrelado principalmente à expansão da área cultivada, mas, com as inovações tecnológicas, surgem novos paradigmas, aumentando-se extraordinariamente o volume das colheitas. A partir de então, o incremento na produção passa a ser balizado também pelo emprego de novas tecnologias.

Essas inovações passam a estreitar consideravelmente os laços da agricultura com a indústria. Trata-se de uma relação que ocorre tanto a montante quanto a jusante da produção agrícola, pois esta, além de consumir máquinas e insumos, fornece matéria prima para aquela. Com isso, há uma certa regulação industrial e científica sobre a agropecuária.

A agricultura científica globalizada passa a conectar a produção do campo a diversos outros setores da economia, com “processos frequentes de fusão com capitais dos setores industriais, comerciais e de serviços”, conforme aponta Elias (2006, p. 3). Em última instância, essa agricultura passa a ser gerida pela economia globalizada. A competitividade é a regra número um, a ser atendida após sua inserção numa economia de mercado, cujo objetivo é uma mais-valia mundial.

Por outro lado, a reestruturação produtiva da agropecuária foi condição de transformações em diversos aspectos da sociedade brasileira. Elias (2006, p. 2) cita profundos impactos sociais, territoriais e ambientais, ocorridos a partir da década de 1980, que culminaram na concentração da propriedade da terra, no processo de oligopolização do setor agropecuário, nas transformações das relações sociais de produção, na fragmentação do espaço agrícola e no incremento da urbanização.

Para Elias (2006, p. 4-5), a organização do espaço agrícola brasileiro, tendo em vista a agricultura científica, é marcada por três momentos. O primeiro situado a partir da década de 1950, com a substituição dos insumos naturais por uma gama de insumos artificiais. A difusão de inovações químicas e mecânicas, inicialmente, era feita através das importações. O segundo período, iniciado em meados da década de 1960, é marcado pelo interesse das grandes corporações sobre o processo de produção agropecuária brasileira. A indústria assume o comando das transformações no setor. Nas palavras de Elias (2006),

A dinâmica da agricultura passa a ser determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais (CAIs) [...]. A agropecuária destina-se prioritariamente à geração de commodities e de matérias-primas para as agroindústrias em franca expansão, da mesma forma que demanda uma gama importante de produtos industriais. (ELIAS, 2006, p. 4).

Por fim, o terceiro período inicia-se em meados da década de 1970, com a centralização do capital (industrial, bancário, agrário etc), formando-se conglomerados empresariais por fusões, organização de *holdings*, cartéis e trustes, atuando diretamente nos CAIs.

As transformações mundiais ocorridas no pós-guerra, e, em especial, a que atingiu a produção agropecuária brasileira, analisada ao longo deste capítulo, vão contribuir para a diversificação de interpretações sobre o campo, bem como sobre sua relação com a cidade. Acrescenta-se que a revolução tecnológica não homogeneizou o campo brasileiro, muito pelo contrário. Vale lembrar que sua incidência sobre o espaço agrário foi extremamente seletiva, permanecendo, em muitas regiões, velhas estruturas sociais.

Analisando o campo no século XXI, Oliveira (2004) discorre sobre as diferentes correntes filosóficas do pensamento sobre a geografia agrária<sup>22</sup>. A concepção do autor é que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado.

Para Silva (1982), o desenvolvimento da agricultura brasileira evolui dos chamados complexos rurais para os complexos agroindustriais. Contudo o autor demonstra que a modernização da agricultura brasileira ocorreu tanto de forma desigual como excludente. Tendo o capital dificuldade de uma revolução por completa e dinâmica na agricultura, necessitou, para isso, de subsídios estatais. Por essa relativa debilidade ou pela revolução com limites, Silva (1982) a classifica como uma modernização dolorosa.

O fio condutor que guia este trabalho no entendimento das transformações ocorridas no campo brasileiro é certamente a relação espaço-tempo, intermediada pela técnica. O resultado nos aponta para uma análise sobre o uso do espaço pela sociedade, fato que sugere uma nova organização do espaço agrícola do país. Seguindo esse mesmo diapasão estão os trabalhos de Elias (2003, 2006), para quem a modernização acabou por atingir, de uma forma direta ou indireta, toda a agricultura do país. Longe de uma homogeneização no espaço agrário, os lugares e regiões mais rentáveis para o capital agropecuário receberam, de uma forma direta, as inovações tecnológicas e são caracterizados pela forte presença do meio técnico-

---

<sup>22</sup> Depois de apresentar trabalhos positivistas e historicistas, Oliveira (2004) cita a existência de três vertentes nos estudos marxistas da agricultura brasileira. A primeira remete aos estudos baseados na existência do feudalismo ou de relações semifeudais no campo brasileiro, como os estudos de Alberto Passo Guimarães e Inácio Rangel. Já a segunda vertente “entende que o campo brasileiro já se desenvolveu do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria” (OLIVEIRA, 2004, p. 34). Entre os estudiosos dessa vertente, estão Karl Kautsky, Caio Prado Jr. e José Graziano da Silva. Por fim, há a concepção a que Ariovaldo se filia, segundo a qual o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Oliveira (2004) Rosa Luxemburgo, José de Souza Martins e Samir Amir são outros que também compartilham da mesma análise.

científico-informacional. Já na outra ponta, há aqueles espaços que seguem lógicas que os aproximam das atividades tradicionais, as quais, em realidade, são mais dependentes das dinâmicas da natureza.

Por esses motivos, optamos por seguir a classificação proposta por Elias (2006), que defende a existência, no país, de uma dicotomia entre uma agricultura científica globalizada e uma agricultura tradicional. E foi essa a realidade encontrada em campo. A autora prossegue sua análise, complementando que a organização do espaço agrícola brasileiro é pautada em duas lógicas distintas, uma conservadora e outra modernizadora, e afirma que,

Grosso modo, há duas lógicas principais na organização do espaço agrícola brasileiro: uma conservadora, que ainda funciona fortemente alicerçada nas especificidades das condições naturais e dos ciclos biológicos das plantas e dos animais; e outra modernizadora, que articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. (ELIAS, 2006, p. 10).

De forma ampla a autora aponta corretamente a imposição dessas lógicas no espaço rural brasileiro, fruto de sua modernização diferenciada e imposta pelo capitalismo. Elias (2003, 2006) ressalta ainda, em suas análises, que a reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil é responsável pela multiplicidade de situações no campo brasileiro, o que implica a “existência de vários circuitos produtivos associados à economia agrícola, assim como inúmeras superposição particulares da divisão territorial do trabalho” (ELIAS, 2006, p. 11), formando diferentes circuitos espaciais de produção e arranjos territoriais produtivos. Tal fato vai levar a autora a acreditar que esse setor é conduzido por um desenvolvimento desigual e combinado. “O espaço rural não se homogeneizou, porque foi desigualmente atingido pela difusão de inovações agrícolas” (ELIAS, 2003, p. 67). Outras interpretações podem ser destacadas no entendimento do setor, como é o caso da concepção teórica de Oliveira (2004)<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> A complexidade do espaço agrícola brasileiro e de sua compreensão é analisada por Oliveira (2004), e sua interpretação passa pelo estudo do sistema capitalista, por ser seu desenvolvimento contraditório e combinado. Ou seja, há a reprodução de relações especificamente capitalistas mais avançadas, ao mesmo tempo em que é gerada também, contraditoriamente, relações não capitalistas de produção e de trabalho. Para Oliveira (2004), é possível, a partir dessa concepção teórica, compreender a existência, na atual fase do capitalismo, do “boia-fria”, por exemplo, e também das relações camponesas e de peonagem.

Nessa complexidade que se tornou o campo brasileiro e diante do caminho trilhado por Elias (2003, 2006), acreditamos ser esclarecedora a existência de quatro principais agentes sociais ou econômicos associados à agropecuária: o primeiro é ligado à agricultura familiar ou camponesa, não integrada ao agronegócio; o segundo é associado à pequena produção ligada ou integrada ao agronegócio; a terceira é formada por médios e grandes empresários, integrados ou não à agroindústria (o que se observa, com maior nitidez, na cultura da soja nos cerrados e da laranja no estado de São Paulo); e, por fim, há grandes *holdings* que dominam os sistemas agroindustriais, do plantio ao processamento agroindustrial. Essas empresas estão ligadas diretamente ao circuito superior da economia.

### **2.3 A MODERNIZAÇÃO DOS CERRADOS BRASILEIROS**

A modernização da agropecuária brasileira, sobretudo nos cerrados, pode ser compreendida, *lato sensu*, sobre a ótica da unificação do território nacional, dividida em duas fases. Num primeiro momento, ela é marcada pelas políticas e fatores nacionais, orientada pela expansão da rede urbana e atendendo às exigências do recém-integrado mercado interno, e é impulsionada pela industrialização e pelo consumo. Já a segunda etapa da integração do país é conduzida por lógicas externas, comandadas por empresas globais, beneficiando as exportações (SANTOS, 2005, p. 254), o que resulta em processos de fragmentação territorial.

A primeira fase pode ser considerada como a base e a própria transição para a implantação das dinâmicas da globalização que caracterizarão a segunda etapa. Essa última traz, no seu cerne, a modernização dos cerrados brasileiros. A fase inicial é marcada pela busca da formação do mercado interno do país e da unificação do território, cuja dinâmica vem da industrialização, que é comandada pela região concentrada (SANTOS, 2005, 42), principalmente de São Paulo. A expansão da malha rodoviária e a dos sistemas de comunicação são as condições materiais desse processo de integração (SANTOS, 2005, p. 252). A criação de Brasília é parte fundamental desse projeto. Ao mesmo tempo que a industrialização assegura as possibilidades de construção de uma capital no interior do país, essa mesma cidade será motivo de propagação dessa integração. Assim, Brasília é resultado e um reforço para uma urbanização do interior do Brasil.

A modernização dos cerrados é fruto do anseio desses dois momentos. O primeiro, que almejava a ocupação do Brasil central, e o segundo, representado pela sobreposição de dinâmicas globalizantes. Esse fato explica a predominância do cultivo de soja em benefício do consumo urbano-industrial e de sua exportação. Diversos trabalhos estão nesse mesmo diapasão. A ocupação das áreas de cerrado no território brasileiro, para Santos C. (2000, p. 69), “insere-se em múltiplas dinâmicas (mundial, nacional e regional) e dimensões econômicas, política e cultural”, que fazem parte da modernização da agricultura do país. Na concepção de Haesbaert (1997, p. 133) sobre a modernização “sulista” nos cerrados baianos, “trata-se antes de tudo de um processo de expansão dos espaços capitalistas na fase da globalização agroindustrial, financeira e técnico-informacional...”. Ao analisar a expansão da fronteira agrícola no Brasil, Ignez Ferreira (1991) aponta que a ocupação da região Norte e dos cerrados do Centro-Oeste “está ligada à perspectiva de modernização e de produção em escala, que vislumbra com as grandes lavouras mecanizadas do Sul” (FERREIRA, 1991, p. 153).

Entendida a modernização da agropecuária no conjunto da evolução do território nacional, veremos que a modernização técnica da produção desse setor se iniciou na década de 1960, nas regiões Sul e Sudeste, e já atinge o cerrado a partir da década seguinte. É na década de 1970 que essa modernização, baseada no modelo mecânico-químico, começa a se intensificar, sob a ação do poder público (Ferreira, 1991, p. 150-151). Para Ferreira (1991, p. 151), a reestruturação do espaço agrário brasileiro é caracterizada por dois aspectos: a expansão territorial e a modernização, e, aqui, pode-se considerar o cerrado como exemplo notório. Foi com subsídios estatais que esses dois processos foram concretizados no Brasil, “financiando não só o custeio e comercialização, mas também o investimento. O crédito se vincula ao pacote tecnológico” (FERREIRA, 1991, p. 151). Esse financiamento rural vai beneficiar, por um lado, grandes empresas do centro-sul do país e o capital internacional, representado por multinacionais, e, por outro lado, subsidiará os médios e grandes produtores nacionais. O início da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira demonstra como o Estado continua a ser fundamental, mesmo no descortinar da globalização.

Feita a contextualização *lato sensu*, fazem necessárias as explicações *stricto sensu* sobre as transformações no Brasil Central. A seguir, veremos como o Estado brasileiro atuará nos cerrados. A ação do Estado através de programas

direcionados aos cerrados foi fundamental para a transformação do seu uso. É um papel decisivo, principalmente na esfera federal, conforme escreveram diversos pesquisadores. Calaça & Inocêncio (2009, p. 3) dizem que “a modernização agrícola no cerrado ocorreu por intermédio de diferentes formas de intervenção estatal na economia, que aqui denominamos de políticas públicas”. A atuação do governo militar brasileiro, no início dos anos 70, através de ações programadas, constitui “sustentáculo do desenvolvimento que se iniciava no Brasil Central, desencadeando uma política que visava ao aumento da produção e da produtividade em atividades agropecuárias”, aponta Bernardes (2008, p. 327). Para a autora, os programas estatais incidentes no Centro-Oeste “previam a ocupação racional dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial, com apoio no crédito favorecido” (BERNARDES, 2008, p. 328). As transformações na agropecuária do Brasil central, a partir da década de 1970, são frutos de interesses externos à região, com uma produção destinada a atender às demandas dos centros urbanos e das exportações, e à política vinculada ao Programa de Corredores de Exportação (BERNARDES, 2008, p. 327).

Dentre os diversos projetos, programas e planos que previam a reestruturação da agropecuária dos cerrados, o mais importante foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), criado em 1979/80. Mas outros, como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), com surgimento em 1975, e o Programa de Assentamento do Alto Parnaíba (PADAP), datado de 1972/73, podem ser considerados importantes e serviram de bases para aquele primeiro.

A atuação do POLOCENTRO foi direcionada para a implementação de infraestrutura, estudos regionais, pesquisa e também a assistência técnica nos cerrados do Centro-Oeste e de Minas Gerais (CALAÇA & INOCÊNCIO, 2008, p. 4). Implementado em 1973 em área de cerrado pelo governo de Minas Gerais, o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba (PADAP), seria, até então, o maior projeto agropecuário do Brasil. O PADAP e o POLOCENTRO “influenciaram decisivamente a elaboração de novos programas nas áreas do cerrado, principalmente no que viria a ser o principal deles, viabilizado pelo Estado brasileiro, a partir da década de 70, o PRODECER” (SANTOS C., 2000, p. 72). Tendo a região Centro-Oeste como um todo, outro instrumento importante para a criação de infraestrutura foi o PRODOESTE (BERNARDES, 2008, p. 327).

Passo importante veio após estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e diversas unidades de pesquisa, criando condições para usos do solo antes inimagináveis para os cerrados.

Com diversos pré-requisitos atendidos, coube ao PRODECER selar de vez uma nova etapa para o Brasil Central. Esse programa foi fruto de acordos entre os governos brasileiro e japonês, tendo essa região brasileira como área de atuação. Em linhas gerais, o Brasil tinha a responsabilidade de dotá-la de infraestrutura, equipá-la de modernas vias de comunicação, energia elétrica, dentre outros objetos de usos sociais e fornecimento de tecnologia. O Japão era representado pela Japan Internacional Cooperation Agency (JICA), entidade que coordenou a pesquisa e a elaboração do projeto. A JICA, juntamente com bancos japoneses, foram a fonte dos empréstimos ao PRODECER.

Foi criada a Companhia de Produção Agrícola (CPA), que foi substituída pela Companhia de Promoções Agrícolas (CAMPO), empresa binacional com 51% de capital brasileiro e 49% japonês. A CAMPO foi a entidade responsável em coordenar e planejar o PRODECER, além de assistência técnica aos produtores (SANTOS C., 2000, p. 76). Por fim, a execução cabia às cooperativas organizadas pelos agricultores.

O PRODECER teve três fases. Na primeira, chamada de PRODECER I, sua área de abrangência correspondeu aos municípios mineiros de Paracatu, Coromandel e Iraí de Minas, numa área de aproximadamente 70 mil hectares. Já a segunda, PRODECER II, atingiu os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. Na Bahia, foram implantados, no município de Formosa do Rio Preto, dois projetos de colonização: Ouro Verde e Brasil Central.

A atuação do PRODECER pautava-se na introdução de uma nova filosofia na utilização das terras do cerrado, cujo impacto foi muito além dos seus projetos de colonização (efeito demonstração), como explica Cunha (1994, p. 59, apud SANTOS C., 2000, p. 78): “O importante do projeto não se restringiu ao relativamente pequeno número de famílias diretamente envolvidas [...] graças a seu efeito-demonstração...”.

Os objetivos traçado por esse programa beneficiavam setores ligados ao capital, “propiciando a continuidade da expansão industrial (produção de maquinários modernos), a transformação tecnológica e o desenvolvimento, em



bases empresariais, da agricultura brasileira” (SANTOS C., 2000, p. 72). No trecho a seguir, Santos C. analisa o programa:

Previa-se que, na área incorporada pelo PRODECER, implantar-se-iam grandes e modernas unidades de produção, os agricultores vinculados às cooperativas, com suporte empresarial, privilegiando-se culturas de grãos como sorgo, milho e soja, principalmente, com tecnologia avançada, produção intensiva e em escala que abasteceria fatias importantes do mercado externo. (SANTOS C. 2000, p. 73).

Essas ações contribuíram para transformar os cerrados em um dos espaços agrícolas mais modernos do país e integrado à economia globalizada. Em 2013, 41,3% das exportações brasileiras, cerca de U\$ 99,97 bilhões, foram do agronegócio, sendo que a principal fatia é a do complexo soja, como 31% desse setor<sup>24</sup>.

## **2.4 PROCESSO DE OCUPAÇÃO E USOS DO TERRITÓRIO DOS CERRADOS BAIANOS**

O caminho inicial será o entendimento da periodização da ocupação e uso dos cerrados baianos, assim como propuseram Santos e Silveira (2005) para o Brasil, passando de um meio natural ao técnico e chegando ao técnico-científico-informacional. Não será realizado um estudo exaustivo da história da região, mas sim uma periodização capaz de proporcionar o entendimento do processo histórico desse espaço e sua implicação no período atual. Em *Por uma outra globalização*, Santos (2003) menciona que hoje se vive num mundo confuso e confusamente percebido. Essa afirmação chama a atenção para a existência de um mundo por demais complexo, requerendo teorias que considerem a história humana e que levem à compreensão de seus processos. A breve periodização a seguir tentará subsidiar o entendimento do processo histórico da região.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/01/exportacoes-do-agronegocio-atingem-quase-uss-100-bilhoes-em-2013>. Acessado em 07/08/2014.

### **O meio natural:**

O início<sup>25</sup> da colonização portuguesa nos cerrados baianos advém do contexto mais amplo de ocupação dos sertões do São Francisco, sobretudo influenciado pela escravidão de povos indígenas (SANTOS FILHO, 1989, p. 25). Esse movimento está ligado ao processo de colonização através do Rio São Francisco, do litoral para o interior da colônia. Nesse sentido, nos falamos Santos Filho et al. (1989, p. 25) que “desde o final do século XVI, mas sobretudo a partir do século XVII, surgem pequenos povoados, missões e arraiais, ao longo do São Francisco e dos vales de seus afluentes...”. Após a travessia do Rio São Francisco, os colonizadores adentraram pelo Além São Francisco, como eram conhecidas as terras localizadas depois do grande rio, navegando nos seus principais afluentes e subafluentes: os rios Grande, Corrente e Preto.

Outro movimento de colonização foi motivado pela esperança em encontrar riquezas minerais (ouro, diamantes, etc), o que levou os colonizadores a atravessarem o semiárido nordestino, onde predomina a caatinga, e chegar a uma região cujo clima apresenta chuvas mais regulares e onde há rios perenes: a região do cerrado. Os desbravadores alcançaram as terras que hoje constituem os estados de Goiás e Tocantins, onde encontraram reservas minerais, principalmente diamantes. Para Pitta (2005), alimentos oriundos dos cerrados baianos abasteceram as minas da Chapada Diamantina e Minas Gerais. Como também foi o caso da criação de gado ao longo do Rio São Francisco que abasteceu aquelas regiões (SAMPAIO, 1955). Assim, os primeiros povoados ao longo do Rio São Francisco e dos seus afluentes, localizados nos cerrados baianos, funcionaram como entrepostos comerciais entre os sertões de Goiás, Maranhão e Piauí e as cidades do litoral nordestino, principalmente Salvador.

As fazendas de gado e a agricultura (mandioca, cereais, cana-de-açúcar e algodão) viabilizaram os primeiros arraiais às margens do Rio São Francisco. Em fins do século XVII, mais precisamente no ano de 1698, o rei de Portugal ordenou a criação dos primeiros arraiais (Rio Preto, Rio Grande e Rio São Francisco – Barra)<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup>Antes da chegada dos portugueses já havia índios habitando essas terras, como afirma Pitta (2005, p. 15): “[...] os Acroás e Mocoás, à margem do São Francisco e os Chacriabás na zona dos gerais (cerrado)”. Segundo Santos Filho et al. (1989, p. 25): “Em primeiro lugar, avançam as expedições que visam à submissão e à escravização de indígenas. A ‘guerra’ aos índios é recompensada com a concessão de sesmarias, que, uma vez partilhadas, dão origem às fazendas de gado”.

<sup>26</sup>Arraial “... do Rio Preto – atual Santa Rita de Cássia; [arraial] do Rio Grande – Campo Largo, hoje

Desses três arraiais surgiram os municípios que hoje compõem o que se chama de Oeste Baiano, ou o Além São Francisco<sup>27</sup>, onde se encontra o bioma do cerrado.

Barra foi um dos primeiros e mais importantes núcleos de povoamento que surgiram nos sertões do São Francisco. A origem remonta os anos de 1670 e situava-se em terras da Casa da Torre, Garcia D'Ávila. A localização estratégica foi fundamental, já que situava na foz do Rio Grande, em sua margem esquerda, ou seja, no encontro deste rio com o Rio São Francisco. Já sua elevação à condição de município, denominado Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande (SEI, 2003)<sup>28</sup>, hoje Barra, ocorreu em 1752, sendo um dos primeiros do sertão nordestino. Analisando os dados apresentados por Sei (2003), nota-se que no século XVII, Barra era a única vila existente fora do litoral e do Recôncavo Baiano (no caso da Capitania Bahia de Todos os Santos) da colônia, em se tratando das três capitanias que deram origem ao Estado da Bahia (Bahia de Todos os Santos, São Jorge de Ilhéus e de Porto Seguro). As poucas vilas constituídas nos primórdios da colonização estavam concentradas no litoral. Deste modo, a existência da Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande demonstra sua importância ao longo dos períodos colonial, do Império e início da República.

Das terras pertencentes a vila, originaram trinta e um municípios que hoje fazem parte do estado da Bahia (SEI, 2003). Dentre estes, estão todos os municípios localizados nos chapadões do extremo oeste do estado, onde predomina o cerrado e a atual agricultura moderna. Contudo, o papel desempenhado por Barra vai além de sua circunscrição administrativa. Localizada no encontro do Rio Grande com o Rio São Francisco, a povoação tinha uma posição privilegiada, o que possibilitou desempenhar uma função de entreposto comercial, polarizando fluxos desde o Litoral, principalmente Salvador, até os sertões de Goiás, Piauí e Maranhão. Ainda na década de 1940, havia na cidade de Barra uma concentração do comércio atacadista, que detinha um alcance regional (informação verbal)<sup>29</sup>. A navegação

---

chamado Taguá (distrito de Cotegipe), e [arraial] do Rio São Francisco – Barra... foram os pioneiros [arraiais] da nossa região e anos depois originaram os primeiros municípios". Pitta (2005, p. 16)

<sup>27</sup>São os municípios à esquerda do Rio São Francisco que hoje fazem parte do Estado da Bahia.

<sup>28</sup> A povoação passou por várias denominações até a simplificação pelo topônimo *Barra*, em 1931. Vide SEI (2013).

<sup>29</sup> Informação obtida durante o *Seminário Nacional Contribuição a Geografia Brasileira. Encontro de Gerações*, em Salvador, maio de 2013. Na oportunidade, Pedro Geiger informa sobre participação, na década de 1940, em excursão do IBGE na região que hoje cobre parte da Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão. Tendo a oportunidade de visitar e analisar a cidade de Barra.

fluvial foi determinante para a importância da cidade. Por outro, a decadência deste sistema de transporte e ascensão do modal rodoviário, a partir da década de 1960, será fator decisivo no pouco dinamismo de Barra, já que as principais rodovias da região não contemplarão a cidade. Desta forma, outros centros assumirão o papel que antes fora de Barra. Ainda sobre um dos períodos áureos de Barra, Sampaio (1955) escreve que

Entretanto, é excelente a posição em que a cidade está edificada. Situada na confluência do Rio São Francisco com o seu notável tributário, o Rio **Grande**, a cidade da Barra é o entreposto natural das regiões ocidentais que visinham o sul do Piauí e com o oriente de Goiás, transpostas as serras do divisor dos rios São Francisco e Tocantins.

O Rio **Grande**, que, em sua foz tem 246 metros de largura e oferece à navegação cerca de cinquenta léguas, facilitando as comunicações para as vilas de **Campo Largo**, **Santa Rita**, permitindo por meio de seu mais considerável afluente, o Rio Preto, atingir, de um lado **Paranaguá** no território de Piauí e, de outro, o baixo Tocantins que se alcança descendo as águas tranquilas do Rio do **Somno**, contravententes do Rio Preto, é uma artéria de primeira ordem dentro do vale do São Francisco [...]

Por isso, a navegação pelo curso d'água principal e pelos afluentes permite penetrar fundo no interior das terras atingindo-se **Barreiras** sobre o rio Grande e pouco abaixo da confluência do rios das **Ondas**, **Porto das Pedras** no **Rio Branco**, **Santa Maria** para cima de Santa Rita no **Rio Preto**, pontos donde partem as estradas que levam aos sertões de Goiás, do Maranhão e do Piauí, e de que a cidade da **Barra** representa o centro irradiantes. (SAMPAIO, 1955 p. 89-91, grifo do autor).

Como se observa, são os aspectos naturais os fatores responsáveis por determinar a existência dessas povoações nesse período. Os rios orientaram o processo de distribuição das populações, como lembra Santos Filho et al. (1989):

A ocupação dos cerrados baianos, como a de todo o Além-São Francisco, está ancorada, desde seu início, na navegação fluvial. Ela é possível no próprio São Francisco e em três dos seus afluentes: Grande, Corrente e Preto. Os cursos dos rios orientam a distribuição da população e das atividades econômicas regionais. Nos seus limites navegáveis, surgem pequenas povoações e portos fluviais, como Barreiras e Formosa do Rio Preto... (SANTOS FILHO et al., 1989, p. 25).

O alcance inicial da colonização foi possibilitado pelos trechos fluviais navegáveis dos principais rios da região. E a origem dos primeiros povoados também está ligada a esses limites navegáveis dos rios, como também aponta Pitta (2005),

Conforme a Enciclopédia dos Municípios do IBGE, por volta de 1825, os primeiros barqueiros chegaram ao lugar onde se situa Barreiras, começando a instalar fazendas e criando a 10 km do porto um povoado que se chamou Buracão, atual Arraial da Penha. O porto era considerado o último do Rio Grande, porque alguns quilômetros acima o curso do rio é tomado por barreiras de pedra à flor d'água, que impedem a navegação de prosseguir. (PITTA, 2005, p. 23).

Essas condições naturais vão orientar o surgimento de portos fluviais e povoações que funcionarão como entrepostos comerciais, principalmente com Goiás, fornecendo produtos como o minério e o gado; e o litoral retribuindo com ferramentas, tecidos, remédios, querosene, sal, etc. No século XVIII, com a descoberta de ouro em Minas Gerais e do diamante em Goiás, inicia-se um considerável comércio entre as zonas mineiras e as praças nordestinas. Já no século XIX, começam a se desenhar povoados nas regiões do cerrado baiano, ganhado destaque Barreiras e Formosa do Rio Preto, afirma Santos Filho et al. (1989), por conta desse comércio.

A partir das décadas de 1870 e 1880, tem início a extração da seiva de mangabeira para a produção da borracha, fato que dinamiza os cerrados baianos e atrai imigrantes. Em consequência desses processos, impulsionada também pelos ganhos do extrativismo da mangabeira, Barreiras desenvolve-se e, em 1891, é elevada à categoria de município. Entretanto, esse dinamismo é limitado, não sendo capaz de alterar as características, como afirma Santo Filho et al (1989): "...a ocupação dos cerrados baianos é, assim, lenta e rarefeita, como no conjunto do Além-São Francisco. E mantém tais características até os anos 1940-50".

No entanto, é a pecuária extensiva a principal atividade econômica dos cerrados baianos (criação sazonal, devido às limitações do solo dos cerrados), como também no contexto de todo Além-São Francisco. A agricultura era basicamente de subsistência e caracterizada por uma circulação local ou regional do seu excedente,

a exemplo do algodão arbóreo. Essa agricultura concentrava-se nos férteis vales, devido à proximidade com a água e pelas condições adversas dos solos dos gerais (cerrado). A extração da borracha da maniçoba marca um período para a região, tendo seu apogeu no final do século XIX e início do XX. Cidades que serviam como entrepostos comerciais, localizadas ao longo dos rios, se beneficiaram com seu comércio, como foi o caso de Barreiras e principalmente Barra que acentuou sua influência neste período (IBGE, 1958, p. 58). Barra era parada obrigatória entre o Litoral e o Além São Francisco.

Esta rarefação do meio técnico e populacional no oeste da Bahia vai perdurar aproximadamente até a segunda metade do século XX. Até meados do século XX, como aponta Santos Filho et al (1989, p. 27), “... não existe praticamente uma rede urbana (no Oeste da Bahia): as ‘cidades’ e povoações estão dispersas e desarticuladas regionalmente” e “as atividades urbanas se desenvolvem lentamente, de forma subordinada e secundária em relação a uma agropecuária que, por sua vez, também apresenta muito pouco dinamismo”.

### **O meio técnico – novo momento nos cerrados baianos:**

A passagem do meio natural (“pré-técnico”), caracterizado pela imposição de um “tempo lento”, ou seja, o tempo da natureza, para o meio técnico, marcado pelo tempo humano, das máquinas, é gradual no espaço nacional, como apontam Santos e Silveira (2005, p. 37): “Mas, para o conjunto do país pode-se situá-lo (transição) entre o começo do século XX e a década de 1940”. Os autores demonstram que houve um período de transição no território brasileiro, marcado por expressão e duração diferentes, segundo suas diferentes regiões. A seguir, há uma pequena caracterização da transição e da consolidação do meio técnico no espaço estudado, embora o propósito não seja realizar uma delimitação precisa, mas uma diferenciação desses períodos.

A passagem do período natural para o técnico, com sua consequente consolidação nos cerrados baianos, pode ser caracterizada pela criação de alguns objetos técnicos, “verdadeiras próteses” e “prolongamentos do território” (SANTOS e SILVEIRA, 2005). Merece destaque a usina hidrelétrica inaugurada em 1928 no município de Barreiras, a segunda da Bahia, possibilitando a instalação de outros

objetos, como, por exemplo: um matadouro-frigorífico; o aeroporto, construído pelo governo americano em fins da década de 1930 e início de 1940; instalação do Banco do Brasil em 1943; instalação de uma fábrica de tecidos sustentada pelo ciclo do algodão na região, do início do século XX até a década de 1960; construção da hidroelétrica de Correntina em 1966 e a implantação das BRs 242 e 135 pelo 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (BEC). Nem todos esses objetos técnicos mantiveram sua hegemonia, pois outras articulações técnicas e modos de fazer apareceram.

A tentativa aqui é periodizar a partir do fenômeno técnico como um caráter sistêmico: “A história, ainda que sumária [...] revela que uma técnica nunca aparece só e jamais funciona isoladamente [...]. Não é possível entender plenamente uma técnica fora do todo a que pertence”, diz Santos (2006, p.175). Dessa forma, cada período é marcado por um conjunto coerente de técnicas que são dependentes entre si. A partir da análises de Haesbaert (1997), pode-se imaginar esse período de transição técnica no Oeste da Bahia:

Os lentos ritmos dominantes definiam uma espécie de império das águas, onde quase todos os centros urbanos estavam situados junto aos rios e deles dependiam. Mas ao mesmo tempo em que as rústicas canoas ou ‘paquetes’ retratavam o ritmo vagaroso dos sertões, a cidade de Barreiras, no coração do oeste baiano, era dotada em 1945 de ‘um dos melhores aeroportos da América’, escala dos aviões da Pan Air do Brasil, linha Rio – Belém, e da Pan American World Airways, linha Miami – Rio – Buenos Aires. (HAESBAERT, 1997, p.125-126).

Com a criação de Brasília em 1960 e “a política de ocupação estratégica do território central do Brasil”, dizem Santos Filho et al, (1989, p. 28) inicia-se o processo de valorização das terras do Oeste da Bahia e a formação da malha rodoviária regional. A implantação das rodovias BR-135 (Brasília – Barreiras – Piauí), BR-242 (Barreiras – Salvador) e BR-020 (Brasília – Barreiras) possibilita a integração da região com os principais centros de comando do país. Como corrobora Vieira (apud FILHO e FILHO, 2008, p. 4): “A ampliação da rede viária nos cerrados baianos o aproximou dos grandes centros de produção e de consumo do país, permitindo a valorização da terra nesta região”.

A malha rodoviária regional é modelada também pelo governo do Estado da Bahia que “completa parcialmente a nova malha rodoviária com estradas secundárias, a exemplo da BA-172, que liga Cocos, Coribe e Santa Maria da Vitória à BR-242” (SANTOS FILHO, 1989, p. 28). A partir de então, o modelo de transporte e comunicação é constituído sobre a lógica das rodovias, como bem fala Haesbaert (1997, p. 129): “Pode-se afirmar que a partir da modernização ocorrida nas últimas décadas o ‘império’ e o ritmo das águas foi substituído pelo ‘império’ e o ritmo do asfalto”.

Essas mudanças trazem uma valorização do espaço e toda uma nova concepção no fazer. É exatamente “o fazer” a característica que torna possível a distinção das épocas: “As épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas”, diz Santos (2006, p.177). Nos anos de 1970, novas técnicas são adotadas, como é o caso da implantação do perímetro irrigado de Barreiras-São Desidério pela Companhia de Desenvolvimento dos Vale do São Francisco e do Paraíba (CODEVASF) e o desenvolvimento de uma pecuária mais moderna. Linhas de crédito são atraídas para a região, como “os créditos subsidiados do FINOR/SUDENE e de outras linhas federais de empréstimos” (SANTOS FILHO, 1989, p. 29).

Novas possibilidades técnico-científicas possibilitarão a modernização do cerrado baiano em bases técnicas hegemônicas já em curso na região Centro-Oeste do país. A imposição de dinâmicas nacionais e globais abre mais um novo período para os cerrados baianos.

### **O meio técnico-científico-informacional nos cerrados baianos:**

O fim da Segunda Guerra Mundial é o início de grandes transformações, o que leva Richta (1968 apud SANTOS, 2006, p. 238) a propor a constituição do “período técnico-científico”. As mudanças do tempo se fazem também no espaço. O território constitui-se de novas materialidades, ou melhor, novos objetos, fruto do processo técnico-científico, cuja função principal é determinada pela informação, beneficiando as grandes corporações. Esses objetos já nascem com intencionalidades predefinidas, e deles emanam ações. Mas também são as ações humanas, a política, que orientam esses objetos. Dessa forma, há uma dialética



entre objetos e ações. Daí o espaço geográfico ser constituído de objetos e ações. Por conseguinte, a resposta do espaço ao novo período é a constituição de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006).

Em se tratando de Brasil, novas transformações em curso são consolidadas, e o centro de comando do país é a região Sudeste, denominada por Santos e Silveira (2005) de Região Concentrada, onde o meio técnico-científico-informacional se apresenta de forma contínua, embora não homogênea, como expressa Elias (2006), tendo o estado de São Paulo como o grande beneficiado. No entanto, no restante do país, a manifestação desse meio técnico-científico-informacional se faz presente, mas de forma descontínua, seja em determinados pontos, ou através de manchas, como é o caso do Nordeste, com os cerrados baianos (dentre outros espaços).

Essas transformações são frutos da expansão do capital, pautadas agora no processo de globalização. Há uma reestruturação em todo o processo de produção, com a incorporação de novas técnicas e a expansão das relações capitalistas para espaços “periféricos”, num tempo acelerado e com alta lucratividade. No Brasil, o capital agrícola imprime uma modernização sem precedentes na agropecuária, como se observa na expansão das fronteiras agrícolas. Como afirma Elias (2006), as regiões Sudeste e Sul são as primeiras a serem atingidas pelo processo de modernização, somadas posteriormente ao Centro-Oeste, todas dominadas por empresas nacionais e internacionais, hegemônicas nos processos agroindustriais. A ocupação do Oeste Baiano é parte integrante desse processo, e, conforme já foi exposto, teve o incentivo do Estado brasileiro (a exemplo dos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER). Assim,

A relação social capitalista que avança sobre o território dos cerrados baianos teria então duas características fundamentais. A primeira é a subordinação da atividade agrícola local com relação à indústria, e a segunda, a lógica financeira que preside o movimento do capital. Essas duas características determinarão uma nova hierarquia para as relações sociais e as atividades produtivas da região, ao subordinar, direta ou indiretamente, o conjunto das relações e atividades da região. (SANTOS FILHO et al, 1989 p. 55).

Os avanços técnico-científicos foram decisivos para a mudança no uso dos cerrados. Um de seus grandes efeitos é a inovação que possibilitou o plantio de grãos, principalmente a soja, nessas áreas antes tidas como “improdutivas”, como fazem crer os agentes do agronegócio, esquecendo-se das práticas antes existente nos gerais<sup>30</sup>.

Aliada a esse fato está a busca de terras por agricultores do Sul do Brasil. A partir desse momento, torna-se nítida a relação entre as novas relações sociais capitalistas, pautadas em lógicas industriais e financeiras no território, com base na implantação de modernos objetos técnicos e na introdução de novas técnicas de produção. Nesse momento, são desencadeadas alterações sociais, políticas, econômicas e territoriais. A própria rede urbana é redefinida segundo os interesses dos atores hegemônicos, que agora são de origem exógena (o território é comandado por fluxos nacionais e globais). A cidade de Barreiras assume um comando regional, enquanto novas localidades, a exemplo de Luís Eduardo Magalhães, vão surgir, subjugando antigos centros regionais.

Em 1980, a área plantada com soja no Oeste baiano era praticamente zero. Contudo é nessa década que se inicia um novo ciclo na produção de grãos nos cerrados baianos. Em 1986, a soja e arroz já ocupavam 233.100 ha, o que representa 99% da área total ocupada pela agricultura moderna na região. São valores marginais, se comparados com a área cultivada em todo o cerrado brasileiro, conforme apontam Santos Filho et al. (1989), mas que representam um novo uso do território. Essas duas culturas também são utilizadas como os primeiros plantios após o desmate da vegetação. Em 1988, a área plantada apenas com essa oleaginosa já era de 201 mil hectares, com uma produção de 367.700 t, afirma Haesbaert (1997). Na safra de 1992-93, o plantio de soja e milho rende 803 mil toneladas, chegando a 4,7 milhões de toneladas nas duas culturas no ciclo de 2009-10, segundo dados da Associação do Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA, 2010). Novas culturas são introduzidas e incorporadas no processo agroindustrial oestino. Atualmente, destacam-se quatro *commodities* (soja, algodão, milho e café). Segundo informações da AIBA (2012), a área ocupada pela agricultura no cerrado baiano já alcançou cerca de 2 milhões de hectares (dos cerca de 3 milhões de hectares de ocupação possível pela agricultura moderna nos cerrados baianos), com

---

<sup>30</sup> Como é conhecido o cerrado pelas comunidades tradicionais.

recorde de 7,3 milhões de toneladas produzidas e com uma renda de R\$ 6 bilhões na safra 2011-2012.

Esses dados representam uma refuncionalização dos cerrados baianos imposta de fora para dentro. As necessidades e interesses dos agentes nacionais e globais obrigam a uma nova divisão territorial do trabalho, e tudo se altera: os processos sociais, econômicos, culturais e políticos. A vegetação nativa, além dos seus usos anteriores, como a pecuária extensiva e o uso comum dos gerais por comunidades tradicionais, cede lugar, de forma acelerada, a extensas fazendas ligadas ao agronegócio. Hoje, as chapadas do Oeste da Bahia se caracterizam pela produção agrícola moderna.

Há uma forte concentração da terra, geralmente nas mãos de agricultores vindos, em sua maioria, do Sul e Sudeste do país e de grupos econômicos ligados ao agronegócio. Fazendas com extensões cada vez maiores se tornam uma tendência. São as grandes firmas as mais beneficiadas, pois reúnem as condições tanto para viabilizar o plantio, como para, posteriormente, fazer circular o produto no mercado. São os casos, por exemplo, das multinacionais Bunge e Cargill, que serão abordados nos próximos capítulos. Apesar de não possuírem plantios na região, processam e circulam as maiores cifras de soja.

Este novo uso do território pode ser identificado nos novos objetos técnicos e em novas formas de produção. Em 1987, só havia 11 pivôs centrais no Oeste Baiano, escreve Haesbaert (1997). Entretanto, em 1990, os pivôs são 100 unidades, mas passaram para 400 em 1993, 547 em 1995, 660 no ano 2000 e, em 2010, já alcançam 860 equipamentos nesse espaço, (AIBA, 2010). Em todo o cerrado brasileiro são quase 7 mil pivôs centrais, e Luís Eduardo Magalhães (LEM) está entre os três municípios do país com maior quantidade de pivôs. Podem-se citar também a implantação de eletrificação rural em mais de 1.160 km, só na Bacia do Rio Grande, durante as décadas de 1990 e 2000 (AIBA, 2010), e a construção de novas rodovias, como o anel da soja, BA-459. Notável transformação do território é o próprio nascimento da cidade de Luís Eduardo Magalhães.

Com o auxílio da representação cartográfica, na Figura 2 é possível visualizar algumas transformações apontadas aqui sobre os cerrados baianos, contribuindo para a compreensão da formação de um meio técnico-científico-informacional

naquele espaço. Nesse mapa estão todos os municípios baianos e a distribuição dos imóveis rurais já certificados pelo INCRA<sup>31</sup> em todo o estado da Bahia. A certificação de imóveis rurais é uma exigência da legislação federal, sobre a responsabilidade do INCRA. Outra exigência perante os órgãos ambientais é o licenciamento ambiental dos imóveis rurais, conforme enquadramento na legislação<sup>32</sup>.

Tanto a certificação de imóveis rurais quanto o licenciamento ambiental exigem o georreferenciamento do respectivo imóvel, conforme legislação vigente. Observa-se, no mapa da figura 2, que a distribuição desses imóveis indica uma concentração na região dos cerrados baianos. Atualmente, cerca de 70% dos protocolos para certificação são demandas provenientes do Oeste da Bahia<sup>33</sup>, fato ocasionado pela dinâmica do agronegócio da região. Esse processo de georreferenciamento, que exige sistemas técnicos outrora não presentes (utilização de GPS, com precisão em centímetros, e profissionais capacitados<sup>34</sup>), e a necessidade de informação caracterizam o espaço geográfico atual, presentes nessa relação entre ações e objetos. Essa disposição dos imóveis rurais, vista no mapa, é sintomática de como o meio técnico-científico-informacional se manifesta no espaço agrícola baiano.

---

<sup>31</sup> “A Certificação do Imóvel Rural foi criada pela Lei 10.267/01. O processo é feito exclusivamente pelo Incra. Esse documento é exigido para toda alteração de área ou de seu(s) titular(es) em Cartório (de acordo com os prazos estabelecidos no Dec. 5.570/05). Corresponde à elaboração de uma planta georreferenciada deste imóvel”. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/certificacao-de-imoveis-rurais>. Acessado em: 19/03/2014.

<sup>32</sup> O licenciamento ambiental é um instrumento de gestão ambiental instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente. Estão sujeitos ao processo de licenciamento ambiental as atividades e os empreendimentos que atendam às exigências da legislação, conforme prevê a Resolução CONAMA 237: “Art. 2º - A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis”. É o caso dos imóveis rurais da agricultura científica globalizada dos cerrados baianos.

<sup>33</sup> Disponibilizado em: <http://www3.seagri.ba.gov.br/noticias/2011/07/22/mutir%C3%A3o-do-incra-para-certifica%C3%A7%C3%A3o-de-georreferenciamento-no-oeste-da-bahia>. Acessado em 19/03/2014.

<sup>34</sup> O INCRA estabeleceu, através de normativo, uma precisão de cinquenta centímetros, além da exigência de profissional específico para o trabalho.

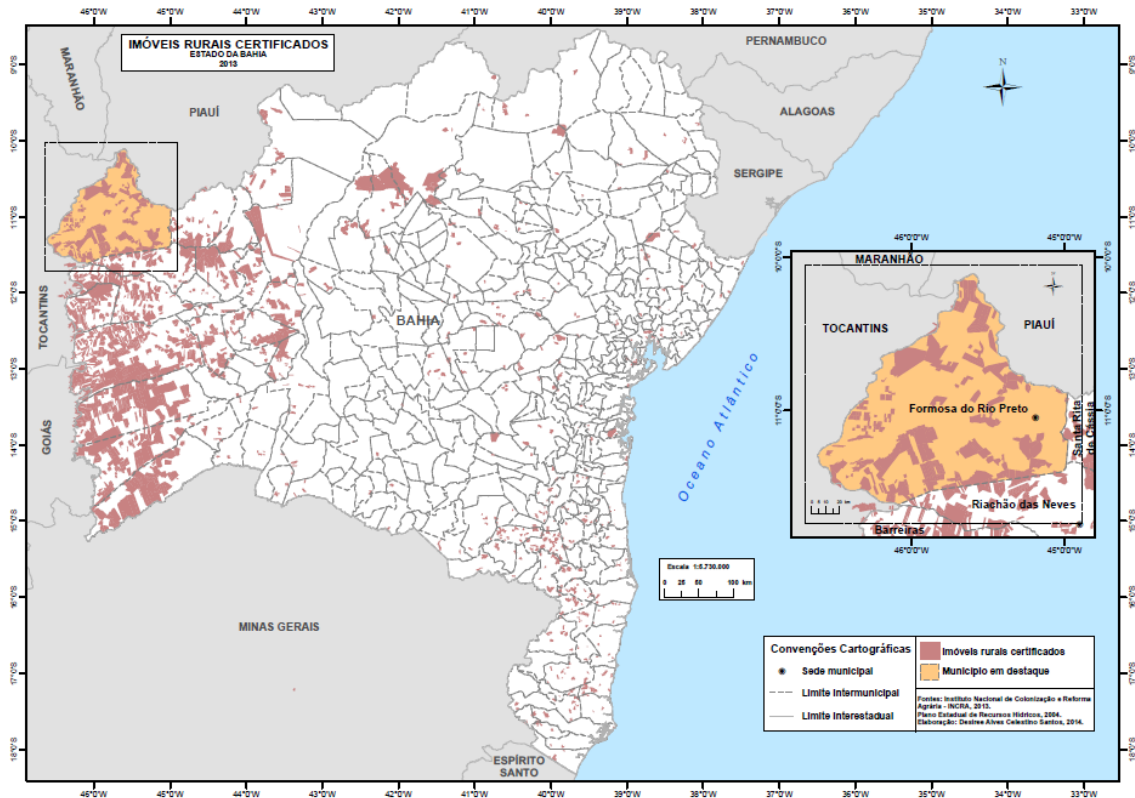


Figura 2 – Imóveis Certificados pelo INCRA. Dos 2.652 imóveis rurais certificados na Bahia pelo INCRA<sup>35</sup>, cerca de 70% se encontra no Oeste Baiano.

Fonte: Inbra, SEI

## 2.5 FORMOSA DO RIO PRETO E OS MEIOS GEOGRÁFICOS: DO NATURAL AO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

No item anterior, procurou-se entender a passagem da história sobre os cerrados baianos, recorrendo à identificação e à classificação de seus distintos meios geográficos. A base para essa explicação geográfica foi a análise da técnica como fenômeno<sup>36</sup>. Seguindo a mesma proposta metodológica, realizar-se-á uma breve análise sobre Formosa do Rio Preto.

Santos (2006) afirma que, frequentemente, o nascimento de uma cidade fruto da colonização é estabelecido por sua fundação. Quando o caso remete à emancipação política, adota-se a data do acontecimento. Mas outros campos do

<sup>35</sup> Pesquisa realizada em 22/10/2013, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – SR 05.

<sup>36</sup> Seguimos o caminho proposto por Santos e Silveira (2005, p. 20): “Nossa preocupação é com a técnica e não apenas com a tecnologia, pois a primeira envolve todas as formas técnicas, com ênfase nas que hoje têm embutidas a ciência e a informação – uma técnica informacional e não a pura tecnologia”.

saber utilizam critérios próprios para realizar propósitos semelhantes, como é o caso da geomorfologia, que utiliza seus pressupostos geomorfológicos, baseados na identificação e disposição das camadas, para datar áreas e distinguir suas fases naturais.

Para esse mesmo autor, a geografia pode ser capaz de apresentar a história de um determinado lugar. Para tanto, ela pode utilizar a intermediação da técnica na relação entre tempo e espaço. Assim,

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares. (SANTOS, 2006, p. 57).

Alguns cuidados devem ser tomados, primeiramente diferenciando aquilo que o autor vai chamar de *idade científica da técnica e idade histórica da técnica*<sup>37</sup>. É o último que importa nesta análise, pois “é a data em que, na história concreta, essa técnica se incorpora à vida de uma sociedade” (SANTOS, 2006, p. 57). A técnica também é redefinida por esse lugar e, portanto, é a relação entre esses dois elementos (técnica e lugar), o que origina um novo uso e também um novo lugar com a chegada das novas técnicas: “São todas essas técnicas, incluindo as técnicas da vida, que nos dão a estrutura de um lugar” (SANTOS, 2006, p. 58). E o que cabe a geografia é entender o uso do conjunto das técnicas que chega ao lugar e não uma técnica isoladamente.

A seguir, tentar-se-á esse exercício, que corresponde a uma breve análise sobre o município de Formosa do Rio Preto. Uma difícil empreitada, já que são poucos os registros, dados e informações sobre a história de Formosa do Rio Preto.

### **Formosa do rio preto no meio natural:**

Os primeiros relatos de exploração portuguesa na área que hoje corresponde ao município de Formosa do Rio Preto datam do século XVII (IBGE)<sup>38</sup>. Porém o vale

---

<sup>37</sup> Santos (2006, p. 57) afirma que a idade científica das técnicas é “a data em que, num laboratório, elas são concebidas. Mas isso pode ter apenas importância para a história da ciência. E, ao lado dessa idade científica, há uma idade propriamente histórica, a data em que, na história concreta, essa técnica se incorpora à vida de uma sociedade...”

<sup>38</sup> Conforme está descrito no site do IBGE. Disponível em:

do Rio Preto, onde ele está inserido, já era habitado por tribos indígenas “de várias etnias em tempos históricos diferentes, como os Xacriabá, os Acroá, os Xerente”, conforme relata Nimiendaju (1942, apud BAHIA, 2010). Segundo Dias (2009 p.136), vestígios da presença indígena foram encontrados em diversas partes do município de Formosa do Rio Preto. Mas foi em sua parte oeste, no que hoje é a região do atual povoado de Aldeia, que permaneceram as últimas tribos indígenas, distanciadas da jusante do Rio Preto, onde, com o passar do tempo, foi crescendo a presença dos colonizadores brancos, obrigando cada vez mais a fuga dos indígenas para a montante da bacia do Rio Preto<sup>39</sup>. Aldeia foi o último refúgio dos índios antes do desaparecimento, não só no município, mas em todo o referido vale.

Em 1698, o rei de Portugal, D. Pedro II, ordena a criação do primeiro arraial às margens do Rio Preto, e um dos primeiros de todo o Além-São Francisco, com o nome de Santa Rita do Rio Preto, atual cidade de Santa Rita de Cássia. Além do Arraial de Santa Rita do Rio Preto, foram contemplados, nessa carta de fundação, os arraiais de Parnaguá, no Piauí, Campo Largo e Barra, na Bahia.

No século XIX, já há registro da existência do arraial de Formosa, rio acima do primeiro povoado do Rio Preto, Santa Rita do Rio Preto. A localidade de Formosa já respondia como um entroncamento no comércio regional, que ganhou impulso com a navegação dos vapores a partir de 1905, conforme relata Dias (2009). Nessa época, o transporte era realizado por vias terrestres no lombo de animais e pelo Rio São Francisco e seus afluentes, através de embarcações. Esse tipo de transporte foi estimulado por um comércio que ligava desde os sertões de Goiás até a cidade de Salvador. Dias (2009, p. 24-25) relata:

O vapor subia as águas do rio carregado de sal, café, querosene, açúcar, tecido e outras miudezas, abastecendo não só o comércio de Formosa como também o de Corrente, Jalapão e outros povoados circunvizinhos, e retornava à cidade de Juazeiro carregado de peles, carne seca, arroz, feijão, farinha, frutas, penas de ema e borracha. De Goiás e Piauí chegavam as tropas de burros e jumentos conduzindo os produtos de sua região e levando de volta outras mercadorias vindas de vapor.

---

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291110>>. Acessado em 21/10/2013.

<sup>39</sup> “Esse território, atualmente município de Ibipetuba (hoje Santa Rita de Cássia, mas que, na época, detinha as terras do que atualmente é o município de Formosa do Rio Preto), era povoado por índios guerém, cuja principal aldeia ficava situada na foz do rio Preto, no lugar Pontal, na serra do Boqueirão. Com a penetração dos exploradores no território, os índios foram-se mudando, sucessivamente, para outros locais dentro no município, onde habitaram, pela última vez, o lugar denominado Aldeia, no distrito de Formosa do Rio Preto. Atualmente, os guerém, já semicivilizados, estão localizados ao norte do estado de Goiás.” (IBGE, 1958, p. 253)

Desta maneira era feito o intercâmbio de mercadorias além das balsas que também faziam o percurso até o porto de Barra. (DIAS, 2009, p. 24-25).

A rarefação humana nos cerrados baianos foi sua marca por longos tempos, mesmo após a ocupação e colonização pelos portugueses e do povo que se formou a partir daí. Assim, a região de todo Além-São Francisco continuou com uma densidade populacional baixa e uma exploração extrativista. Alguns povoados se formaram por sua localização privilegiada, exercendo a função de entrepostos comerciais entre a região dos sertões e das minas de Goiás e sul do Piauí e as praças do litoral nordestino, principalmente Salvador. Foram os casos de Barreiras e Formosa do Rio Preto, por se localizarem às margens de afluentes e subafluentes, respectivamente, do Rio São Francisco. Com o trajeto navegável até a cidade de Juazeiro (BA), essas duas aglomerações possuíam portos que eram os nós dessa rota. A viagem a partir destes portos seguia até a cidade de Juazeiro por via fluvial. A partir daí, o trajeto por ferrovia continuava a ligação com Salvador, a primeira capital do Brasil. Uma das principais rotas de comunicação de Salvador com os sertões de Goiás passava pelo Rio São Francisco-Rio Preto. Quando da produção de excedente agrícola pela região dos cerrados, seu escoamento também era por essa rota.

No Rio Preto, o transporte era feito através de balsas de buritis, canoas, paquetes, barcas e os vapores a partir de 1905. As balsas feitas de buritis eram frequentemente utilizadas pelos geraizeiros que habitavam o alto curso do Rio Preto para escoar principalmente o arroz produzido nas veredas de buritizais. Hoje, os geraizeiros praticamente não plantam arroz. Essa prática, realizada com a supressão da vegetação e queimada, levou os órgãos ambientais a proibirem esse plantio nas veredas.

A navegação a vapor até a cidade de Formosa do Rio Preto durou 55 anos, de 1905 até 1960, realizada principalmente pela Viação do São Francisco, num trajeto mensal entre Juazeiro e Formosa do Rio Preto. A passagem do vapor por essa cidade era um verdadeiro acontecimento, importante tanto para as atividades econômicas como para vida social e cultural de sua população, como é relatado por Dias (2009):

Em janeiro de 1960, deixando uma lacuna muito grande na vida comercial e também poética de Formosa, o Jansem Melo



(embarcação a vapor) deu o seu último adeus às águas do rio Preto, deixando o som melancólico do seu apito, ao dobrar a curva do rio, gravado nos corações dos formosenses [...] Os embarques e desembarques das pessoas que viajavam a bordo desse navio eram acontecimentos de grande destaque na vida social de Formosa... (DIAS, 2009, p. 56).

### **O meio técnico em Formosa do Rio Preto:**

Para a área que atualmente é o município de Formosa do Rio Preto, consideramos que o período compreendido do início do século XX até a década de 1950 pode ser considerado como uma passagem ou transição do meio natural para o meio técnico. A transformação do conjunto de objetos e ações que marcam essa transição acontece de forma gradual, levando décadas para sua concretização. Nesse sentido, é importante relatar essa transição e sua afirmação com base, principalmente, em dados coletado pela historiadora formosense Ester Dias.

Em 1930, chega o serviço de telégrafo e, em 1937, é inaugurada a primeira agência com serviços de correios da localidade. A criação desses serviços impulsionam a comunicação de Formosa com seu exterior. No ano de 1937 é inaugurada a primeira usina para beneficiamento do arroz, fato importante para a produção local do produto e sua comercialização: “foi uma grande parcela de colaboração para o desenvolvimento da vila (em 1929, Formosa passa de arraial para a condição de vila), exportando, desta feita, o produto já beneficiado” (DIAS, 2009, p. 40). Na década de 1940, são criados, na vila: colégio, biblioteca municipal e o teatro São Roque.

Na década de 1950, a Vila de Formosa, pertencente ao município de Santa Rita, se torna a morada do segundo prefeito eleito pela população, e, nessa década, a vila ganha iluminação à base de eletricidade gerada por motor a óleo diesel e também é construído um pequeno campo de pouso para aeronaves. E em 1961, Formosa do Rio Preto emancipa-se do município de Santa Rita de Cássia.

Apesar do saudosismo da historiadora Ester Dias ao relatar o fim das viagens a Formosa realizadas pela embarcação a vapor, outro sistema de transporte assume a hegemonia. Agora, ele se realiza sobre rodovias, com automóveis e caminhões ditando os ritmos de novos tempos. A década seguinte, de 1970, marca o claro privilégio pelo modal rodoviário na região, o que já vinha acontecendo em todo o país, e agora também no próprio município. Destaque-se a construção da BR-135,

datada desse período, que liga a região dos cerrados baianos, atravessando o município de Formosa do Rio Preto, ao sul do Piauí.

### **O meio técnico-científico-informacional no espaço agrícola de Formosa do Rio Preto**

O meio técnico-científico-informacional se manifestou primeiramente e de forma mais contínua na região Sudeste do país. Outras manchas do fenômeno se espalharam em diversas regiões, como foi o caso já relatado dos cerrados baianos, onde está localizado o município de Formosa do Rio Preto.

Esta parte do texto está focada na manifestação do meio técnico-científico-informacional no espaço agrícola, certamente onde houve a transformação mais substancial no município. A atividade representativa desse novo uso do território foi a introdução de uma agricultura científica globalizada<sup>40</sup> (SANTOS, 2008) nos chapadões do município, transformando os cerrados em arena da produção global. Ou seja, um uso que rompe, de forma brutal, as antigas práticas locais.

Como já foi descrito, as origens e os subsequentes usos do espaço, em Formosa do Rio Preto, tiveram fortes ligações com a agropecuária. Até pouco tempo, mais precisamente a década de 1970, a atividade do campo, no município, utilizava técnicas artesanais e a energia corpórea do agricultor era fator determinante para a produção. Até essa época, poucas eram as máquinas agrícolas disponíveis. Pode-se dizer que o campo local vivia uma época marcada pela hegemonia das ferramentas, e não das máquinas. Basicamente, a produção era de uma agricultura de subsistência, com pouca geração de excedente, e uma pecuária extensiva.

Novos cenários começam a ser desenhados a partir da década de 1980, em virtude dos primeiros plantios de uma agricultura de base moderna. Regra geral, são agricultores dos estados da região Sul do Brasil que introduzem os novos cultivos. Esses agricultores são atraídos pelo baixo valor das terras da região, se comparadas com as de São Paulo e da região Sul do Brasil. É uma imigração tanto espontânea como também organizada. Com relação a essa última, podemos citar o esforço do Estado brasileiro através dos programas já citados. Um deles é o PRODECER II, que implantou, nessa década, dois importantes projetos de

---

<sup>40</sup> Atividade que se baseia na incorporação de ciência, tecnologia e informação.

colonização no município de Formosa do Rio Preto: Projeto de Colonização Ouro Verde e Projeto de Colonização Brasil Central.

O programa não se restringia aos projetos em si, mas acreditava no seu efeito demonstração, pois o anseio era que esses projetos se tornassem núcleos para a instalação de novos produtores e polos de difusão de tecnologia para toda região<sup>41</sup>.

Ambos os projetos foram implantados por cooperativas selecionadas no âmbito do PRODECER II. As cooperativas acabam sendo entidades importantes para regiões de fronteira agrícola, caso dos cerrados baianos. São regiões que, na maioria das vezes ou quase sempre, em se tratando de Brasil, possuem pouca oferta de infraestrutura.

A cooperativa consegue amenizar inúmeros problemas encontrados pelo imigrante, ou resolver alguns, o que é fundamental, principalmente para os pequenos produtores. As dificuldades do pequeno agricultor, em especial, não estão apenas nas condições socioespaciais da nova morada, mas também nas condições econômicas da agricultura moderna, dominada por grandes indústrias a jusante e a montante da produção. Essa situação requer elevado capital para aquisição de todo o aparato tecnológico necessário ao empreendimento, como máquinas agrícolas e insumos químicos para correção e adubo do solo. Outro ponto nevrálgico é a armazenagem e a comercialização do produto. A circulação, no atual estágio do sistema capitalista, representa sérios obstáculos ao pequeno produtor.

Com relação ao papel das cooperativas na agricultura brasileira recente, em especial no avanço da soja nos cerrados baianos na década de 1980, Santos Filho et al. (1989) afirmam que essas organizações cumprem eficientemente o papel de minimizar as contradições exacerbadas pelo sistema capitalista no campo, ao mesmo tempo em que estão inteiramente inseridas nesse mesmo sistema, permitindo, em última instância, seu processo de exploração.

Sobre esse mesmo período, de inserção da agricultura moderna nos cerrados baianos, Santos Filho et al (1989) assinalam que:

As cooperativas aparecem, neste processo, como instituições essenciais à vinculação dos agricultores à produção de grãos, servindo de instrumento a uma capitalização indispensável e

---

<sup>41</sup> Conforme trecho retirado de carta dos colonos da COACERAL ao governador do Estado da Bahia em 17 de agosto de 1992: "Através do efeito multiplicador, estes Projetos tornaram-se núcleos para a instalação de novos produtores, bem como, tornaram-se polos de difusão de tecnologia para toda região, cumprindo com os objetivos do programa".

assumindo a forma de ponte entre os mercados fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos e aqueles consumidores da produção agrícola. Aparecem ainda enquanto elos de ligação aos elementos fornecedores de crédito e como prestadoras de serviços e provedoras de algumas condições infraestruturais de grande valia. No que se refere a questões comerciais, a intermediação das cooperativas barateia o acesso dos associados aos elementos materiais industriais necessários à produção, na medida em que as compras em quantidade possibilitam economia de escala [...] No caso da soja [...] o papel das cooperativas, ainda na área de comercialização, é, por isso mesmo, mais abrangente [...] Quanto às questões de financiamento, é fácil perceber que a intermediação das cooperativas viabiliza uma generalização do acesso creditício que corrobora o processo de modernização aqui tratado. (SANTOS FILHO ET AL, 1989, p. 162-163).

A ação das cooperativas auxiliou, principalmente, a vinda de pequenos e médios produtores para o município, conforme exemplos citados. Contudo, parte considerável do planejado não aconteceu, o que gerou muita insatisfação nos colonos. A seguir, serão expostas as características dos projetos citados.

➤ **Projetos de colonização: Brasil Central e Ouro Verde**

O Projeto de Colonização Brasil Central era de responsabilidade da Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central Ltda (COACERAL), fundada no ano de 1984 com sede em Goio-Erê (Paraná). Foi implantado em Formosa do Rio Preto em 1987, com um ano de atraso, com a primeira colheita na safra de 1987-88. Ao todo foram selecionados 38 colonos, 30 referentes ao projeto-piloto e oito de sua expansão. Ocupou uma área total de 15 mil hectares, mas o projeto inicial era para alcançar 50 mil hectares, o que não ocorreu. Os trinta primeiros receberam uma área média de 418,28 hectares cada. Atualmente, não há mais a cooperativa e cada produtor negocia seu próprio produto.

O Projeto de Colonização Ouro Verde, também localizado em Formosa do Rio Preto, era de responsabilidade da Cooperativa Agrícola de Cotia. Essa cooperativa foi fundada em 1927 em Cotia (São Paulo) por um grupo de bataticultores japoneses. Foram assentados, no projeto, 48 colonos numa área de 16. 500 hectares. Vale frisar que a Cooperativa Agrícola de Cotia, na época em que chegou aos cerrados baianos (década de 1980), era a maior cooperativa da América Latina e uma das maiores empresas privadas do país em vendas, segundo Santos Filho et al. (1989). Além do Projeto de Colonização Ouro Verde, a Cooperativa Agrícola de Cotia atuava em outras áreas na região.

Através das entrevistas, muitas insatisfações foram expostas pelos agricultores. A falta de infraestrutura comprometeu parte dos propósitos, e diversos agricultores desistiram<sup>42</sup>. No caso do Projeto Brasil Central, que, no local, é conhecido apenas por COACERAL, a vila acabou não atingindo as condições de moradia necessárias.

Fora do PRODECER, dezenas de agricultores chegaram ao município de Formosa do Rio Preto, ocupando distintas partes de suas chapadas e chapadões. Dentre esses movimentos, há o de grandes grupos econômicos, que ocuparam extensas propriedades.

#### ➤ **Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo**

Nas diversas entrevistas, o destaque foi para o *Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo*, o qual chamaremos, neste trabalho, apenas de Estrondo. No livro *Formosa do Rio Preto Ontem e Hoje*, feito sob encomenda pela Estrondo, é informado que o empreendimento chega ao município em meados de 1975, instalando-se em um vasto chapadão e ocupando, atualmente, uma “área de 295.334 hectares” (JUNGES, 2012, p. 52). A área do empreendimento já foi maior, mas, recentemente, foram vendidos cerca de 80 mil hectares ao grupo Horita<sup>43</sup>.

Com essa dimensão, apenas o Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo responde por cerca de 24,3% do agronegócio do município de Formosa do Rio Preto, conforme dados de Jungles (2012, p. 5).

De acordo com publicação do INCRA, a fazenda Estrondo encontra-se no *Livro Branco da Grilagem de Terras*, publicação do próprio órgão federal<sup>44</sup>. Atualmente, o imóvel está subdividido, sob forma de arrendamento de suas partes.

#### ➤ **Vila Panambi – Chapada da Garganta**

A Chapada da Garganta, localizada na Serra Geral da Garganta, é outra importante região que foi totalmente incorporada à agricultura científica globalizada.

---

<sup>42</sup> Em entrevista de agosto de 2013, o agricultor Eliceu Felipe Kuhn, 54 anos, um dos primeiros a chegar no Projeto Brasil Central (COACERAL), relata que “do nosso grupo de trinta e cinco agricultores, restam hoje apenas cinco”.

<sup>43</sup> Essa transação foi divulgada em jornais regionais, como se observa no Jornal do São Francisco: Disponível em: <http://www.jornaldosaofrancisisco.com.br/condominio-estrondo-lanca-livro-em-comemoracao-ao-aniversario-de-formosa-do-rio-preto/#.UlyYEICfjJM>. Acessado em 14/10/2013.

<sup>44</sup> *Livro Branco da Grilagem de Terras*, publicação INCRA. Acessado em 14/10/2013: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>.

Está localizada na parte oeste do município, até a divisa com o estado do Tocantins, cujo limite está em litígio (Bahia e Tocantins). Essa região abriga a Vila Panambi, o maior povoado do município, criado pelo processo de modernização agrícola. Questões referentes à vila Panambi serão tratadas no capítulo 4.

No entanto, a expansão do meio técnico-científico-informacional no campo local não eliminou a agricultura tradicional. Há a coexistência de práticas agrícolas distintas, as quais serão analisadas no próximo capítulo. Mas o que fica nítido é o aumento da desigualdade e uso desigual do território e das técnicas pelos diversos agentes. Se por um lado, há uma agricultura moderna que utiliza os equipamentos de última geração, por outro lado têm as comunidades tradicionais com usos distintos. Em certa visita em uma destas comunidades, um dos moradores explica que é comum na localidade o deslocamento até as imediações das sedes das fazendas do agronegócio, com o intuito de captar o sinal da torre de celular destas propriedades, e assim realizar chamadas telefônica. Um fato que demonstra o cotidiano e a desigualdade no espaço agrícola local.

### **3. A AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA EM FORMOSA DO RIO PRETO: FATORES DA FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA E DA ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO**

A reestruturação produtiva ocorrida na agricultura local é parte integrante da lógica responsável pelo avanço do capitalismo no campo brasileiro, o que, por sua vez, está relacionado com a reestruturação da agricultura numa escala internacional e integrada ao conjunto da economia globalizada. Esse movimento trouxe consigo a modernização das bases tecnológicas da agropecuária e sua integração com setores mais dinâmicos da economia, formando uma atividade denominada por Santos (2008) de agricultura científica globalizada, cuja expansão está ligada à manifestação do meio técnico-científico-informacional.

Conseqüentemente há uma reorganização do espaço agrícola no Brasil, apresentando transformações substanciais, como a transformando de espaços antes letárgicos ao capital em lugares altamente competitivos, e culminando numa busca constante por maior produção e produtividade. Um dos exemplos notórios foi o ocorrido nos cerrados brasileiros, caso do município de Formosa do Rio Preto. Contudo, o meio técnico-científico-informacional se expande de maneira desigual sobre o espaço geográfico, podendo ser traduzida em fragmentações.

Portanto, a atual modernização da agricultura, proporcionada pela globalização da economia, é produtora de fragmentação. Essa é uma tese defendida por Elias (2007 p. 50), afirmando que “a difusão do agronegócio globalizado se dá paralelamente à fragmentação do espaço agrícola, em face de seu caráter espacialmente seletivo e socialmente excludente”.

O meio técnico-científico-informacional no campo se manifesta por meio de manchas e pontos pelo território nacional. É o que ocorre no campo do interior do estado de São Paulo, nos cerrados do Centro-Oeste e do Nordeste do país. Criam-se especializações produtivas em diferentes pontos do território, que estão diretamente ligadas aos fluxões e interesses globais e alheias as demandas e interesses da população local. De forma precisa, pode-se afirmar que o agronegócio globalizado cria especializações territoriais produtivas, chamadas de Arranjos territoriais produtivos agrícolas por Elias (2007), onde coexistem distintos agentes produtores do espaço agrícola, mas que verticalmente é dominado pelas grandes corporações do circuito superior da economia.

O resultado da organização do espaço agrícola é a fragmentação. Nem mesmo as regiões produtivas agrícolas (Elias, 2007) são homogêneas, é o caso do arranjo produtivo dos cerrados baianos que criam e acentuam desigualdades internamente. As análises deste trabalho permitem afirmar que a agricultura globalizada escolheu no município de Formosa do Rio Preto os espaços agrícolas que atendiam os interesses específicos da produção de commodities. Enquanto o restante da área do município, fora deste interesse, permanecia sobre as bases que caracterizam historicamente a tradicional produção agrícola do campo no município. Como será exposto ao longo do estudo, a modernização da base agrícola em Formosa do Rio Preto é seletiva, social e territorialmente, coexistindo diferentes agentes da produção do espaço agrícola. Portanto, é uma modernização que aumenta as desigualdades no campo do município.

### **3.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA EM FORMOSA DO RIO PRETO**

No meio técnico-científico-informacional, alteram-se, consideravelmente, os fatores terra, trabalho e capital. Com a reorganização desses fatores, o aumento da produção deixou de ser atributo exclusivo da expansão da área plantada, “pois o uso intensivo de capital e tecnologia elevou a produtividade do trabalho no setor, cujo avanço ocorria muito lentamente.” (ELIAS, 2003, p. 60). Isso é o que pensam os próprios agricultores das modernas lavouras dos cerrados baianos. Os dirigentes da AIBA pregam, a todo momento, o uso de tecnologia, técnica e informação para a superação das inúmeras adversidades. No editorial de seu anuário da safra 2011/2012, a Aiba esclarece aos produtores:

A temporada 2011/2012 mostrou que o produtor que investe em tecnologia, e faz rotação de culturas, está mais preparado para enfrentar as adversidades do clima. Não fosse isso, o Oeste da Bahia, que desde 2002 não passava por uma seca tão severa, certamente teria amargado penas ainda mais duras. Apesar da estiagem, a região terá um bom resultado geral. [...] Porém, a tecnologia sem a técnica não seria suficiente para instaurar e manter o ‘milagre’. Na técnica está o manejo, mas também o dia a dia da propriedade para além das lavouras: as decisões de plantio e compra, o investimento em pesquisa, os ensaios científicos, as consultorias contratadas, as palestras assistidas, as viagens de reconhecimento de outros modelos, a experiência acumulada safra a



safra, que reduz os riscos e pavimenta o caminho para os resultados positivos aparecerem. (AIBA, 2012, p. 2).

Ainda sobre a seca que prosseguiu para a safra seguinte<sup>45</sup>, o recém-empossado presidente da Aiba, Júlio Busato, esclarece que “a safra 2012/2013 sofreu, mais uma vez, com a falta de regularidade da chuva, mas a adoção de alta tecnologia no Oeste da Bahia amenizou os efeitos da seca e manteve níveis regulares de produtividade na região.” (AIBA, 2013, p. 2). A partir desses trechos, vê-se como os próprios agricultores percebem a organização dos novos fatores da produção agrícola e de como os períodos natural e técnico ficaram para trás, com a clara emergência de um novo tempo, baseado agora no comando, em parte, da tecnologia e do capital.

O processo em Formosa do Rio Preto é parte da modernização que atingiu os cerrados brasileiros (visto no tópico 2.3), sendo uma de suas características a seleção de áreas propícias à utilização de uma intensa mecanização. Foram, portanto, as vastas chapadas (EMBRAPA, 2010 apud CASTRO, 2012) do município as arenas da produção globalizada. As chapadas apresentam uma topografia suave que permite a utilização de grandes máquinas, desde o preparo da terra até a colheita. Porém, estes objetos são carregados de intencionalidades, são dotados de conteúdo e de finalidade (SANTOS, 1977).

O domínio das grandes firmas começa antes mesmo do plantio. Os agricultores das áreas modernas não tem outra alternativa que não adquirir as grandes máquinas fabricadas por estas corporações. A prática agrícola nestas áreas exige alta produtividade em extensas áreas, o que será obtido e condicionado com a aquisição deste maquinário. Fato que dificulta ou quase inviabiliza a entrada de pequenos produtores descapitalizados. Portanto, as novas técnicas são possíveis para os agentes hegemônicos. Neste sentido, os objetos do meio técnico-científico-informacional adquirem poder e devem ser entendidos como forma-conteúdo. Para Santos (p. 41, 1977) “o objeto, matéria inerte, se torna o depositário de uma migalha de movimento, se torna forma-conteúdo, quando associado a uma totalidade social que age como uma forma de transformação”. São formas que entendidas

---

<sup>45</sup> De acordo governo federal, a estiagem que atinge oito estados do Nordeste mais o norte de Minas Gerais, em 1.415 municípios, é a pior dos últimos 50 anos. A Secretaria Nacional de Defesa Civil decretou, até abril de 2013, situação de emergência e estado de calamidade pública em 1.045 municípios. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2013-04-24/estiagem-na-regiao-do-semiarido-e-pior-dos-ultimos-50-anos>>. Acessado em 16/10/2013.

juntamente com a estrutura, função e o processo, ou seja, em sua totalidade, permitem analisar o novo espaço geográfico. Assim, “as condições históricas presentes facilitaram o mecanismo de expansão do capital no espaço através do uso das formas” (SANTOS, p. 31, 1977).

Por outro lado, as demais áreas agrícolas do município são relegadas as a práticas tradicionais. Entretanto, nenhuma área foge à reestruturação produtiva agrícola local, pois, mesmo os espaços não utilizados no plantio da agricultura científica serão chamados a participar direta ou indiretamente, de algum modo, conforme será visto no próximo capítulo. Trabalhos como os de Oliveira (1986) e de Elias (2003) demonstram que há um desenvolvimento desigual na agricultura brasileira. Nesse sentido, observa-se que a reestruturação produtiva que atingiu a agricultura local segue essa lógica e produz uma clara distinção no interior da atividade. Sobre o desenvolvimento do sistema capitalista na agricultura, Oliveira (2004) escreve que ele é

... contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente, relações não capitalistas de produção e de trabalho, como, por exemplo, as relações camponesas, a peonagem etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

A análise de Oliveira (2004) possibilita compreender que o capitalismo se expande de forma contraditória no campo. Geograficamente, pode-se entender essa realidade a partir da propagação de um meio técnico-científico-informacional de forma contínua e descontínua. Portanto, é compreensível que, no atual período da globalização, o espaço agrícola do município se apresente de forma fragmentada: uma agricultura científica globalizada e outra agricultura tradicional.

Para Elias (2006), a globalização da economia é também a responsável pela reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, que se processou de forma socialmente excludente e espacialmente seletiva. Exemplo desse processo é o município em questão. O próprio espaço agrícola nordestino é um exemplo do processo de fragmentação provocado pela globalização da economia, conforme estudo realizado por Araújo (1997). Para a autora, a globalização da economia implica fragmentação.

Em se tratando de Formosa do Rio Preto, a introdução de uma agricultura moderna, que caracteriza atualmente os seus chapadões, não foi capaz de eliminar

(mas que também coexiste contraditoriamente) as práticas agrícolas tradicionais nos vales, nas áreas de topografia mais irregular, do município. Desta forma, o que Elias (2003 e 2006) afirmou para o conjunto do país, podemos remeter para o município em questão. Assim, grosso modo, existem atualmente duas lógicas que orientam a atividade agrícola local: uma de base moderna e outra com características tradicionais. Propomos, conforme Elias (2006, p. 9), a existência de duas lógicas distintas sobre o espaço agrícola formosense: uma calcada na agricultura científica globalizada e outra na agricultura de cunho tradicional.

### **3.1.1 AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA E AGRICULTURA TRADICIONAL**

A agricultura é uma das atividades laborais humanas mais antigas. Seu desenvolvimento acompanhou as transformações das sociedades e de seus territórios ao longo da história. Conforme já foi abordado, a história se distingue por uma sucessão de épocas, e a globalização caracteriza a atual. A face geográfica da globalização é o meio técnico-científico-informacional, cuja propagação também se deu no campo, com uma agricultura científica globalizada. Uma produção agrícola orientada pelas leis da economia mundializada e “exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas”, assevera Santos (2002, p. 88-89).

No entanto, a manifestação do meio técnico-científico-informacional é descontínua no espaço e, por isso, mantém-se uma agricultura tradicional, marcada por uma maior dependência dos fatores naturais. Esse é o caso do Nordeste brasileiro e, mais especificamente, do município de Formosa do Rio Preto.

Dados obtidos pelo IBGE sobre a produção agrícola do município de Formosa do Rio Preto, para o ano de 2012, revelam como está reestruturada a agricultura local, demonstrando indícios da organização do seu espaço agrícola (Tabela 1). Esses valores colocam Formosa do Rio Preto como a sexta maior renda agrícola do país. Mas tão impressionante quanto sua elevada produção é sua concentração em poucas culturas. Apenas três cultivos (soja, algodão e milho) representaram 98,4% de toda a produção agrícola do município no mesmo ano de 2012. Praticamente,

98,4 % foram obtidos pela agricultura moderna. Essa concentração é ainda maior se considerarem os valores das culturas do sorgo, feijão e arroz.

**Tabela 1 – Produção agrícola em Formosa do Rio Preto, 2012**

Município e principais produtos das lavouras temporárias e permanentes	Área plantada ou destinada à colheita (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1000 R\$)
<b>Formosa do Rio Preto</b>	<b>396 233</b>	<b>396 205</b>	...	...	<b>1 353 711</b>
<b>Lavouras Temporárias</b>	<b>395 713</b>	<b>395 685</b>	...	...	<b>1 346 016</b>
<b>Lavouras Permanentes</b>	<b>520</b>	<b>520</b>	...	...	<b>7 695</b>
Soja (em grão)	312 617	312 617	1 012 879	3 240	849 137
Algodão herbáceo (em caroço)	46 680	46 680	164 547	3 525	378 458
Milho (em grão)	30 731	30 731	273 660	8 905	109 573
Sorgo granífero (em grão)	2 050	2 050	3 075	1 500	830
Feijão (em grão)	1 633	1 633	2 188	1 340	5 171
Arroz (em casca)	1 362	1 334	2 288	1 715	1 213
Mandioca (2)	500	500	5 000	10 000	1 250
Banana	220	220	4 840	22 000	2 614
Cana-de-açúcar (2)	140	140	4 270	30 500	384
Manga	110	110	1 320	12 000	620
Maracujá	75	75	1 800	24 000	2 214
Mamão	70	70	2 170	31 000	1 910
Limão	45	45	990	22 000	337

Fonte: IBGE.

Organização: Menezes, W. G. M. D.

Com esses dados, Formosa do Rio Preto responde pela quinta maior produção de soja do país, atrás apenas dos municípios de Sorriso, Sapezal, Nova Mutum e Campo Novo do Parecis, todos localizados no estado do Mato Grosso, maior produtor de soja dentre os estados brasileiros. Quanto ao algodão herbáceo, o município é o sexto maior produtor do país.

Por outro lado, a agricultura que chamamos de tradicional atualmente tem no plantio da mandioca um de seus principais produtos, provavelmente o principal, conforme apontam as entrevistas realizadas e mostradas na tabela 2. Mesmo sendo tão expoente para as famílias que a cultivam, seu peso no total da produção municipal é irrisório, aproximadamente 0,1 % (500 hectares) de tudo que se planta no município.

A incorporação do espaço agrícola do município no processo de globalização da economia imprimiu-lhe uma compartimentação em duas formas produtivas distintas. Mas o dado novo dessa compartimentação atual é que ela se apresenta como fragmentação, na medida que esses fragmentos são guiados por lógicas incompatíveis. Assim, faz-se necessário caracterizar essas duas lógicas do espaço agrícola formosense. A partir de dados coletados em campo, sobretudo nas entrevistas, foi construída a Tabela 2, que sintetiza as principais características da agricultura local.

A Tabela 2 foi construída principalmente com dados das entrevistas realizadas com os agricultores. Ao todo, foram quarenta e uma entrevistas, e apenas uma delas foi realizada com um administrador de fazenda; as demais quarenta foram diretamente obtidas com os agricultores. A primeira constatação foi a possibilidade de dividi-las em dois grandes grupos. A classificação desses grupos em agricultura científica globalizada e agricultura tradicional foi a forma mais coerente e operacional que identificamos. Ou seja, a agricultura do município é dominada por duas práticas distintas. De acordo com esse raciocínio, estruturou-se a tabela em duas colunas, cada uma representando um desses grupos. Das quarenta e uma entrevistas, dezessete corresponderam à agricultura globalizada e vinte e quatro à agricultura tradicional.

Quanto à área de localização do plantio, observou-se que, em linhas gerais, a agricultura globalizada está localizada nas chapadas; já a agricultura tradicional se encontra nos vales. A primeira está baseada na produção de *commodities*, destacando a produção de soja, algodão e milho. O destino da produção é praticamente todo para fora do município, tanto para o mercado nacional como para a exportação. As entrevistas que focaram a agricultura moderna contemplaram agricultores de pequeno e médio porte, já que os representantes dos grandes grupos não aceitaram participar das entrevistas ou mesmo responder questionários (no entanto, entrevistas com profissionais com conhecimento de causa foi suficiente para obter alguns dados destes grupos). Com relação aos agricultores de pequeno e médio porte, observa-se que todos repassam sua produção para as *tradings*. Dentre estas, o destaque foram para a Bunge e a Cargill, pois cerca de 84% dos entrevistados afirmaram vender a soja para ambas. Outras *tradings* foram citadas, como a Multigrain e a Amaggi/Louis Dreyfus.

Tabela 2 – Agricultura científica globalizada e agricultura tradicional em Formosa do Rio Preto

	<b>Agricultura tradicional</b>	<b>Agricultura globalizada</b>
<b>CULTURAS E ATIVIDADES</b>	Principais: mandioca, feijão, milho e pecuária; outras: arroz, cana-de-açúcar e abacaxi.	Principais: soja, milho, algodão, arroz e feijão.
<b>DESTINO DA PRODUÇÃO</b>	Consumo familiar e comercialização na região, quando há excedente	Predomina a venda às multinacionais (principalmente Bunge e Cargill) e granjas do Nordeste.
<b>ÁREA DO IMÓVEL UTILIZADA PELA AGRICULTURA (MÉDIA)</b>	2,66 hectares	1.713 hectares
<b>MÃO-DE-OBRA</b>	Familiar	Necessidade de contratação, mas há utilização de mão de obra familiar nos pequenos e médios produtores.
<b>INSUMOS QUÍMICOS INDUSTRIALIZADOS</b>	Pouca utilização, quase inexistente.	Uso intensivo.
<b>ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA</b>	Inexistente	Existente
<b>RELAÇÃO COM A CIDADE DE FORMOSA DO RIO PRETO EM SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO</b>	Existe, quando necessária.	Fraca
<b>RELAÇÃO COM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM RELAÇÃO A SERVIÇO PARA PRODUÇÃO</b>	Fraca, quase inexistente	Intensa
<b>ESCOLARIDADE</b>	Ensino fundamental	Ensino superior e médio concluído
<b>MAIOR PROBLEMA</b>	Falta d'água e conflito fundiário (varia conforme a região).	Faltam estradas e há má conservação das existentes.
<b>APLICAÇÃO DE CAPITAL</b>	Quase inexistente.	Necessária e frequente. Geralmente em grandes quantias
<b>LOCALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO</b>	Vales	Chapadas e chapadões

Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014 (Trabalho de campo).

No caso da soja<sup>46</sup>, a produção segue diretamente para os portos, principalmente de Aratu e Ilhéus<sup>47</sup>, ou para esmagamento nas fábricas da Bunge e

<sup>46</sup> No quarto capítulo, será vista a estruturação do circuito espacial produtivo da soja.

<sup>47</sup> Em 2013, as exportações da agropecuária têm como principais destinos a China (22,9%), União Européia (22,7%) e EUA (7,1%), Disponível em: <http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2014/02/exportacao-do-agronegocio-e-recorde-em-2013-e->

Cargill, localizadas, respectivamente, nos municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras. A maior parte do milho destina-se a granjas do Nordeste. Portanto, essa prática agrícola segue a mesma lógica da modernização que ocorreu no espaço agrícola das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país.

Na Figura 3 estão representadas distintas lógicas agrícolas: a fotografia à esquerda corresponde à área de plantio da atividade agrícola predominante na comunidade de Cacimbinha, localizada nos Gerais do Rio Preto. Já a fotografia à direita traz um plantio de feijão em um imóvel vizinho à vila Panambi, localizada nos chapadões desse município. As duas fotos trazem em comum o fato de serem paisagens agrícolas. No entanto, as diferenças saltam aos olhos na comparação das duas paisagens. Enquanto a primeira traz a agricultura tradicional, a segunda representa a agricultura científica. O uso do território se faz de distintas formas, empregando-se diferentes técnicas em cada um deles.

Com as entrevistas, fica clara a existência de duas lógicas sobrepostas no espaço agrícola do município. As questões acabaram convergindo para as mesmas respostas.

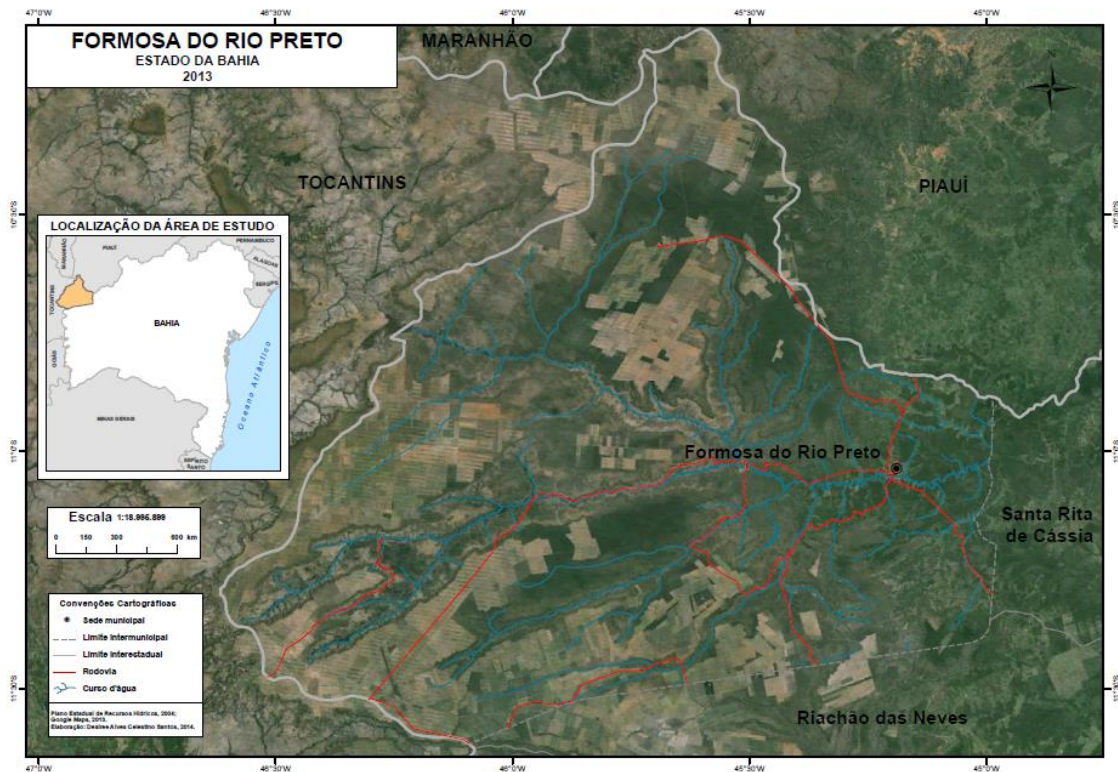


**Figura 3 – Agricultura tradicional na comunidade de Cacimbinha, nos gerais de Formosa do Rio Preto, e agricultura científica próxima à vila Panambi, nos chapadões de Formosa do Rio Preto.**

**Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014.**

No mapa apresentado na Figura 4, é possível observar que a área de plantio da agricultura globalizada já substituiu a maior parte da flora e da fauna originárias dos cerrados do município. Observa-se, no mapa, que as formas geométricas

passam a caracterizar aqueles espaços, com os retângulos dos imóveis rurais e os círculos dos pivôs centrais. As manchas verdes da vegetação, localizadas nas chapadas, cedem lugar aos recortes mais claros dos plantios de grãos e de algodão herbáceo.



**Figura 4 – Ocupação da agricultura científica globalizada no município de Formosa do Rio Preto**

O IBGE, no censo agropecuário de 2006, apresentou dados sobre a agropecuária do município. Utilizando o conceito de agricultura familiar, definido por lei<sup>48</sup>, encontrou 1.617 estabelecimentos agropecuários em Formosa do Rio Preto, sendo 1.256 estabelecimentos de agricultura familiar, ocupando 34.962 hectares,

<sup>48</sup> A lei federal 11.326 de 26 de junho de 2006 define o que é agricultura familiar: Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.



contra 361 classificados como de agricultura não familiar, que alcançaram 579.357 hectares.

Primeiramente, pode-se verificar uma forte concentração da terra no município, pois os estabelecimentos agropecuários classificados pelo IBGE como não pertencentes à agricultura familiar (361), que compreendem cerca de 22,3% do total, somam 94,3% do total das terras de todos os estabelecimentos. Apenas o empreendimento *Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo* (Estrondo) diz possuir 295.334 hectares, superando, em mais de oito vezes, a dimensão de todos os 1.256 estabelecimentos da agricultura familiar do município. São números que, analisados cuidadosamente, podem demonstrar a reestruturação produtiva no espaço agrícola local.

Os dados do censo agropecuário são capazes de ilustrar, em parte, a moderna agricultura em questão. Já em 2006, Formosa do Rio Preto, ao lado de São Desidério, ambos localizados nos cerrados baianos, eram os dois municípios na Bahia com o maior número de estabelecimentos com tratores de potência acima de 100 cavalos, cada um com 187 unidades. Observe-se o mapa da Figura 5.

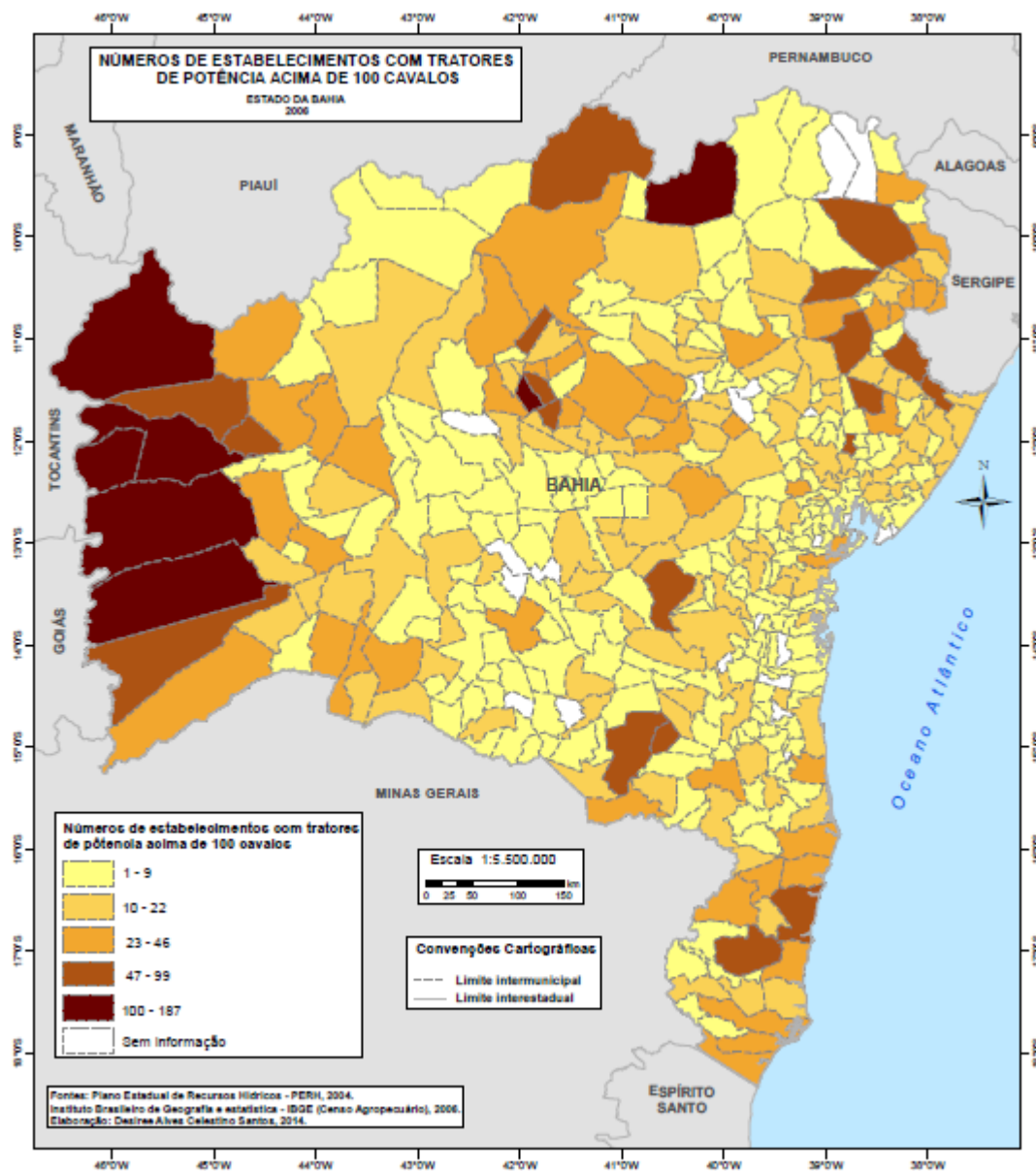


Figura 5 – Número de estabelecimentos com tratores de potência acima de 100 cavalos.

Fonte: IBGE

Em número de tratores com potência acima de 100 cavalos, Formosa do Rio Preto ocupava a segunda posição dentre os municípios baianos, com 554 máquinas, só atrás de São Desidério, que possuía 948 unidades (Ver mapa na Figura 6).

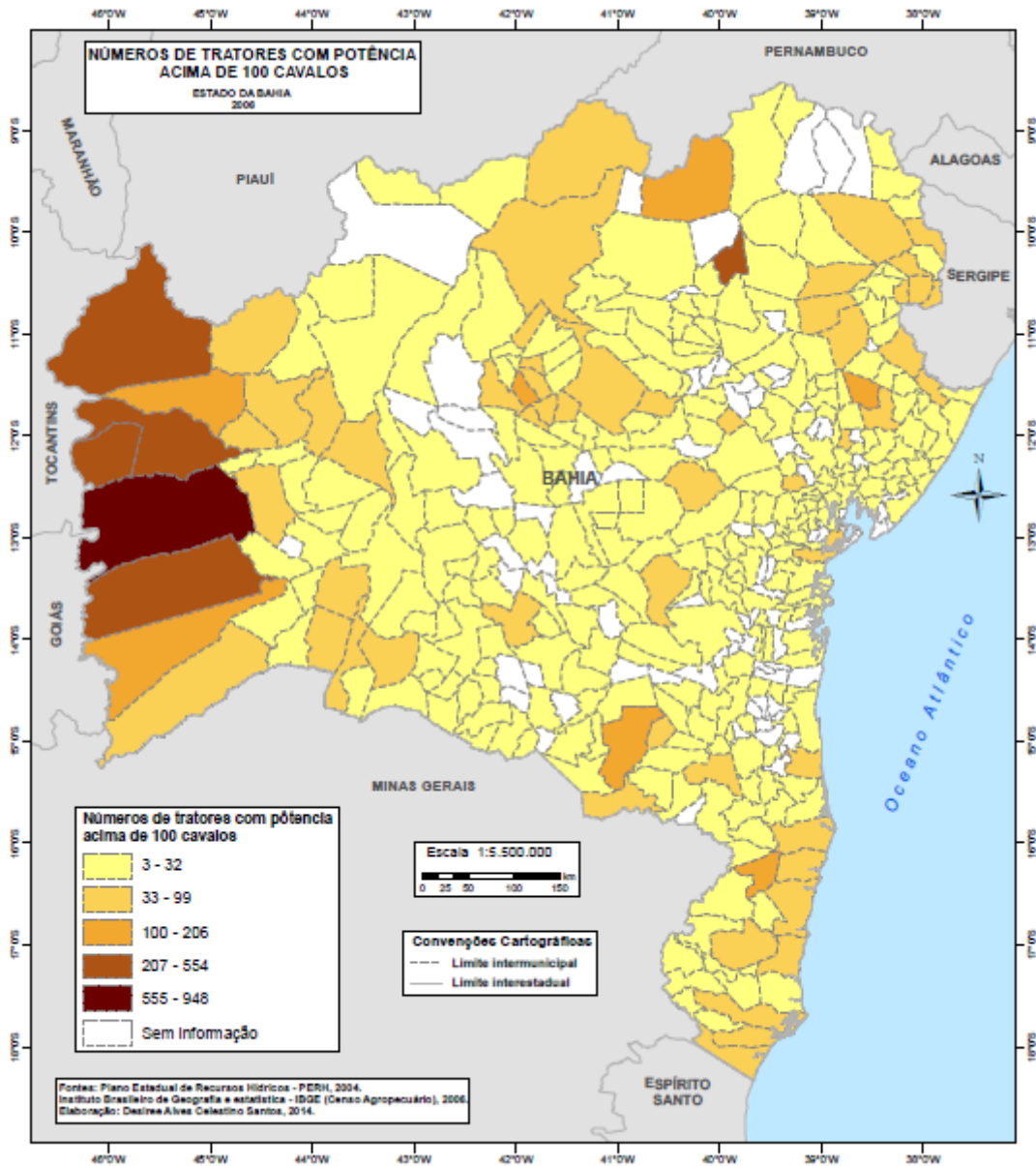


Figura 6 – Número de tratores com potência acima de 100 cavalos.

Fonte: IBGE

A atual difusão tecnológica não foi homogênea no espaço agrícola do município, privilegiou as fazendas do agronegócio. A grande maioria dos produtores não tem acesso as inovações técnicas. No mesmo estudo, o IBGE aponta que, dos 1.617 estabelecimentos agropecuários do município, em apenas 226 estão localizados todos os 953 tratores (abaixo e acima de 100 cavalos).

Outro ponto que diferencia as duas lógicas agrícolas no município é a localização distinta. A moderna agricultura selecionou para si as melhores áreas, segundo um caráter de mecanização. As chapadas, definidas por uma topografia plano-suave, facilitam a utilização de grandes e modernas máquinas agrícolas em

todas as etapas da produção. São essas chapadas ou chapadões as arenas da produção globalizada dos cerrados.

O espaço agrícola do município, nos meios natural e técnico, era caracterizado por uma solidariedade orgânica. A agricultura, a principal atividade local naqueles momentos, aproximava campo e cidade através de necessidades intrínsecas daqueles lugares, ou seja, por uma comercialização de produtos e serviços baseada na complementação.

Os diferentes sistemas de objetos e sistemas de ações daqueles períodos não provocavam uma fragmentação *a priori*, como se dá no atual período. O arroz produzido nos cerrados chegava à cidade de Formosa do Rio Preto descendo o rio nas balsas de buritis e de lá poderia seguir nas embarcações a vapor até seu próximo destino, seja a cidade de Barra ou até mesmo Juazeiro. Atualmente, o agricultor localizado naquele mesmo vale, caracterizado por aquelas mesmas técnicas, não está nos propósitos das multinacionais que adquirem os produtos pré-estabelecidos pela economia mundial. A própria cidade de Formosa do Rio Preto não parece ser tão formosa aos olhos e interesses da economia global, pois pouco se relaciona na vida da agricultura científica do seu território, exercendo um papel de coadjuvante.

São os vetores verticais os responsáveis por tal fragmentação. Porém o Estado é chamado a participar da distribuição desigual dos recursos. A introdução de uma agricultura moderna nos cerrados brasileiros aconteceu em consonância com a aplicação de recursos públicos, conforme foi mostrado no segundo capítulo deste trabalho, e corresponde um aspecto muito debatido por pesquisadores.

Hoje, a agricultura globalizada é hegemônica nos cerrados baianos. Em 2012, as instituições financeiras concederam à atividade agrícola financiamentos na ordem de 3,2 bilhões reais, distribuídos em todos os municípios do estado da Bahia. Desse total, 76,2% foi direcionado aos agentes localizados em apenas sete municípios dos cerrados baianos<sup>49</sup> (na Bahia, são 417 municípios). Esses mesmos 76,2% equivalente a R\$ 2.440.790.925,63, representam apenas 7,2% de todos os contratos de financiamento destinados para a agricultura no estado da Bahia. Ou seja, 76,2% dos recursos destinados para a agricultura no estado da Bahia vão para produtores

---

<sup>49</sup> Dados do Banco Central (Anuário Estatístico do Crédito Rural – 2012) demonstram que, dos R\$ 3.200.366.866,07, exatos R\$ 2.440.790.925,63 foram aplicados nos municípios de São Desidério, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Correntina, Riachão das Neves e Jaborandi.

e cooperativas localizados em sete municípios dos cerrados baianos, o que correspondeu a 7,2% dos contratos assinados no estado. Os dois maiores produtores agrícolas da Bahia, São Desidério e Formosa do Rio Preto, concentram 35,6% do financiamento baiano.

A agricultura globalizada dos cerrados baianos se, por um lado, fez dos seus municípios os maiores PIBs agrícolas do estado, por outro, ela é a grande privilegiada com o financiamento. De acordo estes dados do Banco Central, mais de 57% desse financiamento é oriundo de bancos federais e estaduais. Conforme já citado, em 2012, nesses sete municípios dos cerrados baianos, foram financiados em torno de 2,4 bilhões de reais. No entanto, nesses sete municípios e nesse período, o valor que correspondeu ao PRONAF (Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi de 3,4 milhões, uma diferença novecentos e trinta e quatro vezes menor do que aqueles investimentos.

Estas reflexões permitem identificar que a organização do território de Formosa do Rio Preto é alterada por e em prol da agricultura globalizada. Diferente de períodos anteriores, é um novo uso e uma nova compartimentação, que fragmenta e aliena o espaço agrícola.

### **3.1.2 AS SUB-REGIÕES DO AGRONEGÓCIO DE FORMOSA DO RIO PRETO**

Com a difusão da agricultura científica nos chapadões formosenses, são acrescidas cargas crescentes de técnica, ciência e informação aos elementos naturais, reduzindo a dependência desses últimos. Os quase intermináveis campos de cerrados e cerradões são agora substituídos pelo plantio principalmente de soja, mas também de algodão, milho, arroz, feijão e sorgo. O novo uso do território exige novas articulações sobre o espaço municipal. Os movimentos humanos no período natural, que levavam dias sobre essas áreas, são hoje realizados em minutos ou horas, através de novas estradas, onde passam modernos caminhões e *pick-ups*. Essas áreas se tornaram a grande vitrine de Formosa do Rio Preto para o mundo, ocupadas principalmente pelos agricultores imigrantes da região Sul do Brasil e marcadas pelas unidades de armazenamento de grãos de poderosas multinacionais, como a Bunge e a Cargill.

A reestruturação produtiva da agropecuária elevou Formosa do Rio Preto a uma condição de destaque no cenário agrícola nacional, com uma produção expressiva dentre os municípios brasileiros. Dados de 2012 do IBGE sobre a economia agrícola demonstram que Formosa do Rio Preto tem a sexta maior produção agrícola do país (vide Tabela 3). A soja é a cultura predominante nas suas chapadas, sendo o segundo maior município do país em valor de produção nessa cultura, só perdendo para Sorriso, no Mato Grosso. Também possui a quinta maior área plantada com soja no país (IBGE, 2011). Dados da produção agrícola municipal em 2011 (IBGE, 2011) demonstram que Formosa do Rio Preto é o maior produtor de soja e também de grãos de todo o Norte e Nordeste do país, o segundo maior produtor de algodão do Norte e Nordeste do Brasil. Também é o segundo maior produtor de arroz da Bahia e o quinto maior produtor de milho do estado da Bahia. As culturas temporárias, em 2012, provenientes do agronegócio no município, geraram um valor de produção superior a um bilhão trezentos e cinquenta e três mil reais, de acordo com o IBGE (2013)<sup>50</sup>.

**Tabela 3 – Valor das maiores produções agrícolas em 2012**

<b>Municípios</b>	<b>Área colhida (em hectare)</b>	<b>Valor da produção (1000 R\$)</b>
<b>São Desidério – BA</b>	532 047	2 328 636
<b>Sorriso – MT</b>	1 015 969	2 066 507
<b>Sapezal – MT</b>	629 085	1 683 250
<b>Cristalina – GO</b>	341 699	1 531 952
<b>Campo Novo do Parecis – MT</b>	583 136	1 392 218
<b>Formosa do Rio Preto – BA</b>	396 205	1 353 711

Fonte: IBGE

Estes expressivos valores da produção agrícola em áreas de cerrados contrastam com o desmatamento da vegetação nativa das chapadas. A monocultura das fazendas é agora a paisagem predominante. Nessas áreas, estão concentrados os cultivos dessa agricultura moderna. Entretanto, esse conjunto de chapadões é separado por vales, esculpidos pelos processos erosivos ao longo de milhares de

<sup>50</sup> A pesquisa realizada pelo IBGE (2013) identificou que a agricultura científica restringe-se aos seguintes cultivos em Formosa do Rio Preto: soja, algodão, milho, arroz, feijão e sorgo. A agricultura tradicional também cultiva o arroz, feijão e milho no município, porém seu volume total chega a ser bastante reduzido se comparado ao do agronegócio. E, no ano de 2012, esse município e a maioria dos municípios nordestinos foram atingidos por uma estiagem que gerou perdas agrícolas.

anos. Do ponto de vista geomorfológico, o município pode ser subdividido em três grandes unidades: Chapadão Central, Depressão do São Francisco e Patamares do Chapadão (SEI, 2013). O relevo dos chapadões é, então, interrompido pelas planícies da Depressão do São Francisco.

A disposição das estradas acaba por se orientar pela característica descontínua do relevo municipal: ora por extensas chapadas, ora por vales. Acrescente-se a esse fato o tamanho da área do município, a maior do estado da Bahia. Talvez por essa característica, a Secretaria de Agricultura do município tenha realizado uma pesquisa em que subdivide a produção da agricultura científica local em três sub-regiões. Por motivos metodológicos, adotaremos, ao longo deste trabalho, uma subdivisão na área do agronegócio do município, semelhante à realizada pela Secretaria Municipal. Essa subdivisão é somente para facilitar certas discussões neste trabalho. Dessa forma, serão três as sub-regiões<sup>51</sup>:

Sub-região 1 – compreende as localidades de Coaceral, Aproxama, Novo Sul e BA-225;

Sub-região 2 – localizada na chapada da Garganta-Panambi e Cana-brava;

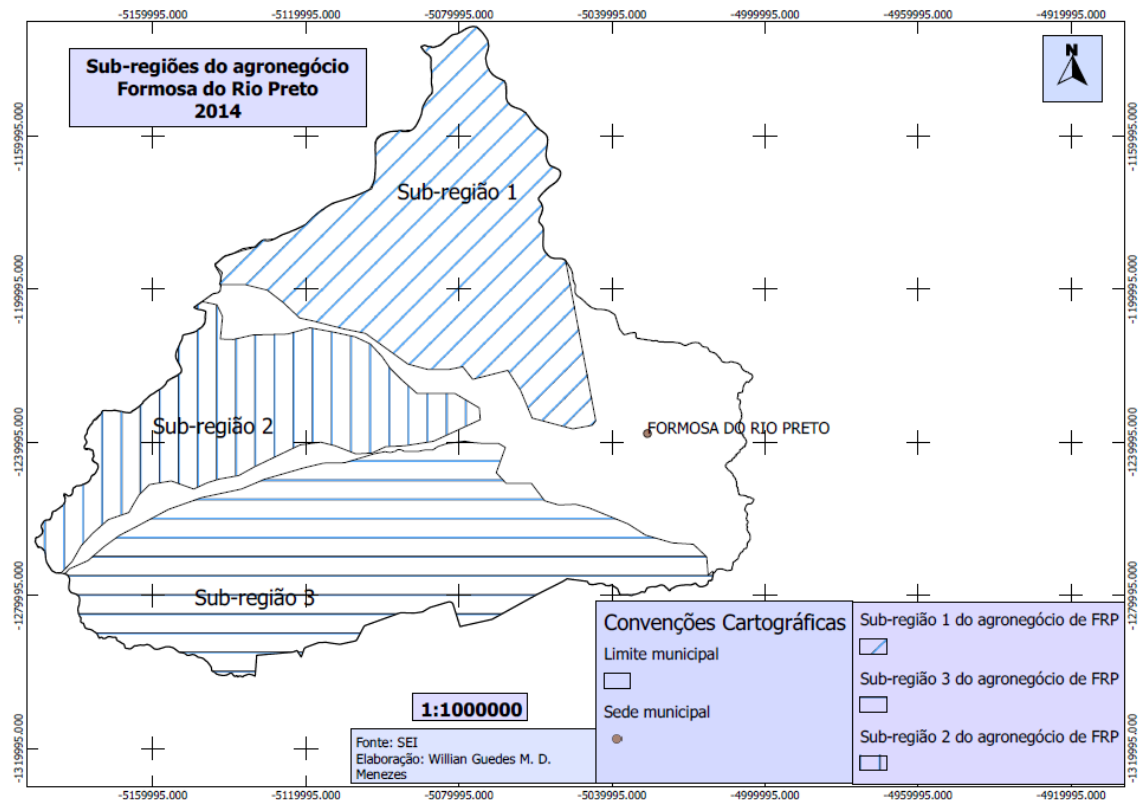
Sub-região 3 – localizada na chapada do Estrondo e Ouro Verde.

Dados coletados junto à Secretaria Municipal de Agricultura de Formosa do Rio Preto estimavam, em março de 2013, um número em torno de 225 produtores pertencentes a agricultura científica no município<sup>52</sup>. Esse mesmo banco de dados aponta que a sub-região 1 concentra 44% dos agricultores, devido a um maior número de estabelecimentos de menor porte em relação às outras duas sub-regiões. Já a sub-região 3 representa a maior área produtiva dentre as três. Veja mapa na Figura 7:

---

<sup>51</sup> Essa classificação em três sub-regiões do agronegócio foi realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura de Formosa do Rio Preto ao tentar quantificar o processo agrícola do município.

<sup>52</sup> Reiteramos que essa estimativa foi realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura entre 01 a 14 de março de 2014 e pode não representar exatamente o quantitativo desses agricultores. Contudo é uma aproximação da realidade.



**Figura 7 – Sub-regiões do agronegócio de Formosa do Rio Preto**

Fonte: Sei

Elaboração: Menezes, W. G. M. D., 2014.

### 3.2 FORMOSA DO RIO PRETO NA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO DOS CERRADOS BAIANOS

O maior município em área do estado da Bahia possui uma baixa densidade demográfica, 1,38 hab/Km<sup>2</sup>, bem distante da média estadual, que está em 24,82 hab/Km<sup>2</sup>, segundo dados do censo 2010 do IBGE<sup>53</sup>. A densidade demográfica portanto, é apenas uma das peculiaridades locais. Somadas às características sociais e territoriais, com a introdução e consolidação de uma agricultura moderna no município, observa-se que a urbanização de Formosa do Rio Preto traz consigo algumas questões. Para Corrêa (2006, p.15), o processo de urbanização passou a ter importância, “sobretudo a partir do século XIX, ao refletir e condicionar mudanças cruciais na sociedade”.



Assim como Corrêa (2006), será priorizada uma análise da urbanização no município, focada, contudo, em questões referentes à inserção da urbe nas dinâmicas globais do agronegócio, privilegiando seus processos, agentes e formas. É importante salientar que a análise será concentrada em pontos de interesse da pesquisa e, nesse sentido, ela será adaptada à proposta de estudo sugerida por esse autor. Sendo assim, a análise fica dividida em duas partes: (1) Notas sobre a gênese da urbe e da rede urbana relativa a Formosa do Rio Preto, e (2) Questões sobre a inserção atual de Formosa do Rio Preto na divisão territorial do trabalho. Como nosso propósito é pontual na rede urbana, esses passos serão focados e adaptados às questões que envolvem a cidade de Formosa do Rio Preto, sem prejuízos metodológicos ou conceituais, na medida que se segue a realidade, como propõe Corrêa (2006).

### **1ª Parte – Notas sobre a gênese da urbe e da rede urbana<sup>54</sup> em Formosa do Rio Preto**

A análise da ocupação dos cerrados baianos, exposta no segundo capítulo, mostra que, a partir da chegada dos exploradores portugueses, sua economia foi constituída e se desenvolveu baseada, principalmente, na agropecuária e no extrativismo vegetal. A descoberta de minérios na região de Goiás gerou sua ocupação e demandou relações com outros espaços. A necessidade de trocas comerciais entre as regiões de Goiás, Piauí, Maranhão e outras do interior do país com cidades litorâneas, a exemplo de Salvador, fez de entrepostos algumas localidades dos cerrados baianos. Constituem exemplos desse fato Barreiras, Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia, cujas histórias estão intrinsecamente ligadas a esse roteiro comercial.

Essa característica econômica e comercial, nos primórdios dos cerrados baianos, foi determinante para o crescimento da cidade de Formosa do Rio Preto, cuja principal fonte econômica eram os produtos agropecuários. O comércio local ganhou impulso por sua função de entreposto. A cana-de-acúcar e os cereais eram

---

<sup>54</sup> Vale ressaltar que a rede urbana corresponde ao “conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si” (CORRÊA, 2006, p. 16).

os principais produtos agrícolas da bacia do Rio Preto. Ainda no século XIX, o extrativismo da borracha da mangabeira e da maniçoba contribuíram para o crescimento econômico de Formosa do Rio Preto e de toda a região produtora, como no caso de Barreiras, já relatado no segundo capítulo.

A articulação da região, nos seus primórdios, se fez via terrestre (a pé ou por animais) e também através do Rio Preto, que desempenhou papel central na gênese e no desenvolvimento de Formosa do Rio Preto. Foi na sua margem que surgiu essa cidade. Sobre suas águas acontecia o transporte de pessoas e mercadorias, ligando as localidades que surgiram às margens desse rio com os demais espaços. A navegação a vapor sobre o Rio Preto, que chegava até Formosa, durou de 1905 até 1960. Com o fim da navegação a vapor sobre o Rio Preto e com a decadência desse tipo de navegação no Rio São Francisco, a rede urbana segue novos caminhos. Agora o desenvolvimento da rede urbana será dinamizado pelo modal rodoviária, é a ascensão e a hegemonia de novas técnicas. Conseqüentemente, as cidades passam por novos processos, ganhos e perdas. A cidade de Barra, por exemplo, perde posição na hierarquia urbana regional também motivada pela decadência do transporte fluvial.

Mas a estruturação da rede urbana dos cerrados baianos pouco evoluiu nos primeiros séculos de sua ocupação. Até meados do século XX, de acordo como Santos Filho et al. (1989, p. 27), “não existe praticamente uma rede urbana (no Oeste da Bahia): as ‘cidades’ e povoações estão dispersas e desarticuladas regionalmente” e “as atividades urbanas se desenvolvem lentamente, de forma subordinada e secundária em relação a uma agropecuária que, por sua vez, também apresenta muito pouco dinamismo”.

Desde meados da década de 1970, época de sua construção, a BR-135 constitui a principal via de acesso a Formosa do Rio Preto. Esse trecho liga a cidade de Barreiras ao Sul do Piauí. Porém o trecho de Formosa até o sul do Piauí só teve o revestimento asfáltico concluído em 2008.

As características econômicas e sociais de Formosa do Rio Preto aqui expostas permanecerão sem grandes alterações até início da década de 1980. Em 1840, Formosa foi reconhecida como arraial, pertencente ao então município de Santa Ritta do Rio Preto, atual Santa Rita de Cássia. Já a emancipação ocorreu em

1961. De acordo Magalhães (1916), em 1916, o arraial de Formosa contava com 1.600 habitantes. Conforme demonstra a Tabela 4, em 1970, cerca de 85,5% da população do município era rural. Ainda nesse período, o campo não apresentava elevados contrastes econômicos como ocorre na atualidade. A maioria dessa população tinha a cidade de Formosa como centro fornecedor de serviços e mercadorias<sup>55</sup>.

**Tabela 4 – Evolução populacional em Formosa do Rio Preto (1970-2010)**

	1970	1980	1991	2000	2010
<i>Urbana</i>	1.304	3.630	5.624	9.375	13.647
<i>Rural</i>	7.675	8.253	9.794	8.903	8.881
<i>Total</i>	<b>8.979</b>	<b>11.883</b>	<b>15.418</b>	<b>18.278</b>	<b>22.528</b>

Fonte: IBGE

É oportuno, mais uma vez, lembrar das observações de Corrêa (2006, p. 256), de que “a globalização impacta vigorosamente as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas”. Para o autor, a globalização teria dois efeitos sobre os pequenos centros urbanos<sup>56</sup>: um seria a criação de novos centros urbanos e o outro seria a refuncionalização de centros urbanos existentes. No primeiro caso, Luís Eduardo Magalhães foi um exemplo na região. Já o outro efeito leva-nos a um questionamento sobre uma possível refuncionalização de Formosa do Rio Preto. Nesse sentido, pretende-se analisar o caso de Formosa do Rio Preto a partir da divisão territorial do trabalho na região.

## **2ª Parte – Questões sobre a inserção atual de Formosa do Rio Preto na divisão territorial do trabalho**

A organização da rede urbana mantém profunda relação com as dinâmicas sociais. Não foi propósito aqui privilegiar e focar a discussão sobre esse fenômeno. No entanto, as análises referentes ao objeto de estudo da presente pesquisa não fugiram ao tema, pois se tentou relacionar algumas questões sobre a rede urbana regional com a reestruturação produtiva da agropecuária. Já sua importância é

<sup>55</sup> Informações relatadas em entrevistas por moradores de comunidades rurais de Formosa do Rio Preto.

<sup>56</sup> Centros urbanos abaixo de 20 mil habitantes, que é o caso de Formosa do Rio Preto, que, no censo de 2010 do IBGE, tinha 13.647 habitantes, cerca de 60,6% da população do município.

central para o entendimento da realidade. Para Corrêa (2006, p. 29-30), “A partir do trabalho de Harvey, afirma-se que a rede urbana é a forma espacial através da qual, no capitalismo, se dão a criação, apropriação e circulação do excedente”.

Corrêa (2006, p 28) aponta que “o começo da pesquisa sobre uma dada rede urbana parte de um estudo sobre a classificação funcional de cidades, e este deve ser a partir da descrição e compreensão da divisão territorial do trabalho”. A categoria *divisão do trabalho* é fundamental para se entender o processo histórico, pois ela “constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial”, diz Santos (2006, p. 129). Essa ideia demonstra que é através da divisão do trabalho que os recursos são distribuídos social e geograficamente. A dimensão espacial atribui valor à divisão social do trabalho pois ela confere localização aos recursos. Ou seja, cada recurso só se realiza como valor absoluto num determinado lugar (SANTOS, 2006, p. 132). Há, com isso, uma relevância do espaço, “pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator.” (SANTOS, 2006, p. 133).

O resultado da divisão social do trabalho é a divisão territorial do trabalho, que representa a distribuição dos recursos no espaço. Analisar a divisão territorial do trabalho significa considerar o trabalho morto como fator diante da precedência casual do trabalho vivo, imposto pela divisão social do trabalho (SANTOS, 2006). Por esse motivo, o espaço é produto e condição da dinâmica social.

A partir dessa premissa teórica, é possível trilhar o caminho proposto por Corrêa (2006), que conduz ao entendimento da organização da rede urbana. Assim, “a divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições”, diz Santos (2005, p. 21).

A reestruturação produtiva da agropecuária amplia a divisão do trabalho sobre os cerrados baianos e, conseqüentemente, amplia sua divisão territorial do trabalho. Há uma reorganização regional que pode ser testemunhada pelas metamorfoses em sua rede urbana.

No período técnico-científico-informacional, o motor da divisão do trabalho é a informação (SANTOS, 2006, p. 131), cuja lógica hegemônica é planetária. Uma das variáveis fundamentais para a análise da informação e da divisão territorial do trabalho é a quantidade de trabalho intelectual (SANTOS, 2009, p. 53). O trabalho

intelectual, aqui, não corresponde à parcela culta da sociedade, mas às atividades caracterizadas pelo dado técnico e científico.

### ➤ **Centros urbanos**

É a cidade, centro urbano, que acolhe e atende à maior parte das necessidades e demandas do campo moderno, como também da rede urbana em geral. Dividimos essa demanda ou consumo do campo moderno em consumo produtivo<sup>57</sup> e consumo consuntivo (SANTOS, 2009, p. 54)<sup>58</sup>. Essas formas de consumo se expandem atualmente no território brasileiro.

No caso do campo moderno, o crescimento do consumo produtivo impacta diretamente na cidade responsável em atendê-lo com mercadorias e serviços. O resultado é que, nesses casos, as cidades se adaptam ao campo, ou seja, “o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as”, diz Santos (2009, p. 55). Por esse motivo, surge a cidade do campo, a cidade do agronegócio, num Brasil agrícola. Dessa forma, a urbanização se expande sobre o território brasileiro a partir da ampliação dessas formas de consumo.

A modernização agrícola expande o consumo produtivo, e esse último cria diferenciações na rede urbana regional. Ampliam-se, no atual período histórico, as relações entre campo e cidade. Por outro lado, a expansão desigual do meio técnico-científico-informacional no campo repercute nos centros urbanos, como foi o caso encontrado nos cerrados baianos. A diferenciação entre uma agricultura tradicional e uma agricultura moderna repercutiu na cidade de Formosa do Rio Preto, como também em Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, gerando vantagens e desvantagens, fenômeno que será abordado ao longo deste item.

### ➤ **Grandes firmas**

A modernização dos espaços agrícolas repercute nos centros urbanos, gerando fragmentação no espaço como um todo. Para entender esse processo, foram realizadas: pesquisa de campo<sup>59</sup> (aplicação de questionários, entrevistas e observações *in loco*); análise do censo demográfico 2010 do IBGE; pesquisa sobre a produção agrícola municipal de 2012 do IBGE; e análise dos estudos sobre as

---

<sup>57</sup> Consumo produtivo é aquele exigido pelas atividades agrícolas ou agroindustriais.

<sup>58</sup> Consumo consuntivo é aquele que se esgota em si mesmo. Ver mais sobre consumo consuntivo e consumo produtivo em SANTOS (2009), *A urbanização brasileira*.

<sup>59</sup> Pesquisa realizada *in loco*, dados primários.

Regiões de Influência das Cidades de 2007 (REGIC), realizados pelo IBGE. E todas essas análises chegaram à mesma resposta sobre a inserção de Formosa do Rio Preto na agricultura científica globalizada. Para este quesito, o trabalho *in loco* foi realizado no campo e na cidade dos municípios de Formosa do Rio Preto, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. As análises e respostas são apresentadas a seguir.

A opção de considerar dados de quatro municípios e não apenas Formosa do Rio Preto visa a enriquecer a análise. Trata-se dos quatro municípios de maior renda agrícola da Bahia, conforme revela a Tabela 5, e figurando entre os trinta maiores do Brasil. Vale ressaltar a relação constante de Formosa do Rio Preto (campo ou cidade) com Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, verificada pela pesquisa. Já São Desidério é, atualmente<sup>60</sup>, a maior renda agrícola do país, passando por dinâmicas semelhantes às de Formosa do Rio Preto.

**Tabela 5 – Produção agrícola municipal, 2012**

Município	Área colhida (hectare)	Valor da produção (1000 R\$)	Posição e participação (%) no ranking nacional em valor da produção	Posição estadual em valor de produção
<b>São Desidério</b>	532 047	2 328 636	1º (1,1)	1º
<b>Formosa do Rio Preto</b>	396 233	1 353 711	6º (0,7)	2º
<b>Barreiras</b>	203 174	859 150	16º (0,4)	3º
<b>Luís Eduardo Magalhães</b>	188 113	673 018	24º (0,3)	4º

Fonte: IBGE

As entrevistas identificaram que o consumo produtivo demandado pelo campo moderno de Formosa do Rio Preto é atendido massivamente na cidade de Luís Eduardo Magalhães, conforme está apresentado na Tabela 6. Já em 2007, o REGIC apontava esse movimento. Naquele ano, registrou-se que os agricultores de Formosa do Rio Preto que plantavam soja, milho e algodão, as principais culturas, compravam insumos agrícolas em Barreiras ou Luís Eduardo Magalhães. Hoje, cada vez mais, essa compra é realizada em Luís Eduardo Magalhães.

Assim, o consumo produtivo da agricultura moderna localizada em Formosa do Rio Preto demanda da cidade Luís Eduardo Magalhães os insumos técnico-

<sup>60</sup> Segundo dados da Produção Agrícola Municipal de 2012, estudo realizado pelo IBGE.

científicos necessários, como sementes, adubos, propagandas, consultoria e máquinas.

**Tabela 6 – Realização do consumo produtivo do campo moderno de Formosa do Rio Preto**

<b>Consumo produtivo*</b>	
<b>Luís Eduardo Magalhães</b>	<b>16</b>
<b>Barreiras</b>	<b>4</b>
<b>Formosa do Rio Preto</b>	<b>2</b>

Fonte: Trabalho de Campo.

\*A pesquisa foi realizada com dezessete famílias de agricultores do agronegócio em Formosa do Rio Preto.

Em consequência, a cidade de Formosa do Rio Preto não desenvolve um circuito superior da economia ligado ao consumo produtivo do seu campo moderno, pois esse papel é desempenhado, sobretudo, por Luís Eduardo Magalhães.

Conforme tabulação das entrevistas apresentada na Tabela 5, o circuito superior da economia urbana de Luís Eduardo Magalhães é o principal responsável em fornecer insumos e serviços ao moderno campo de Formosa do Rio Preto. Dos dezessete agricultores do agronegócio distribuídos nas três sub-regiões, que responderam à pergunta sobre aquisição de insumos, dezesseis afirmaram que os adquirem na cidade de Luís Eduardo Magalhães; outros quatro também vão a Barreiras com esse objetivo; e apenas dois utilizam a cidade de Formosa do Rio Preto para tal fim, mesmo assim com várias ressalvas para essa última cidade, haja vista que, nela, há apenas um modesto estabelecimento comercial com essa finalidade (Gaúcha Agrícola).

A maioria das sedes das grandes empresas do circuito superior do agronegócio dos cerrados baianos está localizada na cidade de Luís Eduardo Magalhães. São essas empresas os agentes econômicos responsáveis em fornecer os produtos e serviços aos produtores. A maioria delas é filial ou representante de indústrias e multinacionais. Como exemplos, podem ser mencionados os casos das empresas Bunge, Galvani, Lavrobras, Corpa, John Deere (Agrosul), Case, New Holland, dentre outras, todas com sede regional em Luís Eduardo Magalhães.

Portanto, a cidade de Formosa do Rio Preto não atrai para si as empresas desse circuito superior ligado ao agronegócio. Vale salientar que não é por falta de demanda. Segundo informações fornecidas por seus representantes, cerca de 30%

das vendas da Case e da New Holland (Jaraguá), localizadas em Luís Eduardo Magalhães, é proveniente do campo de Formosa do Rio Preto. Todas essas empresas têm representantes específicos para atender aos agricultores de Formosa do Rio Preto; só a Jaragua/New Holland possui quatro vendedores dedicados aos agricultores de Formosa do Rio Preto. A distância entre empresas de Luís Eduardo Magalhães e o campo moderno de Formosa do Rio Preto não impede essas grandes empresas de chegarem aos agricultores com suas unidades móveis que frequentemente se deslocam até o agricultor, como é o caso da John Deere/Agrosul. A Figura 8 mostra dois estabelecimentos comerciais ligados aos agricultores entre as cidades de Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães. O principal estabelecimento comercial ligado ao campo, *Gaucha Agrícola*, da primeira cidade, é de capital local e guarda substanciais distinções quanto à unidade da Agrosul, representante regional da multinacional John Deer, em Luís Eduardo Magalhães.

A construção da Rodoagro, BA-453, rodovia aguardada com muita expectativa por essas empresas, vai facilitar a ligação da cidade de Luís Eduardo Magalhães com praticamente todo o campo moderno de Formosa do Rio Preto.

Luís Eduardo Magalhães, através de suas empresas, acaba atendendo à demanda por produtos e serviços do campo moderno de Formosa do Rio Preto e dos cerrados baianos como um todo. Por outro lado, Formosa possui praticamente apenas uma empresa que fornece insumos agrícolas, mas que não tem a mesma característica das empresas de Luís Eduardo Magalhães, por não estar ligada diretamente a uma grande firma multinacional.

O mercado de insumos e máquinas agrícolas é extremamente concentrado em poucas firmas, quase sempre as *holdings* e suas representantes. Há tanto uma concentração vertical como horizontal. A concentração vertical pode ser observada pelo mercado mundial, dominado por poucas *holdings*, cada uma controlando várias marcas. Já a concentração horizontal nos cerrados baianos diz respeito à presença cada vez maior de representantes dessas *holdings*, com matrizes regionais, na cidade de Luís Eduardo Magalhães. Vale ressaltar que a influência dessas firmas luiseduardenses chega até o Sul do Piauí e do Maranhão.





**Figura 8 – Loja Gaúcha Agrícola, em Formosa do Rio Preto, e loja Agrosul, em Luís Eduardo Magalhães – representante regional da Multinacional John Deere.**

**Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014.**

Alguns dados demonstram o tamanho dessa concentração. Em Formosa do Rio Preto, na sub-região de Coaceral, cerca de 40% de toda a venda de máquinas agrícolas é controlada apenas por uma empresa, a AgroSul, representante da John Deere<sup>61</sup>. Já a maior parte do mercado de insumos agrícolas na região dos cerrados

---

<sup>61</sup> Segundo estimativa fornecida em entrevista pelo representante da AgroSul/John Deere na sub-região.

baianos é controlada pela Lavrobrás/Valtra<sup>62</sup>. Esse domínio por parte das *holdings* e multinacionais abrange desde o fornecimento de máquinas e demais insumos agrícola até o processamento da produção. As figuras 9 e 10 trazem duas das marcas de tratores mais importante. Assim, como a AgroSul/John Deere e Lavrobrás, suas sedes regionais estão localizadas na cidade de Luís Eduardo Magalhães, ao longo da BR-242.



**Figura 9 – Empresa Case em Luís Eduardo Magalhães**

**Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014.**

---

<sup>62</sup> Dados fornecidos em entrevista com o representante da Jaraguá/New Holland.



**Figura 10 – Loja da Jaraguá, representante da multinacional New Holland em Luís Eduardo Magalhães**

**Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014.**

Já o consumo consuntivo demandado pelas populações das áreas de agricultura moderna de Formosa do Rio Preto<sup>63</sup> apresentou maior heterogeneidade, conforme se pode verificar na Tabela 7. Luís Eduardo Magalhães destaca-se por oferecer possibilidade ao consumo produtivo do agronegócio, mas também vai adquirindo importância no consumo consuntivo. Já Barreiras consolida e diversifica seu setor terciário, o que lhe confere o papel de principal centro urbano do Oeste da Bahia (BRANDÃO, 2013).

**Tabela 7 – Realização do consumo consuntivo do campo moderno de Formosa do Rio Preto**

<b>Consumo consuntivo*</b>	
<b>Luís Eduardo Magalhães – BA</b>	<b>13</b>
<b>Formosa do Rio Preto – BA</b>	<b>13</b>
<b>Barreiras – BA</b>	<b>12</b>
<b>Dianópolis – TO</b>	<b>10</b>
<b>Santa Catarina – SC</b>	<b>1</b>
<b>Palmas – TO</b>	<b>1</b>

Fonte: Trabalho de Campo

\*A pesquisa foi realizada com vinte e duas famílias de agricultores do agronegócio.

<sup>63</sup> As entrevistas realizadas para a construção das Tabelas 3 e 4 se basearam no mesmo grupo focal. A única diferença foi no dado quantitativo.

A Tabela 8, referente ao ano de 2011, traz um perfil das empresas dos municípios analisados. Observe que há um maior número de empresas em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães do que em Formosa do Rio Preto e São Desidério, uma clara distinção em termos quantitativos. Com relação ao qualitativo, as diferenças continuam a prevalecer, pois os dois primeiros municípios concentram as atividades mais dinâmicas da economia. Observa-se um maior número de indústrias e empresas ligadas a ciência, técnica, comunicação e informação em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Essas empresas, em sua grande maioria, estão localizadas nas cidades. Dessa forma, as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães se distinguem das cidades de Formosa do Rio Preto e São Desidério tanto em termos quantitativos como qualitativos.

**Tabela 8 – Empresas e outras organizações nos municípios no ano de 2011**

	Formosa do Rio Preto	São Desidério	Barreiras	Luís Eduardo Magalhães
<b>Nº de empresas e outras organizações</b>	314	304	3.386	2.224
<b>Indústrias de transformação</b>	28	18	242	171
<b>Atividades profissionais, científicas e técnicas</b>	7	4	108	73
<b>Informação e comunicação</b>	1	2	58	24
<b>Atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas</b>	193	137	1.850	1.113

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas

Elaboração: MENEZES, W. G. M. D., 2014.

A situação de Formosa do Rio Preto e São Desidério, com relação ao quadro das empresas, assemelha-se aos demais municípios dos cerrados baianos, como Correntina, Riachão das Neves, Cocos e Jaborandi. Ou seja, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães são as cidades mais dinâmicas dos cerrados baianos.

É importante advertir que não se trata de uma homogeneidade entre um grupo de municípios, mas ressaltar a distinção de Barreiras e Luís Eduardo

Magalhães em relação aos demais municípios quando se trata de um circuito superior do agronegócio localizado no centro urbano.

A cidade de Luís Eduardo Magalhães firma-se como o principal centro regional do circuito superior da economia urbana voltado para agricultura moderna dos cerrados baianos. Já Barreiras, a maior cidade da região, perde parte desse circuito superior para Luís Eduardo Magalhães, mas possui um circuito econômico mais diversificado, além de concentrar os órgãos públicos de alcance regional.

Barreiras também vê crescer seu circuito inferior da economia devido ao aumento da população, além de populações de cidades circunvizinhas que constantemente vão a Barreiras. A favor de Barreiras registra-se uma população superior a 150 mil habitantes, praticamente o dobro de Luís Eduardo Magalhães, que já atinge 73 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2013. Já para Formosa do Rio Preto e São Desidério, o IBGE estima, em 2013, uma população de 24.799 e 31.785 mil habitantes, respectivamente.

Barreiras e Luís Eduardo Magalhães consolidam-se como os dois principais centros urbanos dos cerrados baianos, cada um assumindo características distintas. Conforme dados apresentados aqui, Luís Eduardo Magalhães vai concentrando as unidades ou sedes regionais das empresas características do circuito superior do agronegócio, responsáveis em atender ao consumo produtivo dos agricultores. Como exemplo, basta observar o caso da John Deere/Agrosul<sup>64</sup>, uma das maiores empresas do ramo de máquinas agrícolas. Já Barreiras corresponde à capital institucional da região, por abrigar as sedes regionais dos órgãos públicos.

### ➤ **Territórios da produção e cidades da regulação**

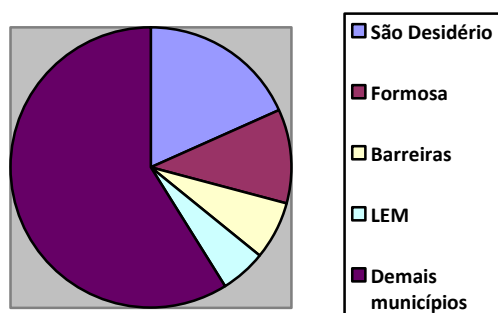
Conforme já foi apresentado na Tabela 5, no início deste capítulo, os municípios dos cerrados baianos atingiram elevadas produções agrícolas, com destaque para São Desidério e Formosa do Rio Preto, que correspondem à primeira

---

<sup>64</sup> Em 1991, a Agrosul montou seu primeiro escritório na região Oeste da Bahia, em Barreiras. Em 1995, ela firmou contrato com a John Deere e começou a comercialização de adubos (Manah) e sementes (Pioneer), marcando definitivamente a entrada no comércio de máquinas e implementos para a moderna agricultura. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a primeira filial da loja, no até então distrito de Luís Eduardo Magalhães. E em 2001, a matriz da empresa foi transferida para Luís Eduardo Magalhães: “Sempre atenta às mudanças, a Agrosul iniciou a construção de sua nova sede em Luís Eduardo e em 2001, a nova matriz foi inaugurada com a presença da Diretoria da John Deere Brasil...”. Disponível em: <http://www.agrosuljd.com.br/index.php?q=seccion/2>. Acessado em: 17/02/2014.

e à sexta maiores rendas agrícolas do Brasil em 2012, respectivamente. São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães são as quatro maiores rendas agrícolas da Bahia, pois, juntas, equivalem a 41% da produção agrícola de todo o estado, conforme demonstra o Figura 11. A concentração é ainda proporcionalmente maior se forem considerados apenas São Desidério e Formosa do Rio Preto, que correspondem a aproximadamente a 30% (29,1%) da produção agrícola baiana.

Participação dos municípios baianos na produção agrícola estadual 2012.



**Figura 11 – Participação dos municípios baianos na produção agrícola estadual 2012**

Fonte: IBGE

Esse expressivo desempenho, que coloca São Desidério e Formosa do Rio Preto no topo da produção agrícola nacional, não resultou numa transformação social, ou mesmo econômica, para a maioria da população local. As cidades de São Desidério e Formosa do Rio Preto parecem não receber benefícios equivalentes à elevada produção agrícola de sua hinterlândia. Os vetores verticais e horizontais estão articulados em favor de fatores externos ao município. Num plano vertical, praticamente toda a produção da agricultura moderna é orientada pelas demandas e exigências de mercados distantes, localizados fora da região e, constantemente, fora da nação. Já no plano horizontal, os ganhos a montante e a jusante da produção, proporcionados pelas empresas que fornecem produtos e serviços necessários à atividade, ficam, na maior parte, com as cidades ou agentes de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, onde estão localizadas essas empresas.

O próprio sistema de armazenagem dá fortes indícios de que a própria produção agrícola é orientada para fora da região. Segundo o IBGE, em pesquisa

sobre a produção agrícola municipal de 2012<sup>65</sup>, Formosa do Rio Preto, nesse ano, produziu mais de um milhão (1.012.879 t) de toneladas de soja. No entanto, somando toda a capacidade de armazenamento instalada no município, há ali uma capacidade de apenas 366.193 t<sup>66</sup>. Praticamente toda a região do Oeste da Bahia apresenta um déficit de armazenagem. Mas é no município de Luís Eduardo Magalhães onde se encontra a maior capacidade instalada, com cerca de 1.130.239 toneladas. Conforme será visto no próximo item, a Bunge e Cargill detêm parte considerável da capacidade de armazenamento da região<sup>67</sup>.

Os dados da CONAB sobre a capacidade de armazenamento indicam também a diferença entre Luís Eduardo Magalhães e os outros municípios da região. Apesar de São Desidério e Formosa do Rio Preto serem os dois maiores produtores da região, é em Luís Eduardo Magalhães que está localizada a maior capacidade de armazenamento. Ou seja, parte da produção, principalmente de soja, dos demais municípios é direcionada para Luís Eduardo Magalhães.

Uma análise dos dados mais atuais do PIB, disponibilizados pelo IBGE<sup>68</sup>, e dos valores adicionais da agropecuária, indústria e serviço dos municípios pode auxiliar na análise sobre a distinção entre esses municípios. Apesar de as maiores rendas agrícolas pertencerem a São Desidério e Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras são as cidades mais beneficiadas com a agricultura regional, configurando-se como os dois maiores PIB da região, com destaque para Luís Eduardo Magalhães, que é o décimo maior PIB do estado da Bahia, à frente de tradicionais municípios do estado, como Ilhéus e Juazeiro (vide a tabela 9).

---

<sup>65</sup> Em <http://www.ibge.gov.br/home/>.

<sup>66</sup> Dados disponibilizados pela CONAB, por meio do SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras. Disponível em <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoListarConsulta> em 03 de mar de 2014.

<sup>67</sup> Ver mais sobre armazéns no Oeste da Bahia em Ilario (2011).

<sup>68</sup> <http://www.ibge.gov.br/home/>

Tabela 9 – PIB e variações adicionais em 2011 (em 1000 reais).

	<b>PIB</b>	<b>Valor adicional bruto da agropecuária em relação ao PIB</b>	<b>Valor adicional bruto da indústria em relação ao PIB</b>	<b>Valor adicional bruto dos serviços em relação ao PIB</b>
<b>Formosa do Rio Preto</b>	792.783	470.078	20.697	263.948
<b>São Desidério</b>	1.233.109	832.783	64.339	290.666
<b>Barreiras</b>	2.133.238	410.960	331.589	1.196.894
<b>Luís Eduardo Magalhães</b>	2.773.656	308.594	618.078	1.465.278

Fonte: IBGE

Os dados das Tabelas 5, 6, 7 e 8, articulados à concepção e ao papel dos centros urbanos apresentados por Corrêa (2006), na divisão territorial do trabalho, demonstram o quanto eles são fundamentais ao movimento do agronegócio.

Para Corrêa, as necessidades vinculadas à produção, circulação e consumo no capitalismo implicam a necessidade de centros urbanos. “Parcela do valor excedente, ao circular, é apropriada nestes pontos (centros urbanos) e reinvestida, circulando de novo e gerando, assim, o aparecimento de novos fluxos” (CORRÊA, 2006, p. 29). O crescimento do PIB de Luís Eduardo Magalhães é resultado da concentração de serviços necessários à produção do campo de praticamente toda a região (observe-se a Figura 12). Essa cidade é regionalmente a mais beneficiada com a expropriação da renda agrícola regional. A pesquisa sobre Formosa do Rio Preto, conforme foi demonstrado, identificou o domínio das empresas de Luís Eduardo Magalhães sobre sua agricultura moderna.

A Figura 13 expõe a participação e, conseqüentemente, a importância do setor de serviços no PIB de Luís Eduardo Magalhães. A indústria ligada ao processamento das *commodities* agrícolas também se destaca nessa cidade<sup>69</sup>.

<sup>69</sup> Ver Vieira (2007).



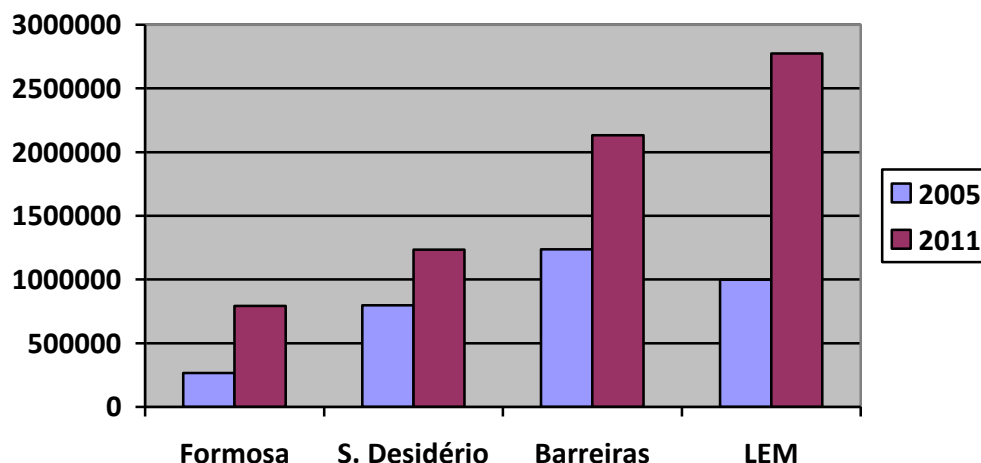


Figura 12 – PIBs municipais em 2005 e 2011  
Fonte: IBGE

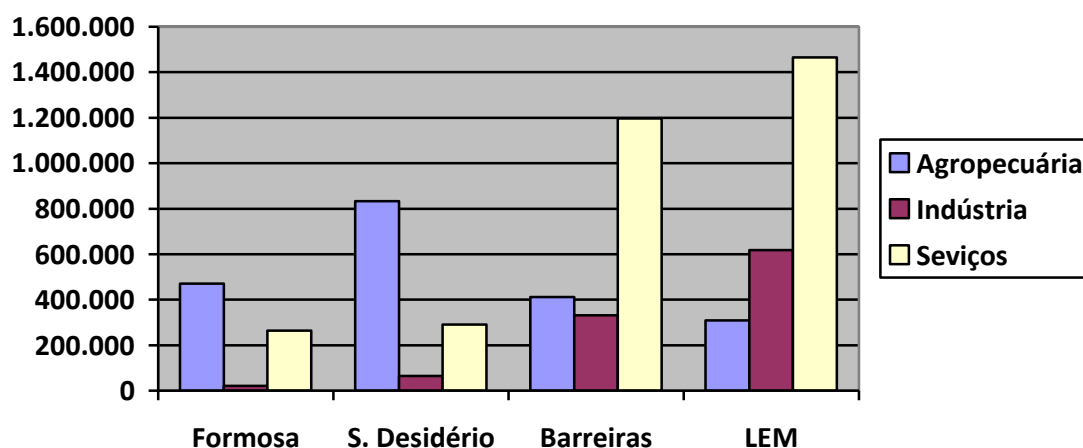


Figura 13 – Valores adicionais por setor ao PIB (ano 2011) nos municípios de Formosa do Rio Preto, São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.  
Fonte: IBGE

A partir do papel desempenhado pelos centros urbanos e pela rede urbana na divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 2006), dados apresentados na Tabela 9 e na Figura 13, percebem-se as diferenças básicas nas cidades analisadas. É o circuito superior localizado nas cidades de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras que mais contribui para o crescimento do seu PIB e a condição hegemônica dessas cidades na região. O setor de serviços participa com 52,8% e 56,1% do PIB de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, respectivamente. Por outro lado, em Formosa do

Rio Preto e São Desidério, é a produção em si (setor agropecuário) que contribui com a maior participação no em seus PIBs, com 59,2% e 67,5%, respectivamente.

Esses dados, associados a essas análises, contribuem para ressaltar o quanto as duas primeiras cidades se distinguem das demais, principalmente Luís Eduardo Magalhães. Comparando-se o ano de 2005, quando da realização do estudo do REGIC, até 2011, ano do último dado do PIB disponibilizado pelo IBGE, mais de um bilhão foi somado ao setor de serviços em Luís Eduardo Magalhaes (vide Figura 14).

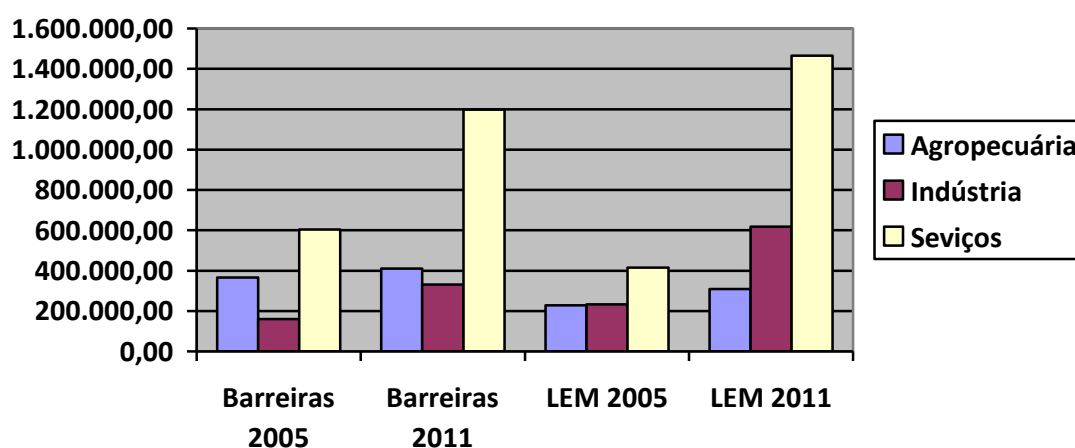


Figura 14 – Valores adicionais por setor do PIB em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, anos 2005 e 2011.

Fonte: IBGE

A cidade de Luís Eduardo Magalhães é um típico exemplo daquilo que Santos (2009) chamou de cidade do campo, e Elias (2006) denomina de cidade do agronegócio. O surgimento dessa cidade e seu crescimento econômico estão diretamente relacionados à modernização da agricultura dos cerrados baianos.

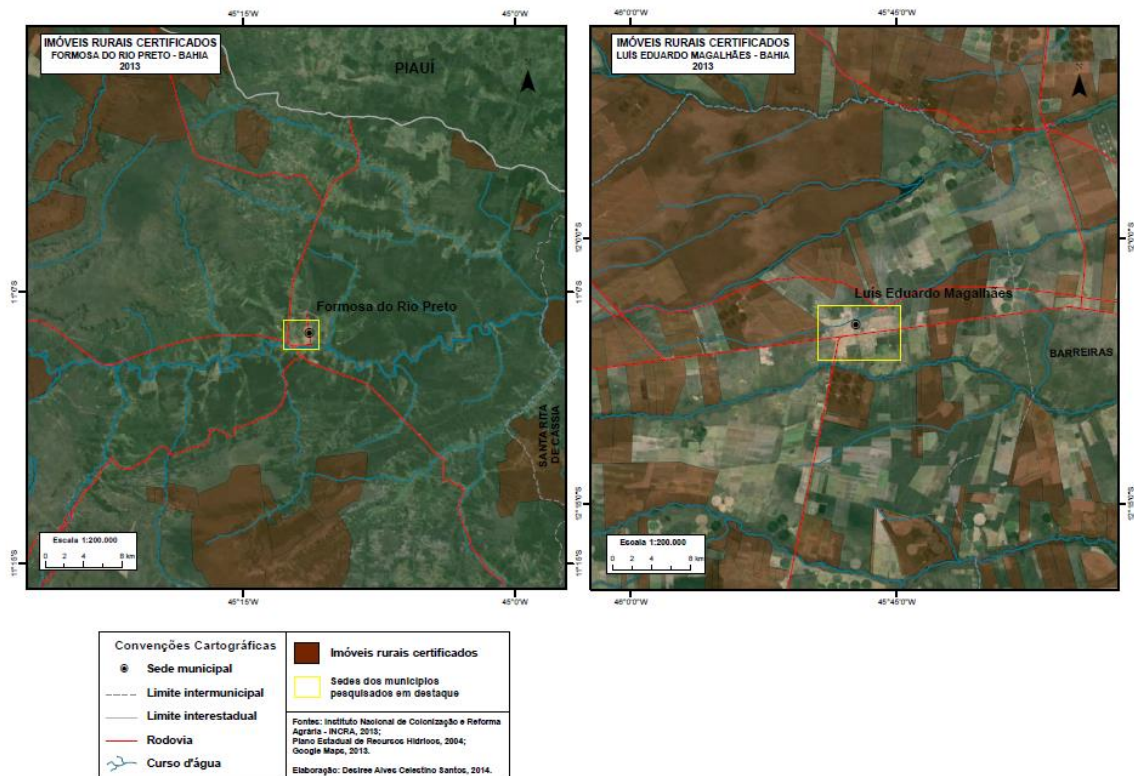
Para o diretor de relações institucionais da AIBA, Ivanir Maia<sup>70</sup>, a cidade de Luís Eduardo Magalhães está localizada num lugar estratégico, o que possibilita uma melhor comunicação com as fazendas, conforme mostra o mapa da Figura 15. Maia compara essa cidade a um *shopping center*, onde o produtor encontra o produto que deseja. A cidade de Luís Eduardo Magalhães se especializou em

<sup>70</sup> Entrevista realizada com o diretor de relações institucionais da Aiba, Ivanir Maia, na sede da Aiba, em Barreiras, no dia 19/09/2013.

vender a atacado, fornecendo em grande quantidade. “Um produtor que for comprar um litro de veneno não encontra em Luís Eduardo. Lá só vende em atacado, não vende varejo de produto agrícola”, fala Maia. O diretor explica que os eventos ligados ao agronegócio acontecem em Luís Eduardo Magalhães e não em Barreiras. Eventos sobre tecnologia agrícola acontecem naquela cidade, “pois o centro comercial está em Luís Eduardo Magalhães”, conclui Maia.

A Figura 15 demonstra a diferenças entre Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães, a começar pela própria localização. Luís Eduardo Magalhães está situada na chapada, em uma posição privilegiada diante as fazendas do agronegócio. O contrário da cidade de Formosa do Rio Preto que está distante do plantio da agricultura moderna. O capital da agricultura moderna encontrou poucas rugosidades na chapada e construiu Luís Eduardo Magalhães com o intuito de atender suas necessidades.

No mapa da Figura 15, percebe-se que Luís Eduardo Magalhães, na chapada, está cercada por fazendas do agronegócio, ao contrário da cidade de Formosa do Rio Preto, no vale, distante e com estradas de difícil acesso aos imóveis rurais do agronegócio.



**Figura 15 – Comparativo entre as cidades de Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto**

Fonte: SEI

Analisando os movimentos da aviação civil (aeronaves de uso particular sem venda de passagens) nos municípios de Luís Eduardo Magalhães, Barreiras e Formosa do Rio Preto (Tabela 10), observa-se o quanto Luís Eduardo Magalhães se distingue de Formosa do Rio Preto, o que indica uma relação da primeira cidade com os fluxos hegemônicos ligados ao agronegócio. Somente o aeroporto da cidade de Barreiras opera linhas diárias nos cerrados baianos, através das companhias Azul e Passaredo, mediante compra de passagens. Contudo, o aeroporto de Luís Eduardo Magalhães detém um expressivo movimento de aeronaves civis de uso particular, superando, em mais de dez vezes, os movimentos registrados em Formosa do Rio Preto. Trata-se de um movimento expressivo, conforme demonstra a tabela 10, e que ajuda a entender a distinção entre Luís Eduardo Magalhães e as demais cidades da região.

Tabela 10 – Movimentação de aeronaves\*

Aeroportos/aeródromos	Movimentação de aeronaves*
<b>Aeródromo público (SSQZ) de Luís Eduardo Magalhães</b>	1.169
<b>Aeródromo público (SNBR) de Barreiras</b>	451
<b>Aeródromo da ABA (SNDH) de Barreiras</b>	416
<b>Aeródromo público (SDKJ) – Formosa do Rio Preto</b>	107

**Fonte: ANAC**

\*Não abarca os movimentos com vendas de passagens em Barreiras, realizados pelas empresas Azul e Passaredo. O objetivo é verificar os movimentos de aeronaves particulares. Dados referentes ao período de 29/10/2012 a 29/10/2013. Fonte: ANAC

A divisão territorial do trabalho atribui a Luís Eduardo Magalhães um papel de comando sobre a fração técnica da produção agrícola regional. Praticamente todos os agricultores do agronegócio entrevistados afirmaram adquirir adubos, fertilizantes, assistência técnica e máquinas agrícolas nas empresas localizadas em Luís Eduardo Magalhães. As empresas que compram a soja também estão localizadas nessa cidade ou em Barreiras. O mercado sojífero na região é dominado pelas multinacionais Bunge e Cargill. Tanto a montante quanto a jusante da produção agrícola propriamente dita, Luís Eduardo Magalhães, com suas empresas, sobressai sobre a parcela da fração técnica, atingindo quase toda a região.

A ascensão e a consolidação de Luís Eduardo Magalhães não se explica somente pelos dados políticos, econômicos e culturais. As formas espaciais, ou melhor, a falta de parte delas, facilitou o impressionante crescimento da cidade. A pouca existência de rugosidades<sup>71</sup> (SANTOS, 2006, p. 140) naquela área proporcionou a proliferação do capital novo, principalmente o oriundo do circuito superior da economia urbana voltado para o agronegócio, que se territorializou de acordo seus interesses. Assim, a pouca herança de espaço artificial e rugosidades (SANTOS & SILVEIRA, 2005) contribuiu decisivamente para o crescimento econômico e espacial da cidade. Ali o espaço foi reterritorializado com pouco trabalho morto.

<sup>71</sup> Santos (2006, p. 140) chama “rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”.

Elias (2003, p. 63) fala em suscetibilidade dos espaços, principalmente o agrícola, em aceitar o capital tecnológico. Nesse sentido, pode-se identificar Luís Eduardo Magalhães, que transformou um espaço agrícola erguendo um espaço urbano ao seu molde. O governo local, dominado pelo capital agrícola, atua privilegiando o agronegócio<sup>72</sup>. Sobre a importância da gestão municipal para Luís Eduardo Magalhães, observa-se que:

O constante crescimento econômico de Luís Eduardo Magalhães, mesmo antes de sua emancipação, dava a concepção errônea de que esse era natural. Em nossa opinião, o governo local apresenta-se como principal agente, responsável direto pela elaboração e implementação de estratégias de promoção econômica e desenvolvimento socioespacial. Portanto, suas ações interferem direta e indiretamente em sua configuração territorial. (FILHO, A. E FILHO, J. 2012, p. 82).

O ímpeto de Luís Eduardo Magalhães extrapola os limites municipais. Suas ações, tanto através do governo local, como, principalmente, das empresas sediadas nessa cidade, colocam-na como um dos principais centros urbanos regionais. A poderosa AIBA, a mais importante entidade de produtores do agronegócio baiano, possui estreita ligação com o município. Suas ações são sintomáticas desse estreitamento, como a realização da Bahia Farm Show, que acontece na cidade em parceria com a prefeitura municipal. Nas publicações da AIBA, o destaque e o exemplo de um Oeste da Bahia próspero é quase sempre a cidade de Luís Eduardo Magalhães: "... destaque no amplo mapa brasileiro, a cidade de Luís Eduardo Magalhães, a sede da Bahia Farm Show, também conhecida como Capital e Shopping Center do Agronegócio, é uma das que mais crescem no país" (AIBA, 2012, p. 11). O prefeito reeleito em 2012 de Luís Eduardo Magalhães foi presidente fundador da Aiba, conduzindo-a como presidente em seus dezoito primeiros anos.

Por exercer parte desse controle e regulação técnica e política do trabalho na região, a cidade de Luís Eduardo Magalhães acaba por interferir na reorganização da rede urbana regional, modificando-a a seu modo. Foi assim que o projeto da Rodoagro (que será visto no próximo capítulo) foi pensado, tendo essa cidade como um importante ponto.

---

<sup>72</sup> Esse estreitamento entre a gestão municipal de Luís Eduardo Magalhães e o agronegócio é descrito também no trabalho de Vieira (2007). A autora analisa o *marketing* territorial no município e sua tentativa de atrair agroindústrias.

O alcance de Luís Eduardo Magalhães e de Barreiras extrapola e muito os seus respectivos contornos municipais. Barreiras, por ser a economia urbana mais diversificada do Oeste da Bahia e sediar os principais órgãos públicos, exerce influência sobre os municípios dessa região. No projeto que tramita no Congresso Nacional, em Brasília, para a criação do Estado do São Francisco, Barreiras seria a capital do cogitado estado federativo. Já Luís Eduardo Magalhães possui uma forte influência nos municípios onde há uma agricultura científica globalizada, oferecendo ao campo serviços e produtos desse segmento agrícola.

No presente trabalho identificamos que a área de abrangência das empresas desse circuito superior, ligada ao agronegócio das cidades de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, chega até regiões agrícolas dos estados de Piauí, Maranhão, Tocantins e Goiás, como são os casos das regiões da APROCHAMA, uma área entre Piauí, Tocantins e Bahia, e a de Bom Jesus no Piauí. É o caso também da região do Jalapão, em Tocantins, nas áreas de chapada, onde há agricultura científica. Ali também são as empresas de Luís Eduardo Magalhães que atendem aos produtores do agronegócio.

### **3.3 AGENTES HEGEMÔNICOS E O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A BUNGE E A CARGILL EM FORMOSA DO RIO PRETO**

O fato de a modernização do campo ser ditada pela economia globalizada sequestra dos cerrados baianos a autonomia sobre sua decisão de futuro. Os agentes mais poderosos são as grandes firmas, cada vez em menor número e concentrando maior força, o que acaba por imprimir um uso corporativo do território. A competitividade estabelecida por uma mais-valia mundial está alheia ao bem estar das populações locais e corresponde à bula que guia a atuação dessas grandes firmas, levando a reboque todas as outras empresas.

Soja, algodão e milho são os principais produtos do agronegócio do oeste baiano. Apesar de os três cultivos estarem notadamente presentes nos campos modernos de Formosa do Rio Preto, a soja é o principal produto local. Conforme já foi apontado, o município é um dos destaques nacionais na produção do grão, o quinto maior produtor, e o maior do Norte e Nordeste do país.

A análise dos circuitos espaciais produtivos e dos círculos de cooperação da soja na região, historicamente seu principal produto, revela a supremacia das grandes firmas. Se o dado técnico possibilitou o plantio de soja nos cerrados nordestinos em níveis de alta produtividade e com recordes de produção, o fator político encarregou de subjugar sua produção aos interesses das *tradings*<sup>73</sup>.

As *tradings*<sup>74</sup> são poderosas firmas que podem estabelecer sua hegemonia tanto sobre os fluxos verticais quanto no recorte horizontal. Nas entrevistas com os agricultores, foram identificadas as seguintes *tradings* atuando na região: Bunge, Cargill, ADM, Multigrain e Amaggi/Louis Dreyfus. Para os agricultores entrevistados, essas são as principais que atuam na região. Segundo Ilario (2011), há cerca de 13 *tradings* atuando no Oeste baiano.

No entanto, o circuito espacial produtivo da soja é dominado pela Bunge e a Cargill. A atuação dessas *tradings* vai desde uma forte presença no fornecimento de insumos ao produtor até a exportação da soja. Além de ser as únicas esmagadoras do grão na região e com diversas unidades de armazenamento nela espalhadas, essas duas empresas são as maiores fornecedoras de fertilizantes do Brasil. A atuação tanto a montante como a jusante da produção lhes confere maior vantagem no circuito espacial produtivo da soja. A seguir, trataremos da atuação da Bunge e da Cargill no mercado de fertilizantes e no armazenamento, comercialização e esmagamento da soja.

A disputa e a supremacia da Bunge e da Cargill no circuito produtivo da soja podem ser percebidas desde o seu início: na oferta de fertilizantes, no financiamento e, conseqüentemente, no contrato de compra antecipada de soja dos agricultores com as duas firmas. Ambas as empresas não produzem soja nos cerrados baianos, mas possuem uma estreita ligação com quem produz, o agricultor.

O mercado de fertilizantes passou por uma reestruturação na década de 1990 (FERNANDES; GUIMARÃES; MATHEUS, 2009), marcada pela entrada de firmas internacionais e sua desestatização<sup>75</sup>. O que se viu foi um oligopólio formado

---

<sup>73</sup> A realidade social é uma coisa só; assim, os fatores técnicos e políticos não se separam. Não há como entender a técnica sem a política.

<sup>74</sup> “As *tradings* são complexos empresariais que podem deter: propriedades produtoras de grãos; empresas compradoras através do financiamento creditício e da assistência técnica; empresas exportadoras com meios de transportes modernos e alternativos; mais modernos insumos e técnicas de produção; empresas de industrialização da produção agrícola; empresas que consomem a produção com o intuito de agregar valor.” (CAVALCANTE; FERNANDES, 2008, p. 22 apud ILARIO p. 81 2011).

<sup>75</sup> A empresa estatal Fosfertil foi privatizada na década de 1990 e hoje é controlada pelo consórcio



principalmente entre a Bunge Fertilizante e a Mosaic (controlada pela Cargill), além da Yara, líder mundial no fornecimento de fertilizantes (FERNANDES; GUIMARÃES; MATHEUS, 2009)<sup>76</sup>. O resultado da reestruturação do mercado de fertilizantes foi a concentração de seu controle pela Bunge e pela Cargill, o que coloca essas empresas no caminho dos agricultores desde o início da produção.

Outro ponto vital para a comercialização da soja é seu armazenamento. Só para se ter um comparativo, no ano de 2012, a produção de soja em Formosa do Rio Preto foi de 1.012.879 toneladas, colocando o município como o quinto maior produtor do país. No entanto, a capacidade de armazenamento é apenas de 366.193 toneladas. Não bastasse o déficit no armazenamento, cerca de 55% dessa capacidade é de propriedade da Bunge, mais precisamente 201.206 toneladas, distribuídas estrategicamente pelo território de Formosa do Rio Preto. Os dados de capacidade de armazenamento foram obtidos junto à CONAB<sup>77</sup>.

Luís Eduardo Magalhães, que concentra a maior capacidade armazenadora da região, segundo a CONAB, possui uma capacidade de 1.130.239 toneladas. Novamente, a Bunge detém cerca de 48% desse valor (542.805 t). Somadas, Bunge, Cargill e Multigrain – apenas três tradings – detêm 55,6% controle de armazenamento desse município. Não tendo como armazenar o grão, o agricultor é obrigado a negociar a soja. Com isso, está sujeito ao preço daquele momento.

Com relação ao processamento da soja, na região há apenas duas esmagadoras: uma de propriedade da Bunge e a outra controlada pela Cargill. A produção da oleaginosa, o principal produto do agronegócio brasileiro, alcançou a marca de 2,86 milhões de toneladas na safra 2012/2013 do Oeste da Bahia (AIBA, 2013). Praticamente toda a soja esmagada na região passa por essas duas multinacionais. A Bunge, com fábrica em Luís Eduardo Magalhães, lidera o mercado regional. Essa fábrica tem a capacidade de esmagar cerca de 1,2 milhões de toneladas anuais, o que corresponde a 42% de toda a produção sojifera do Oeste

---

Fertifós, formado principalmente pela Bunge Fertilizante (52%), Mosaic (33%) e Yara (13%) (FERNANDES; GUIMARÃES; MATHEUS, 2009).

<sup>76</sup> O movimento no setor de fertilizantes promete continuidade na reestruturação. Como exemplos, cita-se a Vale, tentando aumentar sua participação no mercado, dentre outras empresas; além da disputa entre Bunge e Cargill. Ver <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.vale-compra-ativos-de-fertilizantes-da-bunge-por-us-3-8-bilhoes,502702,0.htm> e <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0884/noticias/a-discreta-briga-de-dois-gigantes-m0119839>.

<sup>77</sup> Dados obtidos com a CONAB, por meio do SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras. Disponibilizado em <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoListarConsulta>. Acessado em: 03/03/2014.

Baiano na safra mencionada. Quanto à Cargill, na unidade localizada na cidade de Barreiras, a capacidade de processamento está em torno de 500 mil toneladas, cerca de 17,5% da produção da mesma safra. Bunge e Cargill juntas, além do controle das duas únicas esmagadoras da região, têm a capacidade para esmagar 59,5% de toda a produção regional da safra 2012-2013 do grão.

Mas o destino da soja pode ser tanto para o mercado doméstico como para a exportação. Para o mercado doméstico, essa fábrica da Bunge produz e comercializa, por exemplo, os óleos de cozinha *Soya* e *Salada*, além do farelo para nutrição animal, dentre outros produtos; já na unidade da Cargill são fabricado os concorrentes *Lisa* e *Veleiro*, e também o farelo para nutrição animal, além de outros subprodutos do processamento da soja. A outra fatia da soja é para a exportação, atendendo aos principais importadores do mundo, como China e União Europeia, seguindo, principalmente, para os portos de Aratu, em Salvador, e o de Ilhéus.

As operações dos agricultores e das empresas localizadas nos cerrados baianos seguem a cartilha da economia global definida pela competitividade do mercado. Os preços da soja para compra e venda seguem as determinações da CBOT (Chicago Board of Trade). De acordo com um analista de mercado da região, entrevistado durante a pesquisa<sup>78</sup>, 52% da soja proveniente da safra 2011/2012 foi para exportação. Já a safra 2012/2013, a expectativa é que a maior parte da safra do grão seja processada na região, comentou o analista Luiz Carlos, da ASMEG<sup>79</sup>.

O processo de globalização atribuiu ao espaço geográfico a condição de resultado e condicionante do processo social. Para tanto, torna-se necessário uma análise espacial que conjuga ações e objetos de forma sistêmica e indissociáveis.

Bunge e Cargill<sup>80</sup> são duas empresas gigantes que atuam de forma globalizada e com uma longa história no território brasileiro. Para compreender seu

---

<sup>78</sup> Entrevista concedida pelo analista de mercado Luiz Carlos Fagundes da ASMEG, Assessoria em Mercado de Grãos.

<sup>79</sup> ASMEG – Assessoria em Mercado de Grãos. Localizada em Luís Eduardo Magalhães.

<sup>80</sup> A Bunge foi fundada em 1818, em Amsterdã, Holanda. Sua sede foi transferida para White Plains, Nova York. Hoje, a empresa é líder global no processamento e comercialização de oleaginosas. No Brasil, sua atuação começa em 1905, associada com a Sociedade Anônima Moinho Santista, que posteriormente seria adquirida pela própria Bunge, como também foi o caso da Ceval (maior esmagadora de soja do Brasil, até então), adquirida pela empresa, dentre outras. A Bunge, no Brasil, é a maior exportadora do agronegócio e a terceira em todos os setores (só perdendo para a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce). A unidade de esmagamento de soja da Ceval, no antigo distrito de Mimoso do Oeste, atual Luís Eduardo Magalhães, é hoje de propriedade da Bunge. Disponível em <http://www.bunge.com.br/Negocios/Agronegocio.aspx>. Acessado em 04/03/2014. Também no Brasil, a Bunge é a maior processadora de oleaginosa e trigo. Já a norte-americana Cargill foi fundada em 1865, sua sede é em Minneapolis (EUA). Com mais de 142 mil funcionários,

papel, a questão fundamental a ser averiguada é como elas usam o território. Como já foi observado, essas empresas, estrategicamente, têm suas fábricas e sedes regionais localizadas nas duas urbes mais importante dos cerrados baianos, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, o que lhes garante vantagens em mão de obra, comunicação, infraestrutura, transporte e controle da produção. No entanto, ambas as empresas possuem unidades em praticamente todos espaços regionais onde é produzida a soja. Essas unidades comercializam e armazenam a soja. No caso da Bunge, seus armazéns estão assim localizados no território sojífero dos cerrados baianos:

- Coaceral – Formosa do Rio Preto
- Panambi – Formosa do Rio Preto
- Estrondo – Formosa do Rio Preto
- Ouro Verde I – Anel da Soja (Divisa de Riachão das Neves com Formosa do Rio Preto)
- Ouro Verde II – Anel da Soja (Divisa de Riachão das Neves com Formosa do Rio Preto)
- Placas – Barreiras
- Bela Vista I – Luís Eduardo Magalhães
- Bela Vista II – Luís Eduardo Magalhães
- Roda Velha – São Desidério
- Antas – São Desidério
- Rosário - Correntina

Quanto a Cargill, há um total de sete unidades espalhadas por todo o cerrado baiano. Em Formosa do Rio Preto, há duas delas: uma na região de Panambi/Garganta e a outra em Coaceral. Outras *tradings* possuem armazéns na região, como a Amagi/Louis Dreyfus e a Multigrain, cada uma com dois armazéns; já a ADM tem uma unidade.

As grandes firmas ocupam todo o cerrado baiano com suas unidades distribuídas estrategicamente em cada sub-região, possibilitando vantagens e

---

atua em 67 países. No Brasil desde 1965, em 2012 alcançou receita bruta de 25,6 bilhões de reais. Disponível em: <http://www.cargill.com.br/pt/sobre-cargill-brasil/index.jsp>. Acessado em 04/03/2014. Nos cerrados baianos, a Cargill tem sua fábrica em Barreiras, um arrendamento da Overbasa. Tanto Bunge quanto Cargill têm suas sedes brasileiras em São Paulo.

assegurando a hegemonia na compra e venda da soja. Através dessas unidades, uma grande firma como a Bunge consegue estabelecer contratos diretamente com o agricultor de cada sub-região. A Bunge da unidade Coaceral tem a figura do comprador de soja que é responsável pelo contato com o agricultor.

A soja adquirida pela Bunge e estocada na unidade Coaceral, com capacidade para 50 mil toneladas, após os procedimentos da empresa, pode seguir basicamente dois caminhos: ser enviada para sua fábrica em Luís Eduardo Magalhães ou ser exportada através do porto de Aratu, em Salvador, ou do porto de Ilhéus.

Diante dessa forma estratégica de utilização do território, a Bunge e a Cargill, por exemplo, saem na frente das demais empresas no comércio regional da soja. Como foi observado, suas fábricas estão instaladas nos dois principais centros urbanos e com unidades de armazenamento e comercialização em pontos estratégicos de toda a região. Esse uso do território por parte da Bunge e da Cargill expõe como a produção agrícola gerada por toda a região sai dos municípios produtores para transformação em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, ou segue diretamente para os portos marítimos, para exportação.



**Figura 16 – Unidade da Bunge Coaceral em Formosa do Rio Preto**

**Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014.**

Além do processo expropriatório da produção agrícola regional, as unidades de armazenamento e comercialização dessas empresas trazem novos dados e questões para reflexão. Em entrevistas nas unidades de Coaceral, tanto da Bunge como da Cargill, observou-se um descompasso entre a importância econômica das empresas e seu legado para o município. A sub-região do agronegócio de Coaceral é uma das mais importantes de todo o cerrado baiano. Pelos dados fornecidos na entrevista, só a unidade local da Bunge tinha movimentado aproximadamente 160 mil toneladas de soja da safra 2011-2012, cerca de 30% da soja da região de Coaceral. Por outro lado, são necessários apenas sete funcionários na unidade local da Bunge, cada um ocupando uma função: gerente administrativo, classificador de grãos, comprador de soja, operador de máquinas, assistente administrativo, auxiliar administrativo e encarregado de silos. Já na unidade da Cargill, há um total de cinco funcionários fixos.

A produção de *commodities*, como a soja, não gera o tão propalado “desenvolvimento” econômico e a criação de empregos esperados para os

municípios produtores como Formosa do Rio Preto, nem mesmo em São Desidério, o maior PIB agrícola do Brasil. O processo de monocultivo do grão e o caráter exógeno de sua comercialização penalizam os municípios produtores.

A pesquisa do uso do território, realizada aqui sobre a Bunge e a Cargill, nos cerrados baianos, em especial em Formosa do Rio Preto, revela que a organização e a distribuição das fábricas, das sedes regionais e das suas unidades (conjunto de objetos) estão relacionadas com os fluxos hegemônicos que imperam na região. Não há como separar os sistemas de objetos dos sistemas de ações. Pelo contrário, essa relação é reveladora de como é organizado o espaço geográfico regional e local. E os sintomas locais expõem o funcionamento da globalização, e também do mundo. Por esses motivos e por esse uso é que se pode identificar um uso corporativo do território.

No entanto, uma das características da economia mundial é seu caráter de mutação contínua. Determinada organização empresarial, que, num momento, pode ser vantajosa, pode, em outros períodos, ser abandonada em prol de um nova. Nesse sentido, as características apresentadas sobre as empresas, neste tópico, devem estar balizadas pelas características atuais do sistema capitalista. Durante as entrevistas, foi identificado um cenário com possibilidade de reestruturação das unidades da Bunge e da Cargill. A Figura 17 mostra o objetivo da Cargill para a unidade Coaceral.



Figura 17 – Anúncio da futura unidade da Cargill Coaceral, em Formosa do Rio Preto  
 Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014.

Esse domínio da Bunge e da Cargill sobre o circuito espacial produtivo da soja repercutiu nas entrevistas realizadas com os agricultores. A maioria deles destina sua produção para essas duas empresas, que lideram com folga a compra da soja na região. No entanto, essa aproximação entre as *tradings* e os agricultores nada tem de harmoniosa. Como foi observado, os produtores são reféns do poderio dessas grandes firmas. Essa mesma constatação foi obtida por Ilario (2011), ao estudar a região agrícola do Oeste Baiano:

Evidentemente, esta estreita relação entre produtores e tradings, apesar de fundamental para diversas etapas do circuito espacial produtivo, acaba por colocar os primeiros numa condição de dependência frente aos compradores, que nada tem de amistosa e igualitária. (ILARIO, 2011, p. 83).

Foram recorrentes, nas entrevistas com os agricultores do agronegócio de Formosa do Rio Preto, principalmente os de pequeno e médio porte, as reclamações

sobre os contratos com as *tradings*. Afirmaram que constantemente havia prejuízos para os agricultores que não conseguiam atender às obrigações contratuais. Tal fato os levou ao pagamento de altas multas às firmas. Os agricultores exemplificaram com as duas últimas safras (2011-2012 e 2012-2013), afetadas por estiagens, o que levou a uma baixa produtividade e, conseqüentemente, a não atender à quantidade prevista nos contratos firmados em “soja verde” (venda antecipada de soja).

### **3.4 A FORMAÇÃO DE UM ARRANJO ORGANIZACIONAL NOS CERRADOS BAIANOS COMO FATOR DE FRAGMENTAÇÃO EM FORMOSA DO RIO PRETO**

As análises realizadas ao longo do capítulo fornecem evidências suficientes para afirmar que as antigas solidariedades que cimentavam as relações sociais no interior do município e na região não mais são hegemônicas.

Não há, portanto, como separar as transformações da história recente do município da história da região. Primeiramente, mostrou-se que a reestruturação produtiva da agricultura não foi exclusiva do município em questão, mas afetou substantivamente o espaço agrícola de praticamente todos os municípios localizados nos cerrados baianos.

Em seguida, foram discutidas as transformações da divisão territorial do trabalho nos cerrados baianos, fruto dessa reestruturação produtiva, com destaque para o caso de Formosa do Rio Preto. Observa-se que a divisão territorial do trabalho local e regional é sobreposta por outras divisões territoriais do trabalho. Prova disso é que os circuitos espaciais produtivos da região são controlados por outros lugares, e sua produção é orientada para fora.

Por fim, analisou-se a atuação dos dois principais agentes hegemônicos no espaço agrícola em Formosa do Rio Preto: a Bunge e a Cargill. A análise demonstrou como tais *tradings* acabam controlando os circuitos espaciais produtivos da região, em especial o da soja, tradicionalmente a *commoditie* mais importante. O uso corporativo dessas grandes firmas acaba impactando tanto a atuação das demais empresas e agricultores, como o uso do território.

A análise destes três aspectos apontam uma fragmentação sobre o espaço agrícola de Formosa do Rio Preto. A causa deste processo é a formação de um



arranjo organizacional sobre a região. Praticamente todos os dados analisados dão conta deste movimento.

A organização do moderno espaço agrícola do município fica orientado pela demanda desse circuito superior do agronegócio globalizado. É retirado do município o controle de parte de seu território, num processo de desarticulação. Em outras palavras é imposta uma organização vinda de fora, comandada por essas empresas. O resultado é que todo o espaço agrícola moderno, distribuído sobre os municípios da região, está organizado sob a mesma lógica, o que implica a formação de um novo arranjo organizacional sobre a antiga região. Por um lado, a nova ordem traz desordem à região, desfazendo as antigas solidariedades orgânicas. Esta desarticulação no Oeste da Bahia é identificada e analisada por Clóvis C. M. dos Santos (2007).

Todas essas transformações da realidade exigem da geografia uma revisão dos seus conceitos e categorias<sup>81</sup> pois esse arranjo organizacional resulta em novas propostas conceituais. Estudando a modernização dos cerrados brasileiros, Castillo (2011), recentemente, propôs entender os arranjos formados nesses espaços através do conceito de *Região Competitiva e de Logística*. É o caso proposto por esse autor para o espaço onde estão imersos os cerrados baianos. Pesquisando a modernização em três regiões agrícolas distintas do Nordeste brasileiro, dentre elas a dos cerrados baianos (envolvendo Tocantins, Sul do Piauí e Maranhão), Elias (2011) propõe seus estudos a partir do conceito de *Regiões Produtivas Agrícolas* (RPAs).

Tanto Elias (2011) quanto Castillo (2011), nessas recentes análises, concordam que esses arranjos organizacionais, traduzidos em seus respectivos estudos em *Regiões Produtivas Agrícolas* (RPAs) e *Região Competitiva e de Logística*, são produtores de fragmentação.

Castillo (2011, p. 338) afirma que a *Região Competitiva e de Logística*:

É fator de fragmentação territorial (VAINER, 2007), na medida em que se isola de seu entorno imediato e recebe investimentos públicos e privados em detrimento das áreas adjacentes e do conjunto do território nacional, formando ilhas de competitividade. (BACELAR, 2000).

---

<sup>81</sup> Ver sobre a necessidade da revisão dos conceitos geográficos: Santos (2006 e 2008) e Santos e Silveira (2005).

Elias (2011), estudando o espaço agrícola moderno desde o início da década de 1990, persistentemente denuncia a fragmentação promovida pelos arranjos organizacionais. Como resultado dos novos estudos, dentre eles o que envolve os cerrados baianos, Elias (2011) explica:

Entre os resultados da formação das RPAs, surge um aumento da dialética na organização do espaço brasileiro, denotando significativas fragmentações deste espaço, com permanentes processos de (re)estruturação urbana e regional. Dessa maneira, a reestruturação produtiva da agropecuária tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos, ainda em processo acelerado de reorganização, compondo novos arranjos territoriais fortemente alicerçados no agronegócio globalizado. (ELIAS, 2011, p. 156).

Como pôde ser observado, a formação do arranjo organizacional implica fragmentações sobre a sociedade e o território. No próximo capítulo, serão analisados significado, natureza e consequências dessa fragmentação para Formosa do Rio Preto.

#### 4. NATUREZA E SIGNIFICADO DA FRAGMENTAÇÃO EM FORMOSA DO RIO PRETO

A atual modernização do campo brasileiro provocou uma redefinição do seu processo de compartimentação, que agora se apresenta sob a forma de fragmentação. Isso significa dizer que nestes fragmentos imperam um controle externo que não leva em consideração os anseios internos e do seu entorno. Cada fração do território responde de uma forma diferente a este processo de compartimentação, estabelecendo relações únicas entre os aspectos endógenos e os exógenos, criando assim as especializações produtivas, a exemplo do que ocorre com os cerrados baianos. Esta fração do território baiano refaz suas especificidades, comandada no atual período por uma agricultura científica. Desta forma, mesmo na fração não se cria uma homogeneização interna, pois internamente ocorrem novas fragmentações, já que a modernização do campo é segmentada. O município de Formosa do Rio Preto, como parte integrante desta fração, é exemplo cabal.

O propósito deste capítulo é compreender a natureza e o significado da fragmentação em Formosa do Rio Preto. Acreditamos que um estudo de caso torna-se fundamental para a compreensão do processo de fragmentação. O exame deste município possibilitou identificar cinco aspectos da manifestação da fragmentação, os quais estão distribuídos em cinco tópicos deste capítulo: 1. Associações setoriais, sindicatos e órgãos públicos num espaço agrícola fragmentado; 2. Rodoagro e a fragmentação do território; 3. Agricultura científica globalizada e a fragmentação do território das comunidades geraizeiras; 4. Entre verticalidade e horizontalidades surge a vila Panambi e 5. A cidade de Formosa do Rio Preto diante do campo moderno.

Analisar o município possibilita o trabalho com a riqueza da realidade, conforme propõe Corrêa (2006). Como exemplo desta compartimentação fragmentária está a questão das comunidades tradicionais<sup>82</sup> que ocupam os gerais

---

<sup>82</sup> Povos e comunidades tradicionais: são grupos culturalmente diferenciados e que se assim se reconhecem. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. O Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BAHIA, p.73, 2010).

do Rio Preto, os chamados geraizeiros<sup>83</sup>. Essas comunidades estão diretamente relacionadas com os impactos do processo de modernização agrícola no município.

#### **4.1 ASSOCIAÇÕES SETORIAIS, SINDICATOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS COMO PARTE DE UM ESPAÇO AGRÍCOLA FRAGMENTADO**

A atuação das diversas entidades ligadas aos produtores e trabalhadores rurais e os órgãos públicos diretamente ligados à agricultura é sintomática da atual configuração socioeconômica do campo e da organização do espaço agrícola em Formosa do Rio Preto. Foram identificados dois sindicatos ligados aos produtores e trabalhadores do campo: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formosa do Rio Preto (STR) e o Sindicato dos Produtores Rurais/Sindicato Rural de Formosa do Rio Preto.

O STR tem seu trabalho focado nos trabalhadores da agricultura tradicional. Durante a pesquisa *in loco*, verificou-se a constante presença de vários desses trabalhadores na sede do sindicato<sup>84</sup>. Isso mostra uma estreita relação, em geral, entre esse sindicato e os mencionados trabalhadores rurais. Por outro lado, o Sindicato Rural do município tem sua atuação ligada aos produtores rurais da agricultura moderna, ou em atividades direta ou indiretamente relacionadas a esse setor da agricultura. O Sindicato Rural de Formosa do Rio Preto é filiado à FAEB (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia) e essa, por conseguinte, à CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil). Tradicionalmente, a CNA é ligada ao agronegócio<sup>85</sup>. No entanto, em Formosa do Rio Preto, a quantidade de produtores sindicalizados é bastante reduzida, fato que não exclui a relação de ambos.

Com relação aos órgãos e entes públicos atuando diretamente na agricultura do município, têm-se o escritório da Empresa de Desenvolvimento Agrícola S. A.

---

<sup>83</sup> São geraizeiros povos tradicionais que habitam as regiões denominadas de gerais. Compartilham um espaço comum onde é possível a colheita de frutos nativos como: pequi, buriti, coco babaçu, catolé, piaçava e outros. Praticam agricultura de subsistência, e criam animais como gado (BAHIA, p.73, 2010).

<sup>84</sup> Dentre as atividades que presenciamos ao longo da pesquisa no STR com os trabalhadores, destacamos o assessoramento e auxílio aos agricultores dos gerais da bacia do Rio Preto (comunidades geraizeiras, situação que será discutida a seguir) que têm as terras em litígio com grandes grupos do agronegócio. Trata-se de um problema encontrado em praticamente todas as comunidades geraizeiras.

<sup>85</sup> Atualmente, a presidência do CNA é ocupada pela senadora Kátia Alves, que faz parte, no Congresso Nacional, da bancada do agronegócio.

(EBDA) – ligada à Secretaria Estadual da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – e a Secretária Municipal da Agricultura de Formosa do Rio Preto.

A competência tanto do escritório da EBDA quanto da Secretaria Municipal da Agricultura é de âmbito municipal. Todavia os funcionários dessas duas instituições e o secretário da pasta reconheceram, nas entrevistas, que esses órgãos têm atuação limitada. A própria estrutura, o reduzido corpo de funcionários e uma logística deficitária limitam sua atuação. Os funcionários foram claros na afirmação de que basicamente essas instituições acabam por concentrar a maior parte de sua atuação na agricultura tradicional. Nas palavras de um funcionário da pasta: “Não temos (a secretaria de agricultura) muito contato com os produtores do agronegócio”.

Usando as palavras de um ex-presidente do Sindicato Rural de Formosa do Rio Preto, em uma das entrevistas, surge outra entidade representativa com atuação no espaço agrícola dos cerrados baianos que “toma a frente de tudo [...] eles roubam a cena”. Trata-se da Associação dos Agricultores e Irrigantes do Estado da Bahia (AIBA).

Fundada em 1990, a AIBA<sup>86</sup> tem sua sede em Barreiras. Com mais de duas décadas, a associação, que começou com dezesseis membros, hoje reúne cerca de 1.300 associados, o que corresponde a aproximadamente 95% da área plantada do Oeste da Bahia (AIBA, 2009). A AIBA foi fundada e é composta por produtores da agricultura moderna. Basta citar que os dois últimos presidentes representam dois dos mais relevantes grupos do agronegócio da região (Horita e Busato), e o primeiro presidente da associação, que permaneceu no cargo por dezoito anos, é o atual prefeito reeleito do destacado município de Luís Eduardo Magalhães.

A influência e a atuação da AIBA se expandem para toda a zona da agricultura moderna da região, influenciando, inclusive, os governos municipais da região e o do estado da Bahia. A própria AIBA ressalta que, ao longo de sua existência, muitas conquistas para a região tiveram a atuação direta da instituição, como a eletrificação rural de mais de 1.160 km, só na Bacia do Rio Grande, durante as décadas de 1990 e 2000; a implantação de rodovias; a utilização de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos insumos da

---

<sup>86</sup> A assembleia geral de fundação da entidade ocorreu em 03 de agosto de 1990. Inicialmente, era a Associação de Irrigantes do Oeste da Bahia. Em 1996, a associação agrega os agricultores de sequeiro e altera a denominação para Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia. Já em 2004, passa a ser Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA, 2010).

produção, como óleo diesel; isenções do imposto em energia; ações movidas na justiça com ganho de causa da AIBA. O caso, por exemplo, da suspensão da exigibilidade da Contribuição Social Rural, o Funrural, para seus associados constitui outro ganho da entidade. A AIBA também foi a responsável direta em ações como o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais (PARA/Oeste Sustentável), que poderá eliminar o passivo ambiental desses produtores junto aos órgãos ambientais<sup>87</sup>.

Ligados à associação estão a Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano (Fundação Bahia) e o Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste da Bahia (CPTO–BA). A Fundação BA e a CPTO são as mais importantes entidades técnico-científicas do oeste baiano do ponto de vista da agricultura, com o objetivo de ser o maior complexo de pesquisa e tecnologia agrícola do Norte e Nordeste do país.

Certamente, a Bahia Farm Show, realizada em Luís Eduardo Magalhães, é outra destacada ação, da qual a AIBA é uma das organizadoras. Segundo a associação, a Bahia Farm Show está entre as três maiores vitrines do agronegócio do Brasil. Em 2013, a feira gerou um volume de negócios de R\$ 671 milhões.

A força da AIBA é incontestável. A entidade acaba por ser um agente destacado na região. Como bem argumentou um ex-presidente do Sindicato Rural de Formosa do Rio Preto em entrevista: “Eles estão lá bem articulados e estão atentos a tudo”. Dessa forma, a AIBA acaba por influenciar nas dinâmicas da agricultura moderna em Formosa do Rio Preto. No próximo capítulo, será discutida a relação da associação com o projeto da Rodoagro.

Pode-se concluir, desta discussão, que as entidades setoriais, sindicatos de trabalhadores e produtores rurais e órgãos do Estado nascem e (ou) são levados a ter atuação fragmentada no espaço agrícola do município de Formosa do Rio Preto, influenciados, sobretudo, por essas duas lógicas distintas: a agricultura tradicional, de um lado, e a agricultura globalizada, do outro.

---

<sup>87</sup> Com o Novo Código Florestal, novas questões podem surgir.

## 4.2 RODOAGRO E A FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO E DA SOCIEDADE

A ideia de espaço geográfico como sinônimo de território usado leva a reflexão sobre a relação entre materialidade e ação humana, conforme foi examinada no item 1.3 deste trabalho. Tendo em vista estes pressupostos teóricos, a compreensão empírica do presente objeto de pesquisa buscou o exame da implantação de novos sistemas de objetos no município de Formosa do Rio Preto. O resultado foi a análise da implantação da BA-453, regionalmente conhecida como Rodoagro. Na totalidade espacial, a rodovia se apresenta como uma fração, assim como as demais vias, condutos e meios de comunicações são também. Conforme sugere Santos (2008, p. 82), as frações são passíveis de análises, tendo fundamental importância, pois são utilizadas para circular fatores da produção.

O transporte de mercadorias, pessoas e informação é uma importante variável para se entender o uso do território. Seguindo a lógica dominante no país, o modal rodoviário é o mais utilizado para o transporte de pessoas e mercadorias em Formosa do Rio Preto, diferindo do passado, quando o transporte fluvial era de fundamental importância. Diante da valorização do processo de circulação em época de capitalismo globalizado, o transporte aumenta sua importância. Como a agricultura científica também é globalizada há uma constante necessidade por melhorias na circulação.

O transporte e sua melhoria é uma necessidade demandada por todos os agentes presentes no território. Em Formosa do Rio Preto, o maior município em área do estado da Bahia, esta demanda parte tanto da população em geral quanto das empresas e dos produtores agrícolas. As condições de solos e topografia muitas vezes dificultam o transporte pelo interior do município, haja vista as escarpas formadas pelos chapadões. Apenas estes fatores já dão indicativos das condições adversas do transporte no interior do município.

Nas entrevistas realizadas com agricultores do agronegócio formosenses, 100% das respostas apontaram as estradas e a comunicação como os principais problemas da região. A insatisfação com a má conservação das estradas ou a falta delas foi uma resposta presente em todas as entrevistas. Os entrevistados responsabilizaram o Estado pelo descaso. De acordo com a AIBA (2012), a construção, pavimentação e a recuperação de estradas estaduais e vicinais representa um dos maiores gargalos ainda enfrentados pelo setor agrícola. A

entidade afirma que a demanda do Oeste da Bahia é superior a mil caminhões de 37 toneladas/dias (AIBA, 2012).

Em outras entrevistas, agora aplicadas com comunidades tradicionais, os geraizeiros<sup>88</sup>, que habitam os vales do Rio Preto, o segundo maior problema foi a dificuldade no transporte até a cidade de Formosa do Rio Preto, só ficando atrás do temor pela perda das terras, devido o conflito fundiário (o que será abordando no próximo item). Apesar do transporte ser um problema que afeta todos os agentes localizados no interior do município, a implantação dos sistemas técnicos, no caso construção e manutenção de rodovias, segue uma distribuição desigual. Como exemplo desta questão, será exposto uma análise sobre o projeto da BA-453, rodoagro.

Voltando à figura 7, tratada anteriormente, as três sub-regiões do agronegócio possuem diferenciações em suas vias de comunicação com o exterior do município, sendo esse um dos motivos que nos levou a trazer esse recorte para esta discussão. A sub-região 1 tem sua principal via de comunicação representada pela ligação da BA-225 com a BR-135; já a sub-região 2 tem duas importantes ligações rodoviárias: uma formada da BA-225 mais a BA-459 (anel da soja), e a outra via se estende da BA-225 e alcança a TO-110, já no estado do Tocantins; por fim, a sub-região 3 liga-se diretamente com a BA-459.

Em se tratando do escoamento da produção agrícola localizada no município de Formosa do Rio Preto, a AIBA e o governo do estado da Bahia apontam que parte da solução está na construção de uma nova rodovia, a rodoagro. Para essa associação, o atual projeto da Rodoagro nasceu na Bahia Farm Show de 2008. Contudo alguns agricultores e empresários do agronegócio entrevistados expuseram que o anseio pela comunicação entre a região da Coaceral (Formosa do Rio Preto) com Luís Eduardo Magalhães é um sonho anterior ao atual projeto, antes mesmo da criação da cidade de Luís Eduardo Magalhães. Em 1987, a Cooperativa Agrícola do Cerrado do Brasil Central Ltda (COACERAL) já demandava de autoridades estaduais uma melhor ligação entre a região da própria Coaceral e a localidade que tinha como referência o Posto Mimoso (hoje a pujante cidade de Luís Eduardo

---

<sup>88</sup> No próximo tópico, quando da abordagem destas comunidades, será explicado o significado de geraizeiros.



Magalhães)<sup>89</sup>. O problema do transporte já existia, mas o trecho era diferente do atual, pois era o início da colonização dessas áreas.

Em 2009, o governo do estado da Bahia, a AIBA e o Banco do Nordeste assinaram um protocolo de intenções denominado de *Programa de Rodovias Estaduais do Oeste Baiano*, que contempla a implantação e manutenção de 800 Km de rodovias na região, com destaque para a implantação da Rodoagro, com seus mais de 220 km. Em 31 de março de 2010, a AIBA e o DERBA firmam *Convênio de Cooperação Técnica e Financeira*, visando à elaboração do projeto executivo, e execução, supervisão e fiscalização das obras de implantação da Rodoagro: “Caberá a AIBA contratar a elaboração tanto do projeto, quanto dos serviços de execução das obras, e a gestão dos recursos públicos e privados” (AIBA, 2010b). Até este momento o projeto da Rodoagro seria em forma de uma PPP (parceria público privado), e a AIBA era a entidade responsável em gerir tal projeto.

Em 31 de março, a AIBA contrata a empresa *ATP engenharia* para elaboração do projeto executivo de implantação e pavimentação da Rodoagro. O projeto foi concluído e a empresa o apresentou à associação de agricultores. Ele propunha a construção da rodovia em três etapas, conforme se pode verificar na Figura 18. O projeto foi finalizado e entregue ao DERBA, totalizando um percurso de 233,04 km, que atravessa somente o município de Formosa do Rio Preto, de norte a sul, ligando a rodovia Anel da Soja com o sul do Piauí.

O que, de início, era uma parceria público-privada (PPP) muda-se, e, atualmente, passa a ser uma ação com recursos exclusivos do governo do estado da Bahia. A Rodoagro será construída por etapas, conforme propõe o projeto; para o primeiro momento, o BNDS forneceu 25,5 milhões de reais. No segundo semestre de 2013, a rodovia saiu da condição de proposta para uma ação concreta do governo do estado da Bahia: foi iniciada a licitação. O DERBA da início a licitação do primeiro trecho, numa extensão de 56,5 km, similar à primeira etapa do projeto apresentado pela AIBA<sup>90</sup>.

---

<sup>89</sup> A reivindicação dos agricultores da Coaceral foi publicada em 20 de maio de 1987 pelo *Paraná Shimbun: o jornal dos paranaenses*: “A COACERAL apresentou a seguir as reivindicações...: a) Recuperação da estrada vicinal que liga o Posto Mimoso à área da COACERAL, para possibilitar o transporte de calcário em meados de junho deste ano”.

<sup>90</sup> O Derba já licitou o primeiro trecho de 56,5 da BA-453 (Rodoagro) saindo da BA-459 (anel da soja) em direção a BA-225 (região de Coaceral). A empresa vencedora foi a CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, que ganhou a licitação, modalidade menor preço, apresentando o valor de R\$ 38.343.340,28 correspondendo ao K=0,91.

Tal discussão representa uma questão política, em que esse uso está relacionado às práticas sociais (RIBEIRO, 2003) sobre uma base territorial. Há, portanto, uma dialética entre sociedade e território, definida aqui por sistemas de objetos e sistemas de ações; ou também entre técnica e política. O território não é um simples palco; é condição do processo social também, pois a sociedade lhe confere valor.

Sendo a sociedade formada por agentes, a política é exercida por eles. Consequentemente, é vital identificar os agentes envolvidos na discussão sobre a Rodoagro. Contudo suas forças são distintas: “o uso do território não é o mesmo para as diversas firmas. Os mesmos sistemas de engenharia são utilizados diferente e seletivamente [...] Cada firma usa o território segundo sua força”, atesta Santos (2008, p. 121).

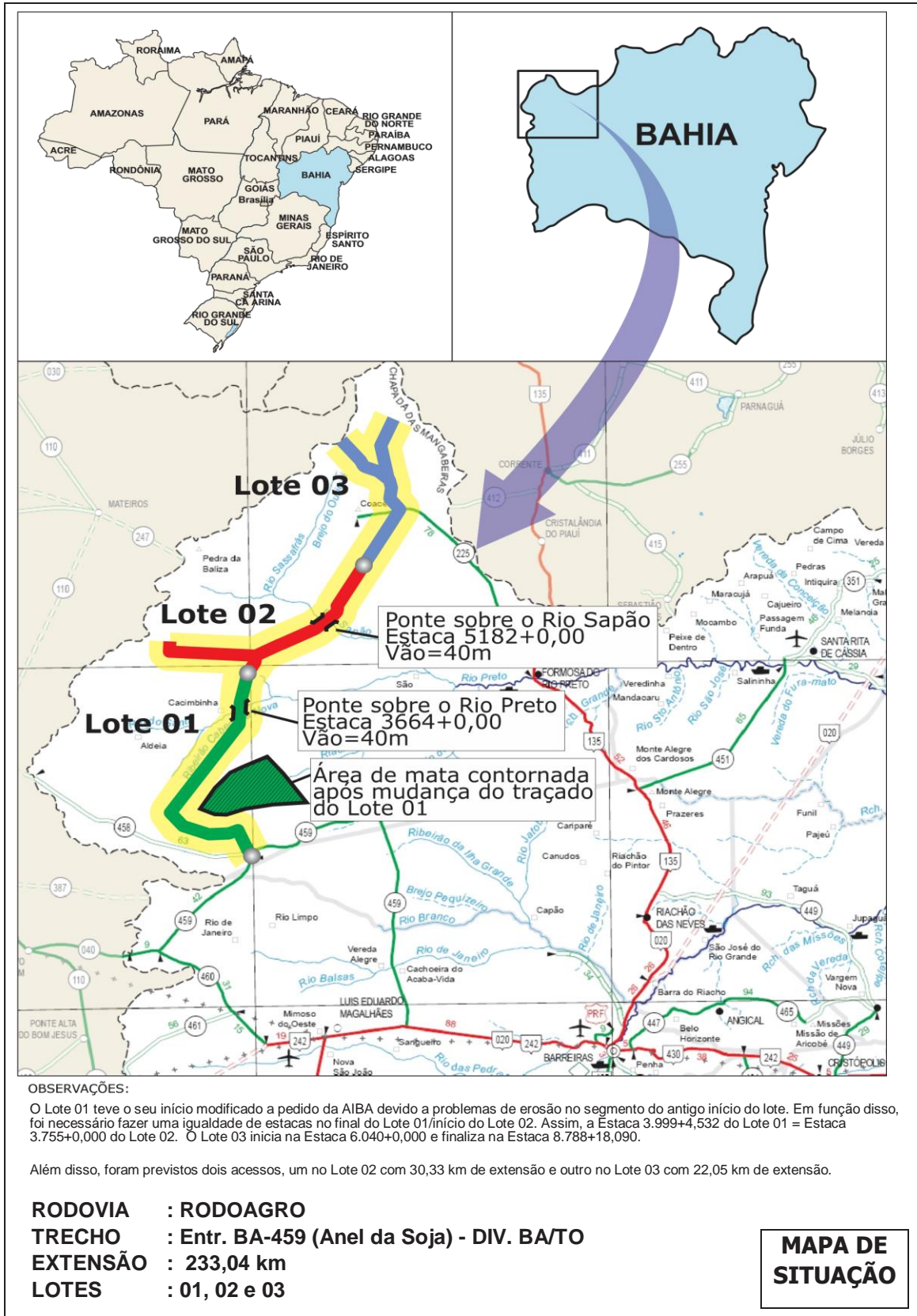


Figura 18 – Rodoagro, proposta da AIBA

Fonte: ATP Engenharia (Fornecido pelo Departamento de Infraestrutura de transporte da Bahia - DERBA)

Cabe-nos, de início, colocar que este estudo não teve acesso a todos os trabalhos para a implantação da Rodoagro, aos detalhes de todas as discussões e, principalmente a algumas informações por parte do Derba e da AIBA. Mas os propósitos foram atingidos conforme as reflexões a seguir atestam.

A competição exacerbada estabelecida pelo conjunto de atores globais impôs uma ordem espacial baseada na competitividade dos lugares. A instância espacial assume um protagonismo no conjunto da economia globalizada, ao contrário do que pregavam teóricos na segunda metade do século XX, de que o espaço caminharia para a homogeneização.

Os lugares serão constantemente equipados para fornecer as melhores oportunidades às empresas. Sendo o desenvolvimento do capitalismo desigual e combinado, isso acaba por formar uma busca por lugares competitivos, o que implica uma hierarquia “produtiva” dos lugares. Ou seja, uma busca constante das empresas por espaços mais rentáveis para a produção como um todo: produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo. No centro de uma competição exacerbada estão as empresas, principalmente as grandes firmas globais. Assim,

A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares ‘produtivos’. (SANTOS, 2005, p. 296).

Uma competitividade que parece não ter fim, como mostra Bernardes (2005, p. 28) ao lembrar de Porter (1989) referindo aos lugares: “... entretanto, para manter as vantagens, é necessário criar novas vantagens”. Sobre a contemporaneidade do capitalismo, Bernardes (2005, p. 24-25), ao citar Santos (2001, p. 167), afirma “que mais importante que o processo de produção é o de circulação, cujos fluxos se revelam ‘mais intensos, mais extensos e mais seletivos’”. A circulação é determinante na mais-valia do capitalismo globalizado, já que a produção propriamente dita se dispersa pelo espaço, mas sua gestão é centralizada. No caso da produção sojifera, mesmo seu próprio esmagamento é realizado em determinados pontos do espaço (Luís Eduardo Magalhães e Barreiras), o que requer otimização da circulação do produto.

As péssimas condições viárias do campo no município de Formosa do Rio Preto, na avaliação dos entrevistados por esta pesquisa, e a necessidade de uma

busca por um *know how* no escoamento da soja, motivaram a proposta da Rodoagro. Conforme é ilustrado pelo projeto, a Rodoagro ocupa fisicamente apenas a área do município de Formosa do Rio Preto. Contudo, essa é uma questão que extrapola esses limites para caracterizar e revelar uma problemática regional, marcada pela ascensão da cidade de Luís Eduardo Magalhães como uma das centralidades da região, e, em última análise, a afirmação dos fluxos da economia internacional.

Para compreender as vias de circulação rodoviárias e a rede urbana, é necessário analisar o papel desempenhado pelas cidades. Elas são pontos essenciais nos fluxos materiais e não materiais, o que acaba por nortear as primeiras. No caso de regiões agrícolas (SANTOS, 2009), como nos cerrados baianos, as cidades são responsáveis por fornecer inúmeros produtos e serviços ao campo modernizado, fato discutido no capítulo anterior. Em consequência, nessas cidades, há a formação de uma espécie de circuito superior da economia urbana, voltado para a demanda do campo<sup>91</sup>. Santos (2003) as classifica como *cidades do campo*, enquanto Elias (2003) as chama de *cidades do agronegócio*.

O papel dessas cidades pode ser entendido analisando-se o exercício do poder através do estado da técnica e da política. O poder exercido no uso do território ajuda a compreender como é estabelecida a divisão territorial do trabalho. Conforme apontam os estudos de Santos e Silveira (2005, p. 295), o poder sobre o processo produtivo como um todo pode ser dividido sob duas formas: a primeira através de um poder técnico, que é exercido na produção propriamente dita; e o poder político, incidindo sobre a fração política da produção que compreende a circulação, a distribuição e o consumo.

Em regiões onde houve uma reestruturação produtiva, como nos cerrados baianos, o controle organizacional da região é realizado pela política global, a partir do fator político. Ou seja, os vetores da globalização comandam o fator político. Assim, a organização dessa região e de outras é estabelecida de forma globalizada, articulada por interesses exógenos ao lugar e até mesmo da região, pois são globalizantes, ou seja, verifica-se a predominância de relações verticais.

Por outro lado, é necessário um controle da produção em si, e esse controle remoto é exercido a partir das cidades, mas de uma forma hierarquizada, assumindo

---

<sup>91</sup> Sobre circuito superior da economia orientado pela demanda do campo, ver os trabalhos de Elias (2006, 2011).

o comando técnico a cidade (ou as cidades) mais bem equipada, e comandada pelo capital hegemônico. É uma questão complexa para a cidade, mas necessária a seu comando técnico diante do campo modernizado e sua posição privilegiada em relação às demais cidades que ocupam uma hierarquia inferior na rede urbana regional. É importante destacar que a hierarquia discutida sobre a rede urbana atual é diferente da exposta na *teoria das localidades centrais* de Walter Christaller, em 1933. Hoje, a rede urbana tem dinâmicas mais complexas.

É possível aos agentes globais, principalmente às grandes firmas, exercer esse papel político sobre as diferentes regiões graças ao avanço técnico-científico que informatizou o processo produtivo e o seu comando. Munidas desses recursos tecnológicos, as grandes firmas são mais fortes.

O poder, tomando as ideias de Taylor e Thrift (1982, p. 1.604) retomadas por Santos (2005, p. 295), é definido “como a capacidade de uma organização para controlar os recursos que lhe são necessários, mas que também são necessários a outras organizações”. Sobre os poderes político e técnico em relação à produção e o papel privilegiado, mas limitado, das cidades regionais, vale destacar:

A agricultura moderna se realiza por meio dos seus *belts, spots*, áreas, mas a sua relação com o mundo e com as áreas dinâmicas do país se dá por meio de pontos [...] A cidade (regional) é um polo indispensável ao comando técnico da produção, a cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isto é, urbano-residentes [...] Tal cidade, cujo papel de comando técnico da produção é bastante amplo, tem também um papel político frente a essa mesma produção. Mas, na medida em que a produção agrícola tem uma vocação global, esse papel político é limitado, incompleto e indireto. O mundo, confusamente enxergado a partir desses lugares, é visto como um parceiro inconstante. (SANTOS, 2003, p. 91).

Estudando a rede urbana argentina e nordpatagônica, Maria Laura Silveira demonstra seu funcionamento também a partir dos poderes técnicos e políticos sobre o uso do território. Uma tensão dialética entre localização e globalização. Em destaque, houve a atuação de empresas inglesas e norte-americanas na formação de um espaço derivado, ou seja:

A informatização do território hoje permite controlar e gerenciar as atividades à distância e constitui um suporte fundamental da comunicação. Num período em que as firmas hegemônicas unificam sua organização, mas criam espaços derivados de produção e

centros de decisão alheios à localização dessas infraestruturas, estas novas possibilidades técnicas permitem uma vinculação instantânea entre a casa matriz – fora do país –, a sede do comando técnico central e de gerência – Buenos Aires, Rosário, Córdoba, La Plata, Bahía Blanca – e a unidade de produção e comando técnico local – um subespaço especializado do território nacional. (SILVEIRA, 2002, p. 135).

Dessa forma, ficam mais claras as diretrizes que guiam o uso corporativo dos cerrados baianos, representado nos interesses dos grupos econômicos, e o papel exercido pelas cidades na região. Na busca do benefício e do controle técnico da produção agrícola modernizada, as cidades acabam por travar uma verdadeira guerra, o que resulta em posições hierárquicas.

Pelo projeto em discussão, os limites físicos da Rodoagro ocuparão apenas a área do município de Formosa do Rio Preto, embora o projeto desperte o interesse de outras cidades vizinhas, pois será através dessa rodovia que passará a maior parte da produção agrícola daquele município. Nos bastidores, é travada uma disputa pelo traçado da rodovia, com a queda de braço entre Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães.

Claude Raffestin (1993) expôs o quão complexo é analisar as ações sobre o espaço geográfico, em especial a circulação. Mesmo as representações do espaço não fogem dessa complexidade. As relações de poder que envolvem a concepção e a implantação da Rodoagro não serão aqui destrinchadas detalhadamente, pois nos faltam dados que não foram fornecidos pelos agentes envolvidos, desde os organismos locais a órgãos estaduais, como o DERBA. Mas acreditamos que foi possível a identificação dos agentes principais e suas dinâmicas, possibilitando discutir as principais relações do projeto.

As entrevistas foram realizadas com agricultores, empresários, representante do Poder Executivo de Formosa do Rio Preto e funcionários da administração pública de Formosa do Rio Preto, com diretores da AIBA e do DERBA. Também foram consultadas matérias de jornais regionais que veicularam notícias sobre o projeto da rodovia. As análises dessas fontes demonstraram que há uma clara divergência sobre o projeto da Rodoagro. Entrevistas realizadas com atores de Formosa do Rio Preto indicaram que o projeto apresentado pela AIBA beneficia demasiadamente a cidade de Luís Eduardo Magalhães e alguns poucos e grandes empresários agrícolas. Os resultados apontaram uma nítida diversidade de

interesses com relação à construção da Rodoagro. Mas o chocante é que tais interesses foram velados.

O Estado é chamado a investir em infraestrutura que beneficie os fluxos globalizantes, haja vista que a bula da competitividade exige que cada lugar, para obter “sucesso”, deve ser competitivo. Por tais premissas, o caso da Rodoagro segue essa lógica, e não somente as questões locais e regionais. A implantação da infraestrutura e a organização do espaço são orientadas pela política das grandes corporações.

Durante a Bahia Farm Show 2013, no fórum sobre logística, perguntamos ao atual presidente da AIBA, Júlio Busato, sobre a implantação e os benefícios que a Rodoagro trará, e ele respondeu que a

Rodoagro foi um projeto iniciado pela AIBA e ele é muito importante para os produtores da região da Coaceral (Formosa do Rio Preto) principalmente. Então ele vai ser feito em três etapas, a primeira etapa já foi licitada e a segunda etapa nós tivemos conversando com o diretor do DERBA, nós vamos iniciar pelas pontes, que são duas pontes que têm que ser feitas. Mas, na verdade, ele (rodoagro) vai beneficiar muitos produtores da região da Coaceral e da Garganta [...] **a ideia do Rodoagro é ele trazer a produção das propriedades até os armazéns para depois fazer o escoamento, porque o nosso sonho seria jogar no trem, na FIOL (ferrovia Oeste-Leste), e chegar no Porto Sul em Ilhéus.** (BUSATO, 2013).

A resposta do presidente Júlio Busato demonstra como a AIBA é uma associação influente politicamente nos cerrados baianos. Como já foi destacado neste texto, essa associação foi a responsável em contratar a elaboração do projeto da Rodoagro. E a fala do presidente deixa claro qual é o objetivo principal dessa nova rodovia: escoar a produção agrícola, principalmente para o mercado externo, atendendo a demandas exógenas.

Projetada para atender aos interesses do agronegócio, a Rodoagro acomoda tanto as necessidade de escoamento dessa produção para um mercado externo, via Luís Eduardo Magalhães, como também beneficia os principais agentes locais, ou seja, aqueles dotados de mais forças, representados pelos maiores grupos econômicos do agronegócio (grandes produtores).

O privilégio concedido aos grandes produtores e às firmas transnacionais que escoam a produção é diretamente proporcional ao esquecimento ou tratamento secundário das necessidades dos demais agentes locais. A retirada da produção



local, beneficiando a economia exógena, sobrepõe a autonomia e as necessidade da sociedade local, o que gera prejuízos às populações e à região produtora.

A forma como foi projetada essa rodovia, sem dialogar com as demais necessidades da região, beneficia os grupos econômicos mais fortes e ignora o restante. Mostra-se que

A densidade viária e infoviária não tem, pois, relação direta com o tamanho e a densidade da população, nem com a antiguidade do povoamento, nem com as urgências das sociedades locais, mas com os nexos econômicos, sobretudo os da economia internacional. (SANTOS ; SILVEIRA, 2005, p. 262).

Foram realizadas dezenas de entrevistas com agricultores do agronegócio, geraizeiros (agricultores tradicionais ao longo do Rio Preto), secretários municipais de Formosa do Rio Preto, populações do povoado de Panambi e da região da Coaceral. Nessas entrevistas, ficam claro a complexidade do tema, os diversos interesses e como os propósitos dos agentes mais poderosos são priorizados. A seguir, serão reproduzidos trechos da entrevista de político local, ocupante de cargo no Poder Executivo do município de Formosa do Rio Preto. Referindo ao encontro que houve com o vice-governador da Bahia, atual secretário estadual de infraestrutura, o representante do executivo municipal relata como a cidade de Luís Eduardo Magalhães e os grupos econômicos do agronegócio são beneficiados com o projeto da Rodoagro:

Não é bem uma disputa, mas é uma queda de braço (projeto da Rodoagro). No momento que o vice governador e tanto a Aiba colocaram a situação de chamar o prefeito de Luís Eduardo Magalhães pra discussão, eu coloquei que era interessante todos os prefeitos participarem, pois todos podem dar sua opinião, nós temos que chamar os prefeitos de Barreiras, o prefeito de Riachão (Riachão das Neves), o prefeito de Santa Rita (Santa Rita de Cássia), de Mansidão que também seriam prejudicados com a construção dessa estrada. Mas veja bem, estrada é desenvolvimento, é logística, nós temos que torcer que todas as estradas aconteçam pra encurtar os caminhos e pra diminuir custos de produtividade; isso aumenta a renda, mas também nós não podemos estar fadados a ficar quietos diante de uma questão que seja um problema regional. Então, na realidade, essa estrada vai beneficiar demais Luís Eduardo Magalhães, vai com certeza. Então qual é nossa discussão? Nós fomos lá e pedimos ao vice-governador, que é secretário de infraestrutura, se ela (rodovia) é feita pra beneficiar os agricultores, que ela seja construída pra beneficiar a maioria dos agricultores, e a discussão é que ela ia sair do anel da soja, fazendo a volta por dentro da fazenda Estrondo. **Esse primeiro trecho (orçamento)**

**que são R\$ 25,5 milhões que o governo do Estado (da Bahia) tem pra gastar, não beneficiaria todos, beneficiaria apenas alguns poucos e grandes agricultores. Que hoje tem dentro das suas fazendas estradas muito boas.** A única diferença pra estrada pavimentada é a pavimentação, estas estradas que são praticamente pavimentadas, só falta a brita pra ser pavimentada. (Representante do Poder Executivo de Formosa do Rio Preto).

A fala do representante do executivo municipal demonstra as divergências com o projeto da Rodoagro feito pela AIBA, alegando que esse traçado privilegia a cidade de Luís Eduardo Magalhães, o que afeta negativamente os demais municípios, em especial Formosa do Rio Preto, além de beneficiar grandes produtores em detrimento da maioria.

O entrevistado continua afirmando que a decisão de começar pelo trecho 1, não é a correta na sua opinião. Os produtores mais distantes dos centros urbanos, tanto de Formosa do Rio Preto quanto de Luís Eduardo Magalhães, ou de qualquer outra cidade, não serão contemplados nessa primeira etapa. Para ele, o correto é iniciar pelo trecho 3 e pelas pontes, o que beneficiaria a maior parte dos agricultores. Iniciando pelo trecho 1, os grandes agricultores, em especial da fazenda Estrondo, seriam os verdadeiros beneficiados. Conforme suas palavras:

Então, por isso, nós fomos lá e sugerimos (ao vice-governador) que essa estrada, ao invés de ser construída conforme estava sendo feito o pensamento, começa no anel da soja, sobe por próximo à Garganta e desce pela Estrondo, se fizer esse trecho vai beneficiar uma única fazenda, que é uma grande fazenda (Estrondo), mas é uma fazenda. Só que o pessoal da Coaceral, pessoal da Panambi, pessoal da Sul, da Garganta, da Aproxima não mudaria nada, daqui a quatro anos começaria o segundo trecho, quanto tempo demoraria pra esse povo ter essa estrada? Então, a nossa sugestão racional e a sugestão correta foi sugerir pra que essa estrada fosse construída no trecho mais curto, ou seja, diminuindo o percurso projetado pela AIBA, do primeiro projeto. Nessa diminuição de percurso Formosa do Rio Preto fosse contemplado com um eixo vindo pra cá, a cidade. O projeto inicial foi a AIBA (quem fez). Agora a AIBA fez de que forma? A AIBA fez o projeto no gabinete, decidido entre 3 ou 4 onde é que seria melhor, e o correto não é isso, porque a AIBA também é a associação dos agricultores irrigantes da Bahia, então tem um corpo todo, é uma associação, então deveria ser discutido trecho por trecho [...] Então, nós demos a ideia de iniciar da Bunge, da Coaceral, da Sul Colonização. Descendo pelo rio Sapão, fazendo a ponte do rio Sapão. No momento que este trecho tivesse pronto, ou que a ponte tivesse pronta, nós já estaríamos beneficiando 71% de toda produção dessa região e 90% de todos os agricultores. Ou seja, porque é 71% da produção e 90% dos agricultores? Porque são agricultores de menor porte, não são

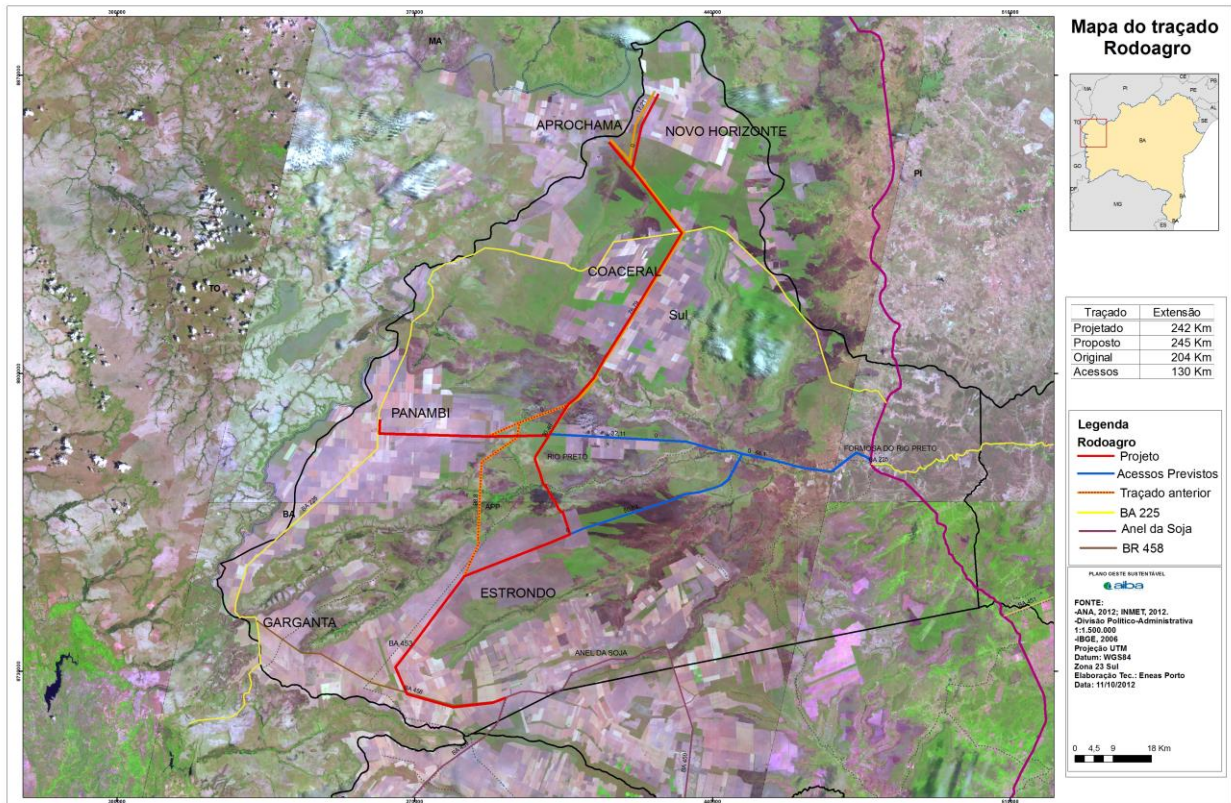
pequenos agricultores. São agricultores de 500, 2000 hectares. E não de 20 e 50 mil hectares como a questão do pessoal do anel da soja e da Estrondo. Então, a nossa proposta é que ela não iniciasse no trecho 1, mas iniciasse no trecho 3. (Representante do Poder Executivo de Formosa do Rio Preto).

O representante do executivo municipal acredita que o melhor para o município seria a ligação da cidade de Formosa do Rio Preto com suas diversas áreas do agronegócio, pois o desejo é que o escoamento da produção agrícola municipal fosse feito através de rodovias que passassem nas proximidades da cidade de Formosa do Rio Preto. Conseqüentemente, seria possível construir um distrito industrial nas imediações da cidade para industrializar parte dessa produção.

O representante do executivo municipal expõe, pelo menos, duas importantes divergências com relação à proposta da rodovia feita pela AIBA. A primeira refere-se ao traçado, que foi projetado ligando as fazendas do município à BA-459 (Anel da Soja), o que exclui a cidade de Formosa da Rodoagro. A segunda corresponde ao início da obra, que começa pela BA-459. Segundo ele, essa proposta não é a melhor decisão, pois não beneficia os agricultores, muito menos a sede do município.

Na última entrevista realizada com o representante do executivo, ele informou que seria difícil mudar o projeto inicial da Rodoagro feito pela AIBA, pois a entidade possui muita força. Desse modo, o município tentará elaborar outro projeto para construir novas rodovias que liguem a cidade de Formosa do Rio Preto com a Rodoagro, conforme se pode verificar na figura 19.

A figura 19 traz um mapa elaborado pela AIBA, em que há acréscimos de projetos de novas rodovias, que funcionariam como ramais (no mapa estão designados como *acessos previstos*, na cor azul) para ligar a cidade de Formosa do Rio Preto com a Rodoagro. Após a decisão de manter o traçado da Rodoagro distante dessa cidade, a solução, na avaliação do representante do executivo de Formosa do Rio Preto, é a construção de ramais. Dessa forma, a cidade se beneficiaria com a produção passando por ela. Assim, com a construção de uma subestação elétrica pela Coelba, o fornecimento de energia elétrica seria suficiente para atrair empresas que processariam, ou melhor, industrializariam a produção agrícola na própria cidade de Formosa do Rio Preto.



**Figura 19 – Projeto da Rodoagro e projeto de Formosa do Rio Preto para novas rodovias (acessos previstos)**

**Fonte: AIBA**

A seguir, o representante do executivo do município de Formosa do Rio Preto descreve o projeto municipal:

Porque, iniciando no trecho 3, daria tempo de nós, município, juntamente com os agricultores, projetar esse ramal que estamos sonhando para Formosa do Rio Preto; e, com a vinda da subestação, nós podíamos, de repente, criar a imagem, a informação e a tendência pra que as pessoas viessem trazer a produção pra ser industrializada aqui, ou seja, nós estamos na ponta do iceberg, ali, entendeu? A questão é daqui pra ali pra acontecer. No momento que acontecer a subestação, Formosa do Rio Preto vai explodir naturalmente. (Representante do Poder Executivo de Formosa do Rio Preto).

As análises dos mapas das figuras 18 e 19 e das diversas entrevistas demonstram a capacidade de atuação e de comando dos agentes que controlam o uso do território. Entretanto, são atuações egoístas, em benefício próprio, enquanto os demais agentes ficam num plano secundário e outros até mesmo excluídos de qualquer benefício. O projeto da rodovia estadual, BA-453, a Rodoagro, não observou o impacto gerado sobre a cidade de Formosa do Rio Preto e nas comunidades tradicionais, os geraizeiros, que sobrevivem ao longo do Rio Preto, conforme foi identificado nas entrevistas realizadas nessas comunidades.

Concluída conforme esse planejamento, a Rodoagro beneficiará grandes produtores agrícolas e agentes globais que visam somente à retirada da soja do município de Formosa do Rio Preto. Por outro lado, esse município mostra-se impotente diante da força dos agentes hegemônicos e encontra dificuldades de beneficiar a produção gerada por seu campo moderno. Nesse sentido, o cenário que se aproxima pode agravar a situação, na medida em que a produção agrícola local encontrará mais facilidade em escoar a produção via outras cidades. As comunidades geraizeiras, que mantêm estreitas ligações com a cidade de Formosa do Rio Preto, não foram sequer ouvidas para a elaboração do projeto da Rodoagro, ou seja, o planejamento da rodovia não contempla os anseios dessas comunidades, ou melhor, os desconsidera.

Desconsiderar a participação dos diversos agentes que usam o território foi uma ação intencional na construção do projeto da rodoagro. Os agentes mais fortes, como os grandes grupos do agronegócio, e os espaços mais competitivos, como a cidade de Luís Eduardo Magalhães, são beneficiados, aumentando a desigualdade e fragmentando o território de Formosa do Rio Preto. Sobre a condição ativa do espaço geográfico na totalidade social, a proposta de implantação da rodoagro é um exemplo emblemático. Santos (1977, p. 33) afirma que “não mais se pode ver as formas como desprovidas da força de criar ou de determinar relacionamentos”. A rodoagro acaba sendo uma ação vertical em benefício dos fluxos hegemônicos e com o objetivo de atender os interesses do agronegócio, principalmente o de escoar

a produção para fora do município de Formosa do Rio Preto, beneficiando a cidade Luís Eduardo Magalhães.

A rodoagro, entendida num contexto maior, é uma forma-conteúdo, e por isso, está associada a totalidade social, que carrega movimento e age como uma força de transformação (SANTOS, 1977). Assim, “as condições históricas presentes facilitaram o mecanismo de expansão do capital no espaço através do uso das formas” (1977, p. 31). O uso egoísta das formas geográficas acentua a fragmentação no interior do município. As áreas ocupadas pela agricultura moderna tende a aumentar suas relações com espaços externos, diminuindo a ligação com a sede do município.

#### **4.3 AGRICULTURA CIENTÍFICA GLOBALIZADA E A FRAGMENTAÇÃO DOS TERRITÓRIOS GERAIZEIROS**

No terceiro capítulo, vimos que os primeiros habitantes do vale do Rio Preto foram os povos indígenas. A partir do século XVII, as comunidades indígenas são ameaçadas com a chegada dos exploradores portugueses e seus descendentes, sendo expulsas da parte mais a jusante dessa bacia e buscando abrigo a montante. Nas imediações do povoado da Aldeia, já no extremo oeste do município de Formosa do Rio Preto, atribui-se a existência do último abrigo dos indígenas em território formosense antes de seu desaparecimento na região. A região dos gerais do Rio Preto<sup>92</sup> começa a ser ocupada por povos não indígenas, de acordo pesquisas aqui empreendidas<sup>93</sup>, a partir do século XVIII. O *relatório socioantropológico do Projeto Oeste: proteção das águas nas sub-bacias hidrográficas do rio Grande, do rio Corrente e a margem esquerda do rio Carinhanha* apresenta um estudo sobre a ocupação da região dos gerais do rio Preto:

Não se sabe ao certo qual região foi primeiramente ocupada na área que vai de Prazeres a São Marcelo. Há registro de ocupação em 1825 na localidade de Prazeres (nesta mesma comunidade e data foi

---

<sup>92</sup> Diante da grande extensão dos gerais do Rio Preto, que extrapola o município de Formosa do Rio Preto, e dos propósitos desta pesquisa, delimitamos, como recorte territorial deste trabalho, a área que vai do extremo oeste do município de Formosa do Rio Preto, na escarpa oriental do Espigão Mestre, até a comunidade de São Marcelo, no encontro dos rios Preto e Sapão. Portanto, neste capítulo, quando se mencionar gerais do rio Preto deve-se entender essa expressão como referente à área mencionada.

<sup>93</sup> “De 1815 data a época em que tiveram início as primeiras incursões de forasteiros no território do Rio Preto...” (Silva, 1916, p. 576).

registrada a presença de negros/escravos fugitivos). Mas o discurso reificado pelos (atuais) moradores é que a ocupação se deu com a chegada da família de Bonifácio dos Santos na comunidade de Ribeirão. Ele veio em 1898, fugido de Canudos, com a esposa e filhos. Quando chegaram, só encontraram os índios, e ali constituíram o ramo do qual grande parte dos moradores dos gerais descendem. Nos relatos não há menção à presença de fazendeiros, as terras aparentemente não tinham dono. (BAHIA, 2010, p. 78).

A pesquisa de campo e os demais trabalhos consultados revelam que os gerais do Rio Preto foram território indígena e, posteriormente, a partir do século XVIII, foram ocupados por negros e outras populações, como nordestinos do semiárido que fugiam das secas. No trabalho acima citado, há menção a essas diferentes raízes culturais que constituíram o povo dos gerais. E todas elas guardam em comum a fuga da opressão dos colonizadores portugueses ou da seca. Uma história sofrida de fuga e refúgio nesses gerais. “O difícil acesso às margens do rio Preto favorecia o isolamento de índios e negros fugidos. O local, posteriormente, era procurado por moradores baianos fugindo das secas.” (BAHIA, 2010, p. 77).

Fato de extrema relevância e que merece destaque é a ausência de fazendeiros na história das primeiras ocupações dos gerais do Rio Preto. A ocupação da região é marcada, desde suas origens, por fugitivos, índios, negros ou populações atingidas pela seca. Eles encontraram, no isolamento dessa região, o abrigo necessário para constituir família e estabelecer moradia, originando diversas comunidades ao longo de seus rios. No trabalho de campo, foram visitadas as comunidades de São Marcelo, Furtuoso, Barra do Tapuio, Cachoeira, Gato e Cacimbinha<sup>94</sup>.

Sobre a origem dos primeiros habitantes, tendo seu bisavô Bonifácio como um dos personagens, o Senhor Cantídio dos Santos apresenta seu relato:

... ele chegou primeiro no Ribeirão, depois chegou João da Mata na Cacimbinha [...] Os índios tomou amizade com ele, então se ajudava um ao outro. O velho comprava fumo e colocava em cima de um jirau fora à noite. Aí eles vinham, pegavam o fumo e deixava a carne da caça pra ele. Quando o velho morreu, os índios se desgostaram. Já tinha gente morando lá, uma senhora por nome Josefa e outra por nome de Fecunda, que era da família deste véio, então chegaram depois do véio.

---

<sup>94</sup> Existem outras comunidades, como Aldeia e Prazeres, que não foram visitadas, devido a diversos fatores, principalmente à falta de condições técnicas, já que essas duas comunidades estavam mais distantes da cidade de Formosa do Rio Preto, nosso ponto de apoio, e suas estradas são de difícil acesso.

(Bonifácio) Ficava no arraial de Canudo, quando teve a guerra de Canudos ele foi prá lá. [...] Chegou João da Mata na Cacimbinha. Houve casamento entre a família de João da Mata e Bonifácio. João da Mata tinha um filho por nome de Manoel, deixou uma filha (bisnesta) na região, os descendentes vivem hoje na Cacimbinha e a outra parte somos nós, que tamo dentro do Ribeirão mesmo. (BAHIA, 2010, p. 78).

A história do uso do território por parte dos geraizeiros assumiu certas particularidades. Certamente, devido à própria descendência ou experiência com práticas indígenas, africanas e sertanejas associadas, há um vasto território com características bem singulares que influenciaram o uso compartilhado de recursos entre os moradores da comunidade ou as áreas de uso comum.

Os agricultores que formam essas comunidades tradicionais são denominados de *geraizeiros*, e seus territórios são chamados de *gerais*. Dentre as práticas de uso comum nesses territórios, poderiam ser citadas as seguintes: a pastagem de animais, a coleta de frutos como pequi, caju e mangaba, o extrativismo de palmeiras etc. Atualmente, destaca-se o artesanato com o capim dourado. O uso comum de parte desses territórios é uma das características dessas comunidades. Porto-Gonçalves (2004, p. 18), analisando o uso das terras no cerrado brasileiro por geraizeiros, afirma que “é comum a denominação de *gerais* dessas terras indicando que eram de todos, gerais”. Provavelmente, o uso comum que essas comunidades faziam de suas terras ensejou-lhes a denominação de geraizeiros e de gerais os seus territórios.

A história dessas comunidades é marcada também por uma agricultura tradicional, que perdura até os dias atuais, apesar de algumas transformações. O arroz pode ser um exemplo de algumas mudanças, pois já foi um dos principais cultivos locais, mas a necessidade de supressão e queima de parte da vegetação das veredas de buritizais para o seu plantio levou à proibição desse cultivo nessas terras. Como explicou o geraizeiro Claudino Gomes da Silva (Dino): “... o IBAMA não deixou mais derrubar; a gente plantava no brejo, embaixo dos buritis, nós cortávamos o mato, aí o mato secava, aí a gente tacava fogo, aí plantava o arroz”.

O arroz já não é um dos principais cultivos dessas comunidades. Todos os geraizeiros entrevistados afirmaram que, após a proibição do seu plantio nas áreas de veredas pelos órgãos ambientais, estigmatizados na figura do IBAMA, nenhum geraizeiro o cultivava nessas áreas. Nas entrevistas com vinte e quatro agricultores



dessas comunidades, três cultivos se destacaram: mandioca, feijão e milho, além da criação de bovinos, conforme se verifica na Tabela 11.

**Tabela 11 – Principais culturas da agricultura tradicional em Formosa do Rio Preto\***

Cultivo ou atividade	Nº de agricultores
Mandioca	22
Feijão	17
Milho	15
Pecuária	11
Arroz	6
Cana	3
Banana	1
Mamão	1
Abacaxi	1

Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014 (trabalho de campo).

\*Foram entrevistadas vinte e quatro famílias.



**Figura 20 – Geraizeiros coletando caju nativo em área onde está localizada a guarita da fazenda Estrondo.**

Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014.

Atualmente, a produção dessa agricultura tradicional é principalmente destinada para consumo da própria família, pois quase não há excedentes. Tal fato foi agravado nas últimas duas colheitas, devido às fortes estiagens (2011-2012 e 2012-2013) que atingiram praticamente todo o interior do Nordeste. Nesses anos, o plantio para consumo familiar não foi realizado por muitas famílias, ou teve reduções drásticas. Mas, quando há excedente, o produto é comercializado quase totalmente na cidade de Formosa do Rio Preto. Hoje, o principal produto originário da agricultura local é a mandioca e seus derivados, como a farinha.

Como já foi mencionado, há algumas décadas, o arroz era um dos principais produtos. D. Jessi Batista dos Santos relata como se fazia o transporte do produto: “... carregava de balsa, andei muito de balsa. Fazia sacaria de arroz e botava na balsa e descia e ia pra Formosa. Aí acabou negócio de balsa, ia de animal, aí Deus ajudou veio transporte de carro”. O geraizeiro Claudino Gomes da Silva (Dino) explica o trabalho com o arroz:

Praticamente 20 e poucos anos eu nesse traquejo. Acabou na faixa de 20 anos, que parou esse trampo, porque o IBAMA não deixou mais derrubar. A gente plantava no brejo, embaixo dos buritis, nós cortávamos o mato, aí o mato secava aí a gente tacava fogo, aí plantava o arroz, matava muito pé de buriti. Aí eles disseram que o buriti é quem protege a água do rio, com a matação aí o rio fraqueava. (Hoje) só planta arroz nessa serra aí, nessa lavouras, nesses projetos (agronegócio).

Trazia o arroz para Formosa. Esse trajeto demorava 5 dias de lá (Gerais) pra aqui (Formosa do Rio Preto) e voltava caminhando (Dino bate em sua perna para demonstrar o sacrifício da viagem), alguns com animal. Três dias, quatro dia passava por aqui (cidade de Formosa do Rio Preto) e ia vender o arroz. Vendia o arroz pra as pessoas que havia certas: Azeredo, Zé de Beleza, Valzeno, pai de Anatólio, etc, que eram os compradores. Beneficiavam o arroz aqui, pra consumir aqui (parte do arroz). Daqui eles faziam outra embarcação, vendia pro povo da barca que vinha de Juazeiro, da cidade da Barra, (embarcação) a vapor. Já tinha aquela quantidade, outros compradores lascava mundo por rio abaixo. Uma parte ficava (do arroz) e a outra, quem comprava muito, mandava pra baixo, nas barcas, no vapor, por o rio. O rio começou fraquear, aí o vapor parou, porque era uma embarcação muito grande, aí ficou barca, aí apareceu tanto carro, aí parou tudo. (SILVA, 2013).

Os depoimentos dos agricultores e os demais dados expostos nesta pesquisa procuraram caracterizar a formação desse espaço geográfico e o uso do território pelos geraizeiros. Observou-se que, tradicionalmente, essas populações faziam uso

tanto das áreas de vales (moradia, agricultura e pecuária), de topografia acidentada, como também havia explorações extrativistas e criação de animais à solta nas chapadas, caracterizada por uma topografia plana. Ou seja, tanto os vales quanto as chapadas eram de uso dessas comunidades. Com a introdução da agricultura globalizada nas chapadas, houve mudanças no modo de vida dessas comunidades.

Atualmente, a produção agrícola dos cerrados brasileiros, em particular a de Formosa do Rio Preto, se baseia numa lógica planetária. As antigas solidariedades vigentes se desfazem para a ascensão de outras, que agora atendem a interesses exógenos ao município. Em consequência, intensos processos de fragmentação se afirmam. Primeiramente, todo o cerrado do município passa a ser, em si, parte de um fragmento da economia globalizada e que se articula em rede com outros pontos da economia de mercado. É o que chamamos aqui de arranjo organizacional. Por outro lado, internamente ao município, proliferam mais situações fragmentadoras, inclusive no interior dos cerrados. E uma delas atinge as comunidades tradicionais dos gerais, conforme atesta a análise a seguir.

A agricultura científica globalizada reservou, ao longo das últimas décadas, as áreas das chapadas ou chapadões para o plantio das *commodities* agrícolas, com destaque para a soja e o algodão. São terrenos “planos” que favorecem a mecanização, o que levou à substituição da vegetação nativa pelo cultivo de *commodities* agrícolas e a expropriação das populações dessas áreas. A impressão que se tem é de que todo o chapadão, em pouco tempo, será homogeneizado por esse novo uso. Os danos ecológicos de tal prática são desastrosos, conforme apontam Ab’Sáber (2005) e Porto-Gonçalves (2004).

A supressão da vegetação nativa para o plantio da agricultura moderna também impactou diretamente as comunidades geraizeiras, pois foram eliminadas espécies vegetais de uso extrativista. Boa parte das chapadas, que antes eram de um uso comum, agora têm o acesso negado ou restrito aos nativos, pois foram transformadas em propriedades particulares do agronegócio. A antiga articulação exercida pelas comunidades no uso das distintas áreas, chapada e vale, é desfeita. A diferença das áreas, que antes se dava pelo caráter físico, agora é estabelecida, sobretudo, pelo dado técnico. A política que determina esse novo sistema técnico condiciona novos usos dessas áreas, agora arenas da produção agrícola globalizada. Nesse novo cenário, não é possível às comunidades tradicionais o

exercício dos antigos usos sobre a chapada. A Figura 22 representa as diferenças topográficas entre o vale e as chapadas nos gerais do Rio Preto.

A transformação dos vastos chapadões em imóveis rurais impõe a aplicação da legislação ambiental. Dentre as exigências da lei, está a manutenção de pelo menos 20% do imóvel rural como área de reserva legal<sup>95</sup>. É nessa questão que reside um dos pontos mais explícitos e nevrálgicos do avanço das áreas de agricultura moderna sobre as comunidades geraizeiras. Quanto mais hectares disponíveis para implantação de unidades do agronegócio, mais possibilidades de ganho para o produtor, pois haverá aumento da área plantada. Essa forma de plantio praticamente se dá com a reserva dos chapadões para o plantio da agricultura moderna, enquanto as áreas dos vales, com topografia acidentada e de difícil mecanização, passam a ser utilizadas como reservas legais dos imóveis rurais. Com essa estratégia, as unidades do agronegócio, as imensas fazendas que estão localizadas no entrono dos territórios geraizeiros, “cumprem” a legislação ambiental<sup>96</sup>.

A forma como vem sendo gerido esse novo uso dos cerrados gera, pelo menos, dois problemas que afetam diretamente as comunidades geraizeiras: o primeiro é que os limites dos novos imóveis rurais do agronegócio podem se estender desde as chapadas até os vales, onde estão as moradias daquelas comunidades. É o que frequentemente ocorre com os maiores produtores. Já o segundo corresponde à frequente transformação das áreas dos imóveis, localizadas nos vales, como suas respectivas reservas legais. Esse segundo problema agrava o primeiro, na medida em que a área de reserva legal está prevista em lei e exige restrição de uso. A legislação estabelece um uso restritivo, não permitindo, conseqüentemente, a moradia e praticamente proíbe a prática de agropecuária no seu interior. Ou seja, caso essas áreas venham a comprar reservas legais das fazendas, os geraizeiros terão, por força da lei, de desocupá-las.

A forma como se deu o avanço dos grandes empreendimentos agrícolas do agronegócio formosense gerou conflitos fundiários, impactando diretamente nas comunidades geraizeiras e no ambiente físico dos cerrados, já que a maior parte da

---

<sup>95</sup> Conforme estabelece a Lei Federal 12.651 de 25 maio de 2012, mais conhecida como Novo Código Florestal: todo imóvel rural deve destinar área para composição de reserva legal. No caso da Bahia, 20% do imóvel rural deve ser obrigatoriamente destinado à composição da reserva legal, exceto as ressalvas previstas em lei.

<sup>96</sup> Conforme lei estadual nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006, decreto estadual nº 11.235 de 10 de outubro de 2008 e suas atualizações.

vegetação localizada nas chapadas foi substituída pelo plantio das *commodities* agrícolas. Continuando nesse ritmo, em poucos anos praticamente toda a vegetação dos chapadões poderá seguir o mesmo caminho. A Figura 21 demonstra como os imóveis rurais já certificados pelo INCRA estão dispostos sobre os vales e chapadas dos cerrados do município. Observa-se, nitidamente, que parte da vegetação em verde foi substituída pelas culturas do agronegócio, seguindo as linhas de cada imóvel e limitada ao plano da chapada.

Nas dezesseis entrevistas realizadas com os geraizeiros, 11 elegeram o conflito com os grandes empreendimentos do agronegócio como o principal problema enfrentado atualmente. O maior temor dos entrevistados é a perda de suas terras. Outros quatro afirmaram ser a má conservação ou falta de estradas o maior problema; e um entrevistado apontou a falta de energia elétrica. Na região dos gerais do Rio Preto, onde foram realizadas as entrevistas, todos apontaram que o conflito se dava diretamente com os grupos localmente conhecidos como *Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo* e *Cana-Brava*. Esse dado que leva a considerar que esses grandes empreendimentos ocupam vastas porções de terra no interior do município. Todos os entrevistados que apontaram esse conflito afirmaram que a justificativa alegada pelos representantes desses empreendimentos consistia no fato de as áreas de vales constituírem reservas legais pertencentes aos imóveis rurais, conforme foi citado anteriormente.

Houve, de nossa parte, inúmeras tentativas de obter, junto ao órgão ambiental do estado da Bahia, INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, os limites das reservas legais da área de estudo. Mas, todas as vezes, essas informações foram negadas. Por isso, não se pôde confrontar se existe reserva legal localizada pelo o referido órgão ou pelo IBAMA na área de estudo. Todavia, com relação às informações fornecidas pelo INCRA, observa-se que áreas onde habitam as comunidades tradicionais geraizeiras já aparecem como imóveis certificados pelo órgão.

Dessa constatação depreendem-se consequências gravíssimas para as comunidades tradicionais geraizeiras. Ou seja, áreas habitadas e utilizadas por estas comunidades, dezenas de anos antes de qualquer outra ocupação por outros agentes, hoje são propriedades privadas, já homologadas pelo INCRA. Na figura 21, verifica-se que o próprio povoado de Cacimbinha, onde estão as casas dos seus moradores, hoje está localizado no interior de um imóvel certificado pelo INCRA e

cadastrado como Projeto Agrícola Estrondo. A situação pode ser ainda pior, caso esse mesmo imóvel esteja destinado como composição de área de reserva legal, como afirmaram os moradores. Segundo os entrevistados, esse foi o argumento repassado pelo representantes dos empreendimentos do agronegócio.

Em resumo, as áreas de chapadas e vales foram ocupadas por grandes grupos econômicos, que criaram extensas fazendas. Essas fazendas são imóveis rurais e, agora, são acusadas pelos geraizeiros pela transformação dos vales em área de reserva legal. Como a reserva legal possui uso restritivo, impedindo-se, inclusive, a moradia em seu interior, geram-se sérios conflitos entre esses grupos econômicos e essas comunidades, pois os vales constituem o território mais utilizado por elas: ali estão localizadas suas moradias, as lavouras e o espaço de pasto do gado.

Dessa forma, o conflito se dá tanto nas chapadas como nos vales, um conflito explícito, mas também velado, que acontece em todas as comunidades dos gerais do Rio Preto. Não foram realizadas buscas documentais nos cartórios locais para averiguar o tamanho dos imóveis rurais do município. Diversos fatores inviabilizaram seguir esse caminho<sup>97</sup>. Contudo, as inúmeras pesquisas realizadas com fazendeiros, gestores municipais e empresários da região apontam que o empreendimento intitulado de *Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo* constitui o maior empreendimento do agronegócio de Formosa do Rio Preto e um dos maiores dos cerrados do Oeste da Bahia<sup>98</sup>. Dados publicados pelo próprio empreendimento indicam que, atualmente, sua área é de mais de 295 mil hectares. A propriedade já foi ainda maior, mas, recentemente, cerca de 80 mil hectares foram vendidos para o grupo Horita.

As Figuras 21 e 22 estão focando uma parte dos cerrados do município de Formosa do Rio Preto. Na Figura 21, ressaltou-se uma determinada região do município onde há vales e chapadas. Sobre eles estão representados, em linhas, os imóveis rurais certificados pelo INCRA em 2013, dentre os quais a *Estrondo*; e, em pontos, estão as comunidades de geraizeiros estudadas, como Cacimbinha e Gato.

---

<sup>97</sup> O conflito fundiário na região repercute em insegurança. Dessa forma, tentou-se preservar os envolvidos neste trabalho.

<sup>98</sup> Em reportagem da versão *on-line* do jornal *Oeste Semanal* (<http://diariodoeste.com.br>), Antônio Calegari considera Ronald Levinshon do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo como o maior conquistador do Oeste da Bahia.

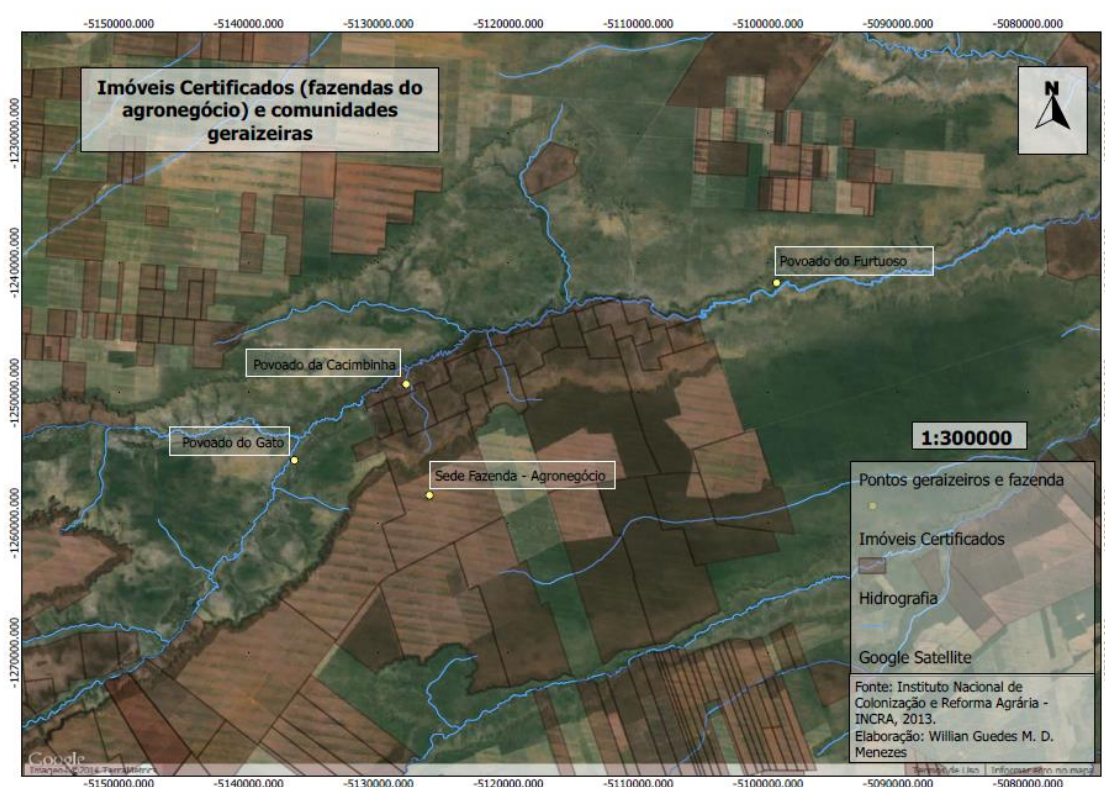
Na apresentação do livro *Formosa do Rio Preto Ontem e Hoje*, escrito por encomenda da Estrondo, Ronald Guimarães Levinsohn, que controla o gigantesco empreendimento, considera a localização da reserva legal da Estrondo como um exemplo a ser seguido. Contudo as comunidades reivindicam a posse das terras onde está parte da reserva. Levinsohn finaliza sua apresentação culpando, sem nenhuma cerimônia, as comunidade dos geraizeiros, ribeirinhos, como "... grandes devastadoras [...] e arruinadoras do meio ambiente..." (JUNGES, 2012, p. 7). O empresário prossegue:

Nós, do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo, estamos envolvidos num programa de resgate das populações ribeirinhas, afastadas da civilização, que sem saber, são as grandes devastadoras do campo e da fauna, e arruinadores do meio ambiente e que, muitas vezes, são manipuladas por alguns grileiros ainda restantes na região. Temos como objetivo levar-lhes cidadania, escolas, ensinar-lhes meios de vida dignos e propiciar-lhes melhor futuro a seus filhos. (JUNGES, 2012, p. 7).

As palavras de Levinsohn não encontram sustentação diante da realidade encontrada por esta investigação. Uma passagem pelos vales e chapadas demonstra que as modificações sobre a natureza empreendidas pelas comunidades ribeirinhas locais são irrisórias, se comparadas à ação da agricultura científica nas chapadas onde se encontra o Condomínio Estrondo. A técnica dos ribeirinhos aproxima-se mais daquela dos tempos naturais, de que falamos nos capítulos 2 e 3, que empreende transformações tímidas. Não é o mesmo que ocorre com as técnicas utilizadas nas unidades agrícolas do agronegócio, a exemplo das fazendas localizadas na própria Estrondo.

O discurso do Sr. Levinsohn tenta confundir os desavisados. Primeiramente, há um litígio pela posse da terra entre a Estrondo e os geraizeiros. E, no momento, esses últimos são os maiores prejudicados. Em segundo lugar, questiona-se aqui a própria localização dessa reserva legal. Caso o atual cenário continue com tal ritmo de desmatamento, há fortes indícios de que os chapadões se transformarão em áreas de plantio, com irrisórios fragmentos de mata nativa. A obrigatoriedade, definida pela legislação ambiental, de destinar área de reserva legal e o pouco interesse no plantio nos vales por parte das unidades do agronegócio fazem deles locais vulneráveis à implementação de reservas legais. O prejuízo aqui é duplo, se é que se podem separar o ambiental e o social.

Por fim, as comunidades geraizeiras praticamente não fazem mais uso das chapadas, hoje apropriadas pelo agronegócio. No entanto, o conflito é constante, pois o gado dos geraizeiros frequentemente alcança os chapadões, principalmente seguindo as estradas, o que provoca novos conflitos entre os representantes dos imóveis do agronegócio e os geraizeiros.



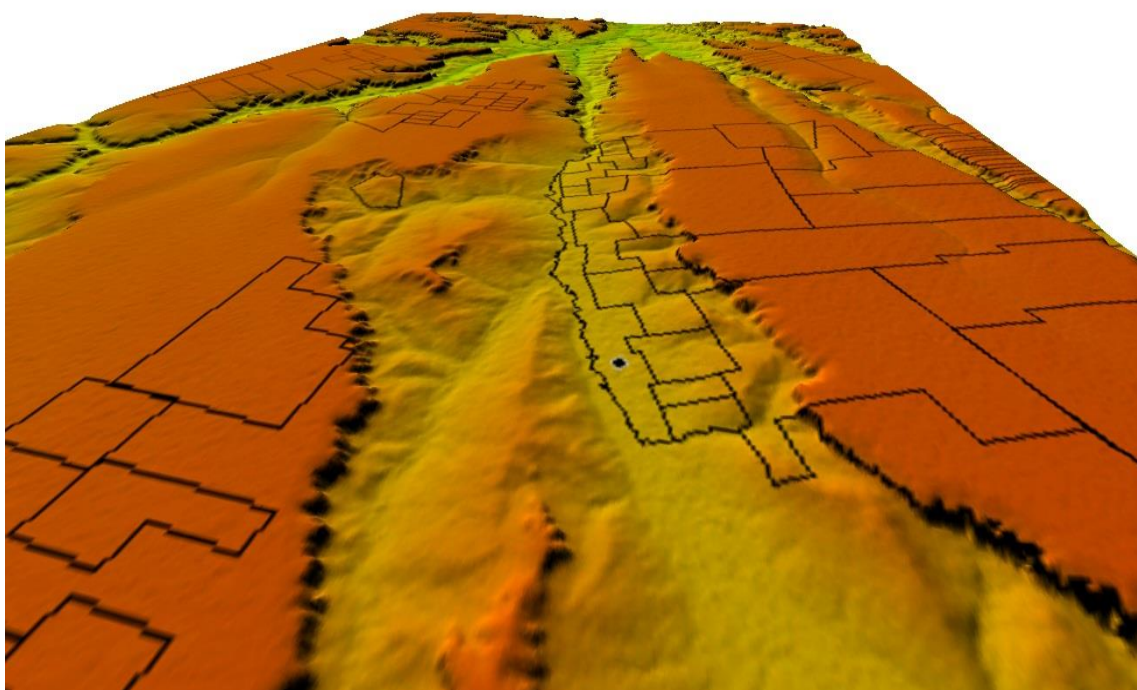
**Figura 21 – O avanço da agricultura científica globalizada nos territórios geraizeiros**

**Fonte: Incra e Google Satélite**

Os geraizeiros, principalmente os moradores mais antigos, falam da ocupação dessas terras pelos fundadores das comunidades e relatam que não havia a presença dos atuais agentes hegemônicos, ou seja, os fazendeiros do agronegócio. Podemos destacar as seguintes frases: “Nossa relação é de conflito com as fazendas modernas. Hoje, nós ficamos bem imprensadinhos...”. Alguns moradores relataram que a Estrondo propôs um limite de 50 hectares para cada família. Uma moradora afirma “Temos problema com a Estrondo. Eles acham que a gente não tem direito da terra. O deles é lá em cima (chapada). Eles acham que aqui em baixo



é deles. Eles incomodam com (nosso) gado”. Um dos geraizeiros mais velhos diz: “A Cana-Brava pegou a nossa terra...”.



**Figura 22 – Vales, áreas acidentadas, e chapadas, áreas de topografia mais plana**

**Fonte: INCRA**

A partir do novo uso e de uma nova organização do território impostos por agentes exógenos, os territórios geraizeiros são desorganizados e fragmentados.

A compartimentação imposta aos territórios, no atual período histórico, é pautada por essas novas dimensões. A política das grandes firmas e dos grupos econômicos é, agora, uma das principais ações a gerar compartimentos. É o que presenciam os geraizeiros que, inseridos em um fragmento globalizado, o próprio cerrado regional, vê seu território também em fragmentos. Esse novo momento foi visualizado por Santos (2003, p. 81): “Redefinida em função dos característicos de uma época, a compartimentação atual distingue-se daquela do passado e frequentemente se dá como fragmento”.

A comunicação e o transporte dessas comunidades com o exterior também foram alterados. Como já foi exposto na Tabela 2 e em outras passagens deste

trabalho, essas comunidades praticamente mantêm uma relação predominante com a cidade de Formosas do Rio Preto. Mas não há sistema de transporte público nem linhas particulares regulares que cubram essa ligação. Não é por acaso que quatro das dezesseis famílias entrevistadas consideraram esse um problema superior ao conflito fundiário.

Saindo da cidade de Formosa do Rio Preto, praticamente a única das comunidades geraizeiras à qual é possível chegar de carro não-traçado é o povoado de São Marcelo; é também o que está mais próximo dessa cidade, aproximadamente 42 km, numa estrada não pavimentada e em má estado de conservação. Só é possível chegar às demais comunidades pelo modal rodoviário, passando por longos trechos de vias não pavimentadas que mal parecem estradas, abertas no meio do cerrado. São trechos em que somente *pick-ups*, caminhões ou carros traçados 4x4 poderiam se aventurar com real possibilidade de chegar ao destino, ainda assim com o risco de não conseguir esse intento.

Um notório exemplo é o trajeto para a Cacimbinha, que não é a comunidade mais distante da cidade de Formosa do Rio Preto, mas serve como parâmetro de análise, pois foi um dos percursos por nós realizado. Seus moradores necessitam de cerca de 4 horas para fazê-lo até aquela cidade, em uma viagem realizada nas condições citadas no parágrafo anterior, por mais de 130 km. Como não há sistema de transporte regular, a população tem basicamente duas alternativas: uma consiste em *pick-ups* ou camionetes de alguns moradores, pagando passagem ou fretando-as<sup>99</sup>. Outra alternativa é a carona em carros da prefeitura que necessitam ir até as comunidades levar materiais e funcionários vindos da cidade. Ou nos casos em que a própria gestão municipal é solicitada por moradores, ela fornece o veículo para realizar o trajeto. Contudo, a viagem é insalubre, perigosa e muito cansativa, pois os passageiros vão na carroceria do veículo, como pode ser comprovado na Figura 23.

A moradora da Cacimbinha, Antônia Guedes da Silva, de 64 anos, relata a viagem: “A gente vai sofrendo. Uma menina nova dá pra ir (aponta para a neta). Mas uma velha dessa?! Já chega lá doente. Não aguento descer do carro. Mas fazer o que?”. A história de luta e sofrimento é longa, como relata Dona Maria da Conceição

---

<sup>99</sup> Em média, uma passagem da localidade até a cidade de Formosa do Rio Preto custa atualmente entre 30 e 40 reais, somente um trajeto; na volta, paga-se novamente esse valor, que é acrescido de uma taxa quando há compras, o que ocorre sempre na volta à comunidade. Antônia Guedes da Silva, 64 anos, moradora da Cacimbinha, fala que só com o transporte das compras paga-se de 20 a 30 reais; para o transporte de botijão de gás há mais outra taxa, que varia de 10 a 20 reais. Já fretar um veículo custa, em média, 500 reais para uma camionete e 600 reais por um caminhão.

de Batista Sousa, 42 anos, também da Cacimbinha: “A gente andava de animal para Formosa, era uns três dias. Já fui duas vezes para Formosa (de animal). Chegava com o corpo todo doendo. Hoje vou em Formosa de mês em mês”. Por conta dessas condições, em média uma vez por mês a maioria dos moradores vai à cidade de Formosa do Rio Preto para realizar compras, receber salários, sacar benefícios do governo, pagamentos de contas e diversos outros serviços e compra de mercadorias.



**Figura 23 – Geraizeiros saindo da cidade de Formosa do Rio Preto em direção aos gerais**  
**Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014.**

O acesso dessas comunidades à cidade bem como seu desenvolvimento técnico não devem ser analisados pela técnica em si, mas, sobretudo, pelo fator político. A política é comandada pelas grandes firmas e viabilizada pelo Estado. É também da relação da política com a técnica que resulta o espaço geográfico. E o presente estudo geográfico é regulado pelo uso do território, pela organização e regulação desse território. Prova desse novo espaço geográfico é o planejamento da BA-453, a Rodoagro, que atravessará territórios geraizeiros. Mas a concepção

dessa rodovia, em nenhum momento, saiu do propósito de escoar a produção para fora do município, seu único objetivo. As necessidades internas do município, como o cotidiano das comunidades geraizeiras, não constituíram circunstâncias a serem apreciadas. A Rodoagro, nessa perspectiva, é produtora de fragmentação, ao mesmo tempo em que liga lugares verticalmente.

#### **4.4 ENTRE VERTICALIDADE E HORIZONTALIDADES SURGE A VILA PANAMBI**

A compartimentação atual, no município de Formosa do Rio Preto, é reflexo da globalização da economia e do território. E seu resultado é a formação de uma agricultura globalizada. Contudo, essa compartimentação se dá sob a forma de fragmentação, devido à escolha proposital de apenas parte do município a ser modernizada, enquanto o restante do espaço agrícola praticamente continua associado a uma agricultura tradicional.

A compartimentação do espaço geográfico tem sua origem e desenvolvimento com a própria história do homem no planeta. Nesse longo período, o homem incorporou e ampliou espaços, e hoje atinge o domínio e exerce seus recortes por todo o globo terrestre. Com o uso de novas técnicas, que estão inseridas no processo de globalização, o espaço geográfico assume novos conteúdos e contornos.

É o processo de globalização que dá o caráter fragmentador da compartimentação atual, nesse caso, no espaço agrícola. Ou seja,

Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em conjunto. A agricultura moderna, cientifizada e mundializada, tal como a assistimos se desenvolver em países como o Brasil, constitui um exemplo dessa tendência e um dado essencial ao entendimento do que, no, país constitui a compartimentação e a fragmentação atuais do território. (SANTOS, 2003, p. 79-80).

Do ponto de vista geomorfológico, pode-se dividir o relevo do município em chapadões e na planície São Franciscana. Em linhas gerais, nos chapadões, desenvolveu-se uma agricultura globalizada, enquanto que, na planície,

regionalmente chamada de vale, continuou, em sua maior parte, uma agricultura tradicional<sup>100</sup>.

Nos vales, há inúmeros povoados, como os formados por geraizeiros, ao longo dos rios da sub-bacia do Rio Preto. No entanto, não havia povoados sobre os chapadões do município, fato que vai mudar com a introdução da agricultura moderna. É o caso da Vila Panambi, que surge na região da Garganta. Há outros exemplos de aglomerações que surgiram nas chapadas dos cerrados baianos, a exemplos de Mimoso do Oeste (atual Luís Eduardo Magalhães), Bela Vista e Novo Paraná<sup>101</sup>.

Sobre as chapadas da sub-região 3 do agronegócio, Chapada da Garganta, surge a Vila Panambi, conforme localização indicada no mapa da Figura 24. Trata-se de uma vila construída pelos agricultores que necessitavam residir próximo as fazendas, baseada em características cooperativistas. O povoado está próximo à divisa entre os estados de Bahia e Tocantins, fato que acirrou o histórico litígio na definição de limites entre esses estados naquela localidade.

Os produtores de grande porte, como os grupos econômicos, possuem propriedades que funcionam como empresas e empregam funcionários para administrar o empreendimento. Dessa forma, esses proprietários residem, principalmente, nas médias e grandes cidades. Nesse caso, na maioria das vezes, o trabalho direto com a produção é realizado pelos agrônomos e técnicos contratados. Por outro lado, os produtores de pequeno porte<sup>102</sup>, motivados por diversos fatores, necessitam residir em suas propriedades ou em aglomerações que estejam mais próximas a elas, as quais, muitas vezes, são pequenas cidades. É o caso dos agricultores ligados ao agronegócio com moradia na cidade de Formosa do Rio Preto. Nas entrevistas realizadas, a quase todos os entrevistados que moram em Formosa do Rio Preto eram agricultores de pequeno ou médio porte. Com efeito, 83% dos agricultores do agronegócio entrevistados que residem em Formosa do Rio Preto têm a propriedade localizada na região da Coaceral, sub-região 1. A cidade

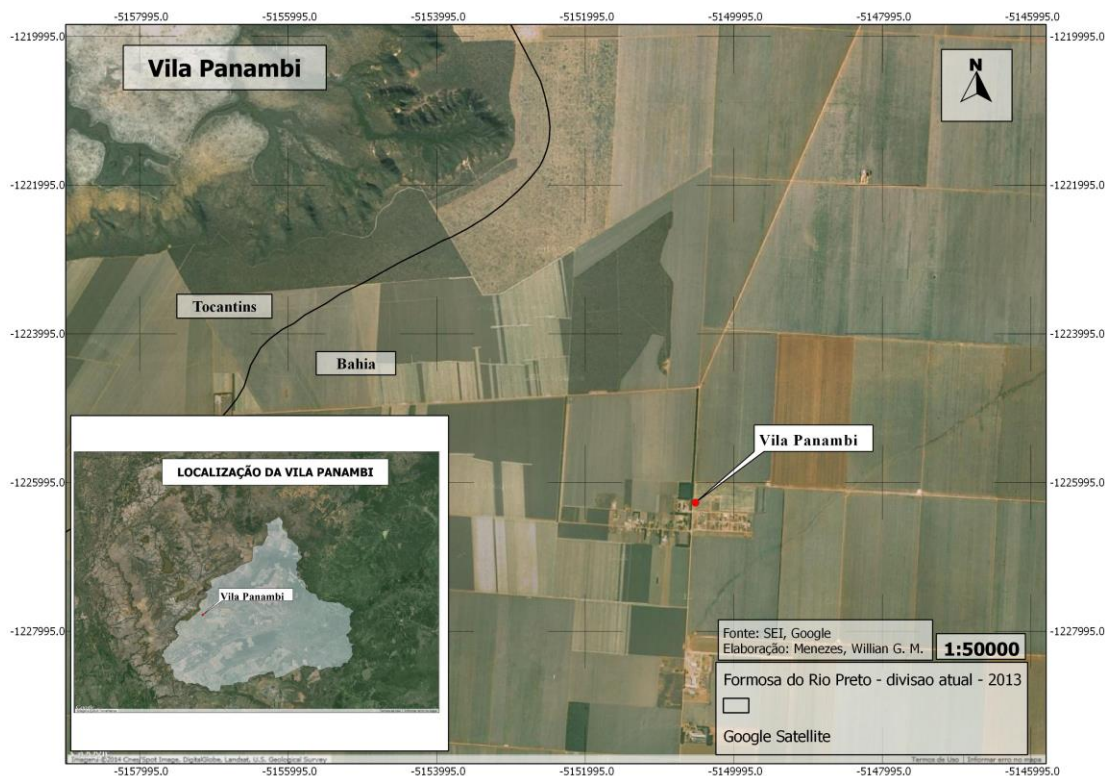
---

<sup>100</sup> Ressalta-se que, na planície, podem-se desenvolver casos de uma agricultura moderna, como, nos chapadões, podem ser encontradas atividades tradicionais, como a pecuária extensiva que, historicamente, marcou essas chapadas.

<sup>101</sup> Vide Santos Filho et al (1989).

<sup>102</sup> Em entrevistas, o gerente da Bunge (Hyata) e o Vice-prefeito de Formosa do Rio Preto (Gerson Bonfanti) estimaram que, no agronegócio das chapadas da região, um agricultor de pequeno porte tem uma propriedade, aproximadamente, de até 500 hectares e um de médio porte corresponde a uma propriedade de mais de 500 e até 2.000 hectares, em média.

mais próxima da região de Coaceral (sub-região 1) é justamente Formosa do Rio Preto.



**Figura 24 – Localização da Vila Panambi**

**Fonte: Sei e Google Satélite.**

Já na sub-região 2, houve uma ocupação com outras particularidades, como a formação do povoado (vila) de Panambi. As entrevistas com os primeiros moradores, como o agricultor Martin Döwich, e o atual presidente da Associação dos Pequenos Agricultores da Chapada da Garganta, Ylson Rutz, apontam que a colonização que deu origem ao povoado de Panambi remonta ao ano de 1989, quando a COTRIPAL (Cooperativa Tritícola Panambi LTDA) comprou, das mãos de José Raul Alckmin, uma área de 21 mil hectares, projetando e demarcando a vila naquele ano. As primeiras famílias só viriam para a nova moradia em 1992<sup>103</sup>, a maioria vinda do

<sup>103</sup> Segundo dados coletados em entrevista com o presidente da Associação dos Pequenos Agricultores da Chapada da Garganta, Ylson Rutz, no dia 20/09/2013, a vila de Panambi foi idealizada em torno da COTRIPAL (Cooperativa Tritícola Panambi LTDA), que comprou, em 1989, na região, um área de 21 mil hectares nas mãos de José Raul Alckmin, mesmo ano da demarcação da área. A área foi dividida em lotes de 500 hectares para produção e 2 hectares para a futura agrovila. Por volta de julho de 1992, veio a primeira família, a de Martin Döwich. O primeiro ponto de apoio para os migrantes foi um barracão, abrigo improvisado, onde o migrante permanecia até a construção da casa.

estado do Rio Grande do Sul. Estabeleceram na área que viria a ser a vila, mas sem nenhuma infraestrutura. Até a construção das casas, muitas famílias moraram em barracões.

Dados do último censo demográfico reconhecem que, em 2010, havia, na vila, 87 domicílios, todos particulares, 87,3% deles permanentemente ocupados, e 22 estabelecimentos, sendo 2 de ensino, um de saúde, 2 agropecuários e 17 de outras finalidades. Ainda segundo o censo, a população residente em 2010 era de 302 pessoas. Desse total, 44,7% eram adultos de 25 a 49 anos. Já o somatório de crianças e adolescentes equivalia a 42,7% de todos os moradores da vila. Apenas 3,3% da população residente estava com 60 anos ou mais. Uma população predominantemente constituída de jovens e adultos, com poucos idosos.

A Vila Panambi foi idealizada e fundada por sulistas, principalmente aqueles vindos do estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, abriga moradores de diversas regiões do país, e, além do grupo de sulistas, há também outro grupo que já é expressivo: o de nordestinos, principalmente dos gerais do Rio Preto, e de Tocantins, principalmente do Jalapão. A maioria das pessoas desse grupo chegou à vila em busca de emprego, ocupando atividades como as de pedreiro, agente de saúde, operador de máquinas, proprietário de pequeno restaurante, etc.

No trabalho de campo realizado na vila, observou-se uma nítida diferença entre esses dois grupos. As próprias casas expressam tal diferença, que pode ser observada na Figura 25. As “melhores casas” (preço mais elevado) são de propriedades dos sulistas, o que certamente indica que há diferença econômica entre a maioria dos agricultores sulistas e os demais habitantes. Não se quer aqui julgar ou realizar um quadro sobre a condição econômica dos habitantes da vila a partir de suas casas, tampouco estabelecer claramente suas diferenças, mas apenas demonstrar que há diferenças econômicas entre esses dois grupos.

---

A Escola da Vila começou em 1994 com 14 alunos. Em setembro do mesmo ano, com recursos dos próprios agricultores, foi construído um prédio escolar que, posteriormente, foi ampliado, e o estado do Tocantins assumiu a responsabilidade de sua administração, o que perdura até a data de elaboração deste trabalho. A unidade de ensino recebe o nome de Colégio Cooperativa do Chapadão.



**Figura 25 – Vila Panambi: desigualdades entre os moradores.**

**Fonte: MENEZES, W. G. M. D.**

Apesar de a maior parte das terras da sub-região 2 onde está Panambi ter sido apropriada por grandes produtores, na parte onde foi criada houve uma colonização de produtores de pequeno e de médio porte, que se articularam para originar a aglomeração. Ela está localizada no interior dos chapadões, numa área sem infraestrutura, distante dos centros urbanos da região, um espaço rarefeito de rugosidades (SANTOS, 2005). Historicamente, essa região é conhecida como Jalapão (ou vizinha), onde, até hoje, há uma baixa densidade demográfica.

Nos questionários aplicados com os moradores da vila, todos apontaram as estradas que ligam a localidade às principais cidades da região como um dos principais problemas do lugar. Mais precisamente, 85,7% dos entrevistados afirmaram ser as estradas e a comunicação o principal problema do local. Quando há necessidade de adquirir produtos e serviços em cidades, consumo consultivo, a maioria vai a Dianópolis ou a Luís Eduardo Magalhães, conforme dados da Tabela 12. O local carece de estabelecimentos que comercializem produtos para o dia a dia, pois há apenas um estabelecimento com essas características. O atendimento de saúde é realizado no posto de saúde local e, principalmente, naquelas duas cidades, conforme Tabela 13. O posto de saúde local só tem capacidade para atendimentos simples.



**Tabela 12 – Realização do consumo consuntivo da família\***

<b>Dianópolis</b>	10
<b>Luís Eduardo Magalhães</b>	9
<b>Formosa do Rio Preto</b>	2
<b>Barreiras</b>	2

Fonte: trabalho de campo

\*Foram entrevistadas 12 famílias

**Tabela 13 – Realização do atendimento à saúde\***

<b>Luís Eduardo Magalhães</b>	7
<b>Posto de Saúde da Vila</b>	4
<b>Dianópolis</b>	3
<b>Palmas</b>	2
<b>Barreiras</b>	2
<b>Formosa do Rio Preto</b>	2

Fonte: trabalho de campo

\*Foram entrevistadas 12 famílias

A localização da vila é um fator importante para seu cotidiano. Aproximadamente, está distante: 70 km de Mateiros, em Tocantins; 120 km de Dianópolis, em Tocantins; 180 km de Formosa do Rio Preto, Bahia; mais de 250 km de Luís Eduardo Magalhães, Bahia; e mais de 300 km para Barreiras, Bahia. O percurso cujas estradas estão em piores condições é o que leva até Formosa do Rio Preto, justamente a sede do município a que pertence a vila, sendo realizado somente com camionetes, caminhões ou automóveis traçados, passando pelos gerais e chapadas do município.

Outra questão impactante no cotidiano da vila e em toda a área próxima refere-se a divisa entre os estados da Bahia e do Tocantins, um litígio já histórico, mesmo antes da existência de Tocantins como unidade da Federação. Em recente acordo firmado entre os estados da Bahia e Tocantins, em 09 de abril de 2013, mediado pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, os procuradores de ambos os estados assinaram acordo reconhecendo ser a área pertencente ao município de Formosa do Rio Preto, no estado da Bahia.

O litígio dos limites estaduais e municipais, ao que parece, caminha para uma solução. No entanto, o cotidiano da vila expõe conflitos, carências e a luta dos moradores para solucionar esses problemas. O acordo encontra respaldo em divisões estaduais que remontam a 1920, áreas que pertenciam ao estado da Bahia,

mas o relato dos moradores demonstra que os governos da Bahia e do município de Formosa do Rio Preto são ausente na vila. O posto de saúde existente foi implantado e é administrado pelo município de Mateiros, Tocantins; a rede de energia elétrica foi implantada mediante ações do governo do estado de Tocantins, e a Escola Cooperativa do Chapadão é de responsabilidade da Secretaria Estadual do Estado do Tocantins. Os moradores afirmam que parte da rodovia que dá acesso à região da Chapada da Garganta, onde eles estão, foi recuperada também via estado de Tocantins.



**Figura 26 – Posto de Saúde na Vila Panambi**

**Fonte: MENEZES, W. G. M. D.**

Os moradores entrevistados são unânimes em reconhecer que apenas os governos do estado de Tocantins e do município de Mateiros realizam ações na comunidade, enquanto os governos do estado da Bahia e do município de Formosa do Rio Preto agem com descaso, na avaliação dos moradores. Por isso, eles preferem a anexação ao território do estado do Tocantins, apesar de o veredito do Supremo ter sido o contrário. Praticamente todos os entrevistados, independentemente de nível de renda ou origem, nordestino ou sulista, querem que a Vila de Panambi pertença ao estado de Tocantins.

A definição das divisas estaduais e uma maior atuação dos governos estaduais e municipais são necessidades cobradas pela comunidade. Um exemplo é a angústia local com relação à situação é a Escola Cooperativa do Chapadão, representada na Figura 27. Ela oferece turmas do primeiro ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, atendendo à demanda da vila. A escola é considerada pelos moradores de boa qualidade, garantindo a permanência das crianças e adolescentes na vila e, conseqüentemente, de toda a família, o que é vital para a comunidade.



**Figura 27 – Escola Cooperativa Chapadão. Localizada na Vila Panambi**

**Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014.**

O receio dos moradores é que as questões de limites estaduais acabem por interferir nas conquistas da vila, como a escola, que foi criada pelos próprios moradores, mas foi incorporada à rede estadual de ensino do estado do Tocantins. A escola é pública e atende a todas as crianças e adolescentes da vila.

Outra organização referendada nas entrevistas foi a associação local. A carência de serviços públicos, que deveriam ser oferecidos pelas diversas esferas do Estado, faz da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores da Chapada da Garganta uma entidade com atuação destacada na vila. Dentre as ações da associação, está a captação da água de um poço e sua distribuição para as casas, e a coleta do lixo. A maioria dos entrevistados aprova a atuação da associação, considerando-a importante. Alguns moradores relataram que a falta de ações da prefeitura faz com que a associação assuma um papel similar à da gestão municipal para a vila. Porém um detalhe chama a atenção. Foram entrevistados tanto sulistas quanto nordestinos e tocantinenses moradores da vila, porém a maioria dos

moradores de renda mais baixa, predominantemente nordestinos e tocantinenses, considera que a associação é mais importante para os “gaúchos”. A pesquisa identificou essa diferença, uma tendência à divergência sobre a atuação da associação, embora esse fato não tenha sido analisado profundamente, necessitando, portanto, de uma averiguação bem mais detalhada.

O município que faz divisa com Formosa do Rio Preto e seria aquele beneficiado com a anexação da vila, caso ela fosse de domínio tocantinense, é Mateiros (TO), que também é a cidade mais próxima da vila em trajeto por estradas. Vale lembrar que o posto de saúde da vila é uma unidade pertencente à prefeitura de Mateiros.

Por outro lado, os entrevistados expressaram que a maioria dos moradores da vila se dirigem às cidades de Dianópolis e Luís Eduardo Magalhães para adquirir produtos e serviços de uso pessoal e familiar<sup>104</sup>. A cidade de Dianópolis fica mais distante para os moradores da vila do que Mateiros, porém, essa última, por ser uma cidade com pouca oferta de produtos e serviços, acaba perdendo esse fluxo para Dianópolis, que é uma cidade maior<sup>105</sup>. Nesse quesito, Dianópolis foi a cidade com o maior número de fluxos, seguida de perto por Luís Eduardo Magalhães. Apesar de estar bem mais distante da vila que todas as outras cidades citadas, cerca de 250km, Luís Eduardo Magalhães polariza a agricultura moderna da região de Panambi, o que explica a relação estreita dos moradores da vila, principalmente os agricultores, que frequentemente vão a Luís Eduardo Magalhães.

Há outro grupo de moradores da vila que veio dos gerais do Rio Preto ou de outras partes do município de Formosa do Rio Preto para trabalhar em Panambi, mas que tem forte ligação com a cidade de Formosa do Rio Preto e, constantemente, vão até ela. Neste grupo, há aqueles que se dividem entre trabalhar em Panambi e voltar, nos fins de semana ou em períodos mais longos, para suas residências de origem, geralmente em povoados do município de Formosa do Rio Preto. Alguns deles são agricultores em seus locais de origem. Ou seja, pode-se, por exemplo, ser pedreiro em Panambi e agricultor nos gerais.

---

<sup>104</sup> Foi perguntado aos entrevistados: “Onde adquire produtos de vestuário, alimentação e equipamentos de uso pessoal e para a família?”

<sup>105</sup> As distâncias rodoviárias entre Panambi e as principais cidades do seu entorno já foram apresentadas. Com relação à população recenseada em 2010 pelo IBGE, Mateiros possuía apenas 2.223 habitantes, com uma população urbana de 1417; já Dianópolis, segundo esse mesmo trabalho, possuía um total de 19.112 habitantes e uma população urbana de 16.444.

A dessa dinâmica espacial poderá ser acrescida a Rodoagro, que prevê a ligação da região de Panambi (é bem provável que chegue até a vila) com o anel da soja, que se estende até a BR-242, em Luís Eduardo Magalhães. Conseqüentemente, a nova rodovia facilitará o percurso entre Panambi e Luís Eduardo Magalhães. O projeto da Rodoagro é uma demanda vertical, cujo objetivo é o de melhorar o escoamento da produção agrícola moderna. Diante do contexto territorial e social de Panambi, a Rodoagro, caso se torne uma realidade, impactará diretamente o seu cotidiano. Conforme foi exposto anteriormente, nas entrevistas, os moradores indicaram as péssimas condições das estradas ou a falta delas, além da deficiência na comunicação, como os principais problemas locais.

Dada a situação da vila, os moradores são favoráveis à Rodoagro, embora pouco saibam sobre ela. Nenhum órgão ou instância do poder público, estadual ou municipal, apresentou quaisquer informações sobre a possibilidade de a nova rodovia passar na localidade. Alguns nem mesmo sabem o que é a Rodoagro.

A Rodoagro pode chegar até Panambi devido ao fato de a região da vila ser um ponto da agricultura globalizada. Nas imediações da vila há inúmeras fazendas de uma agricultura científica e unidades de armazenamento de grãos, como as da Bunge e da Cargill. Assim, a sub-região 2, onde está Panambi, deve ser articulada à rede do agronegócio. Essa é a nova forma de articulação dos lugares e das regiões, baseada numa solidariedade organizacional, nas palavras de Santos (2003, 2006). Uma solidariedade que, por ser imposta por agentes exógenos, reorganiza a região.

Por outro lado, as comunidades dos gerais do Rio Preto também passam por problemas similares com relação a transporte e comunicação, como ocorre com os moradores de Panambi. Mas a Rodoagro não tem objetivos diretos de atender a qualquer demanda dessas comunidades, pelo fato de elas não serem pontos na rede do agronegócio.

O resultado são novas fragmentações sobre o espaço geográfico. A perspectiva de Formosa do Rio Preto, como município, de Panambi e também das comunidades geraizeiras, como demandantes de transporte, pouco importa para as demandas verticais, que são guiadas por interesses egoístas referentes ao escoamento da produção para mercados externos. Essa é uma consequência danosa para as populações, gerada por uma produção excessiva (SANTOS, 2006) do campo moderno.

Ao mesmo tempo em que são construídas novas articulações, baseadas numa solidariedade organizacional, há o enfraquecimento de antigas solidariedades orgânicas. São novas relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações, uma relação entre verticalidades e horizontalidades, mas a supremacia das verticalidades se torna nítida nesse espaço.

A nova organização espacial e suas possibilidades estimulam novos questionamentos para as populações e para o próprio município de Formosa do Rio Preto como unidade, envolvendo, sobretudo, as consequências sociais e territoriais das novas compartimentações e das articulações desses fragmentos.

#### **4.5 A CIDADE DE FORMOSA DO RIO PRETO DIANTE DO CAMPO MODERNO**

No capítulo anterior, Formosa do Rio Preto foi analisada a partir da rede urbana e da divisão territorial do trabalho no Oeste Baiano. Viu-se que ela não é a principal cidade a fornecer produtos e serviços ao campo moderno no seu próprio limite municipal. Esse papel é desempenhado com destaque pelo município Luís Eduardo Magalhães. São as cidades de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, ou melhor, os agentes localizados nessas cidades que exercem, na região, parte do controle técnico e político. Santos (2003, 91) explica que “a agricultura moderna se realiza por meio de seus *belts*, *spots*, áreas, mas sua relação com o mundo e com as áreas dinâmicas do país se dá por meio de pontos”. Esses pontos são os centros urbanos. No caso dos cerrados baianos, as cidades de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras são regionalmente os principais pontos responsáveis por assegurar o desenvolvimento da agricultura científica globalizada.

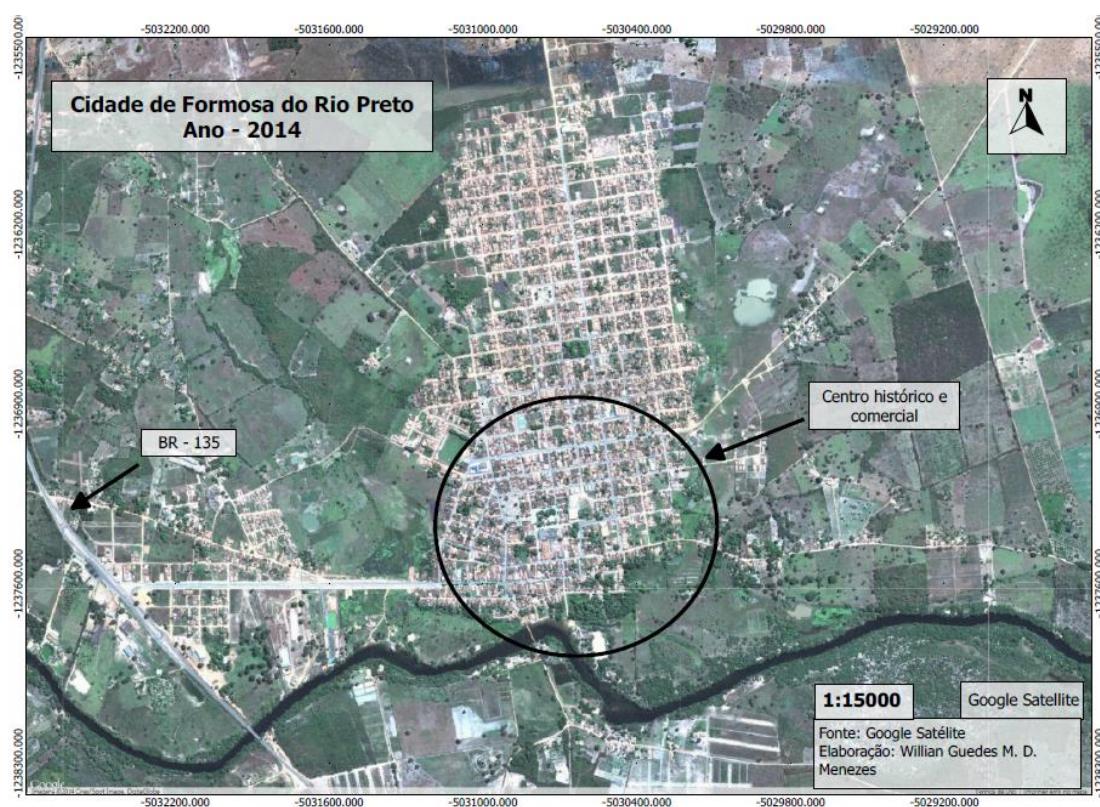
No topo da hierarquia dos agentes hegemônicos estão as grandes firmas globais, tanto a montante como a jusante da produção agrícola, seja fornecendo máquinas agrícolas e fertilizantes, seja comprando a produção. Assim, as multinacionais acabam comandando o processo. Vide os casos da Bunge e da Cargill, citados anteriormente. Numa relação conflituosa e ao mesmo tempo de cooperação, as cidades, como Luís Eduardo Magalhães, acolhem esses vetores globais e acabam por polarizar o campo moderno.

Enquanto os cerrados baianos presenciaram a formação de uma cidade do agronegócio, Luís Eduardo Magalhães, outras seguiram distintos caminhos, mesmo

sendo sedes de municípios com elevada produção agrícola, como é o caso de Formosa do Rio Preto. Essa relação certamente envolve uma verdadeira dialética no território (SANTOS, 2002, p. 17).

Em Formosa do Rio Preto – e também em outras cidades com situações parecidas, como São Desidério –, enquanto o moderno campo do município parece traçar sua própria história, ligando-se com o mundo a partir de outros pontos, a cidade de Formosa do Rio Preto não segue o mesmo ritmo do campo moderno.

A receptividade que Luís Eduardo Magalhães obteve para atrair o capital novo, formando um circuito superior a serviço do capital agrícola, não ocorreu com a cidade de Formosa do Rio Preto, que sequer possui uma empresa especializada na venda de insumos ao campo moderno.



**Figura 28 – Cidade de Formosa do Rio Preto**

**Fonte: Google Satélite**

Enquanto Luís Eduardo Magalhães tinha, em 2010, uma população urbana de quase 55 mil habitantes (91,3% da população do município), Formosa do Rio Preto apresentava uma população de pouco mais de 13 mil (60,6% da população total).

As duas cidades acabam por desempenhar papéis distintos na rede urbana regional: Luís Eduardo Magalhães estendendo sua presença em praticamente todo o campo moderno da região; já Formosa do Rio Preto restringe-se prioritariamente às dinâmicas locais. A agricultura científica globalizada deixa mais complexa a rede urbana, se comparada com períodos anteriores.

Praticamente toda a produção da agricultura científica de Formosa do Rio Preto sai do município sem beneficiamento. Em entrevistas, o vice-prefeito do município afirmou estar incomodado com a realidade e tenta planejar mudanças. Nas palavras de Gerson Bonfanti, dois projetos podem mudar o cenário econômico para a cidade (tanto para melhor, como para pior): a Rodoagro e um distrito industrial para a cidade. Esse último traria só benefícios para a cidade de Formosa do Rio Preto, embora haja um grande obstáculo para sua efetiva construção: o fornecimento de energia elétrica atual é insuficiente para o empreendimento. A solução, na avaliação do vice-prefeito, está na construção de uma subestação da Coelba, o que aumentaria o fornecimento de energia elétrica para a cidade. A própria Coelba confirma que há dois projetos de subestações para o município: um na região de São Marcelo, outro na região do rio do Ouro<sup>106</sup>. Esses projetos atenderão tanto à demanda da cidade como a do campo moderno.

Na primeira entrevista realizada com o vice-prefeito do município de Formosa do Rio Preto, ele se mostrou enfático ao afirmar ser estratégico para o município o início da Rodoagro pela região da Coaceral, e não pelo Anel da Soja. Mas, após reunião com o Vice-governador da Bahia, que também é Secretário Estadual de Infraestrutura, Otton Alencar, e com as demais partes envolvidas no projeto da Rodoagro, o gestor relatou, já em uma segunda entrevista, que a construção da rodovia será mesmo iniciada pelo Anel da Soja. Em contrapartida, serão construídas três pontes sobre os rios Preto e Sapão, que atravessam o município e viabilizariam um segundo projeto pensado pelo executivo municipal.

O gestor argumenta que a contrapartida (construção das pontes) possibilitará ao governo municipal planejar outra rodovia e minimizar o impacto da Rodoagro para a cidade. Isso será possível com a construção de um ramal que ligaria as

---

<sup>106</sup> Em entrevista, o representante da Coelba informou que há a previsão de uma nova subestação da companhia para o município de Formosa do Rio Preto. Será localizada na região do Rio do Ouro, no interior do município. Segundo o mesmo funcionário, essa subestação tem previsão de inauguração em meados de 2014 e terá uma capacidade para fornecimento de energia elétrica de 26,6 MVA, o que atenderia, na avaliação do representante da companhia, à expectativa para a construção do distrito industrial em Formosa do Rio Preto.



diversas regiões produtoras do município com sua sede. Ou seja, essa nova rodovia ligaria Formosa do Rio Preto com a Rodoagro.

A implantação dos objetos técnicos orientados para atender às necessidades externas e não às do lugar ou da região gera desordem. O Vice-Prefeito de Formosa do Rio Preto explicou quais os propósitos do atual governo municipal e avaliou a importância dos projetos em andamento no município.

No final, Gerson Bonfanti demonstra sua preocupação com a situação atual:

(Construção da rodoagro) Porque, iniciando no trecho 3 (ver Figura 18), daria tempo de nós, município, juntamente com os agricultores, projetar esse ramal que estamos sonhando para Formosa do Rio Preto; e com a vinda da subestação, nós poderíamos, de repente, criar a imagem, a informação e a tendência pra que as pessoas viessem fazer a produção ser industrializada aqui, ou seja, nós estamos na ponta do iceberg, ali, entendeu? A questão é daqui pra ali pra acontecer, no momento que acontecer a subestação, Formosa do Rio Preto vai explodir naturalmente...

Justamente por causa do nosso sonho da subestação e do nosso sonho de industrialização do município. Porque te falo isso? Falo isso, enquanto nosso município e como o governo do estado, temos de nos preocupar não só com Luís Eduardo Magalhães, mas sim com os outros municípios circunvizinhos...

O projeto do Distrito Industrial está todo ele aqui na íntegra. Esse aqui é o projeto do Distrito Industrial: *Estudo de viabilidade Econômica do município de Formosa do Rio Preto – Ba*. Então, eu estou com este projeto aqui, porque agora eu peguei como obrigação do vice-prefeito, e também é interesse. Eu estou me dedicando: os limites do estado, a esta questão da rodoagro, a subestação e o consertar das estradas BA-225 e anel da soja. Esses são meus objetivos principais. Mas por que isso? Porque isso vai trazer o desenvolvimento, a renda, aumentar a economia [...] Meu foco vai ser esse. E acho, como formosense, nós temos é que transformar Formosa, e esse é o momento. No momento que esta estrada acontecer e que a subestação não acontecer nós estaremos fadados a diminuir a nossa renda per capita. (BONFANTTI, 2013).

Diante da decisão de começar a construção da Rodoagro pelo Anel da soja (BA-459), indo de encontro ao interesse do município de Formosa do Rio Preto (na avaliação do gestor municipal), o vice-prefeito tenta articular outro projeto (o que seria uma nova rodovia, já mencionada anteriormente). Esse seria um projeto municipal, uma rodovia capaz de levar a produção até a cidade de Formosa do Rio Preto, onde seria beneficiada no sonhado distrito industrial. O Vice-prefeito relata que:

Na última reunião que teve lá (em Salvador com o Vice-governador e demais agentes envolvidos com a Rodoagro), o pessoal da rodoagro queria começar no Anel da Soja (trecho 1) e eu começar na Sul (próximo a Coaceral, trecho 3). Aí começou a “briga” (desencontro). Daí o vice-governador disse assim: Vocês não vão se acertar? Vamos (responde Bonfanti), o senhor me dá as três pontes que eu quero, a estrada pode começar onde você quiser. Ele disse tá fechado. Na realidade, o cara tem que ser negociador. (BONFANTTI, 2013).

O fato de serem projetos indica que são ações passíveis de mudanças, ou seja, outras decisões distintas podem acontecer. Como já foi ressaltado, o propósito deste trabalho não é prever o resultado final desses projetos, mas discutir como eles estão associados ao uso do território pelos agentes hegemônicos.

Por conseguinte, os interesses egoístas dos agentes hegemônicos – que buscam transformar valores de uso em valores de troca com o objetivo de maximizar lucros e se manter competitivos em nível global – provocam alienação e fragmentação do espaço agrário do município e também entre a produção do campo moderno e a cidade-sede do município.

A agricultura globalizada do município é comandada por agentes externos, o que dificulta um beneficiamento local do produto agrícola, mesmo em menores volumes. Também não é favorável à cidade de Formosa do Rio Preto o papel desempenhado por Luís Eduardo Magalhães e Barreiras no processamento da soja (Bunge e Cargill) e na circulação e distribuição das *commodities* agrícolas.

Por outro lado, a cidade de Formosa do Rio Preto assume outras características, pouco interferindo nos circuitos espaciais produtivos e nos círculos de cooperação da agricultura globalizada. Por meio do *trabalho de campo*, chegou-se à importante constatação de que, na cidade de Formosa do Rio Preto, residem agricultores de pequeno e de médio porte da agricultura globalizada. São proprietários de fazendas que variavam entre 180 a 8 mil hectares, mas a maioria de suas propriedades tem dimensão inferior a 2 mil hectares<sup>107</sup>.

Esses agricultores relataram, nas entrevistas, que há pouca infraestrutura no campo, como energia elétrica, escola e atendimento médico, o que quase inviabiliza a moradia nas fazendas ou a constituição de núcleos de povoamentos próximos elas,

---

<sup>107</sup> Variação mencionada por agricultores entrevistados, residentes na cidade de Formosa do Rio Preto.

principalmente para os que possuem famílias com filhos na idade escolar, caso da maioria dos entrevistados.

Outro ponto em comum a esses agricultores é a localização de suas fazendas, todas elas na sub-região 1 do agronegócio<sup>108</sup>, na parte norte do município. Alguns produtores têm fazendas no extremo norte do município, nos limites entre o estados da Bahia, Tocantins e Piauí, na área chamada de APROCHAMA (Associação dos Produtores da Chapada da Mangabeira)<sup>109</sup>. Apesar do difícil acesso até as fazendas da sub-reigão 1<sup>110</sup>, as outras sub-regiões (2 e 3) são distantes da cidade de Formosa do Rio Preto, com estradas quase intransitáveis, o que inviabiliza a residência dos agricultores nessa cidade.

Não foi identificado trabalho algum que quantificasse o número dos agricultores do agronegócio residentes na cidade de Formosa do Rio Preto, pois nem mesmo os órgãos setoriais do município e do estado possuem tal informação. No entanto, durante as entrevistas, os próprios agricultores estimaram que esse número gira em torno de duas dezenas de agricultores.

Em trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Agricultura de Formosa do Rio Preto, foram identificados, em 2013, cerca de 225 produtores do agronegócio no município. Ou seja, menos de 10% desses agricultores residem na cidade de Formosa do Rio Preto. Outra parcela reside nas próprias fazendas, mas é ainda a minoria. A maior parte deles mora em outras cidades, principalmente em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

A partir da presente análise, pode-se concluir sobre a quase inexistência de um circuito superior ligado ao agronegócio na cidade de Formosa do Rio Preto. O reduzido número de agricultores dessa atividade residindo nesse centro urbano contribui para o entendimento de que a cidade de Formosa do Rio Preto não se encontra no núcleo desse arranjo organizacional que se formou nos cerrados baianos, alicerçado na expansão de uma agricultura científica globalizada. Como parte do espaço agrário desse município se modernizou, atrelado ao arranjo

---

<sup>108</sup> Mas essa sub-região 1 do agronegócio é conhecida, entre os agricultores, como região da Coaceral. Em Coaceral estão localizadas as unidades da Bunge e Cargill, além da vila da Coaceral. Atualmente, essa vila está com poucos moradores, muitos trabalhadores que prestam serviços nas fazendas, uma situação de abandono.

<sup>109</sup> A área da APROCHAMA está em litígio, principalmente entre os estados de Tocantins e Piauí.

<sup>110</sup> A rodovia BA-225, que dá acesso à sub-região 1, está em péssimas condições de conservação.

organizacional, observa-se um descompasso entre cidade de Formosa do Rio Preto e o seu campo moderno.

No estudo do REGIC, o IBGE faz uma classificação das cidades que corrobora o raciocínio exposto no parágrafo anterior. Barreiras, por exemplo, é apontada como capital regional de nível C. Já as cidades de Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães são consideradas pelo mesmo Regic como centro local<sup>111</sup>.

Além da formação do arranjo organizacional, outras características atreladas ao recorte das horizontalidades contribuem para essa desarticulação ou articulação entre cidade e campo moderno em Formosa do Rio Preto: (1) a extensa área do município (a maior área dentre os municípios baianos); (2) as péssimas condições de diversas estradas; e (3) a carência na oferta de serviços e produtos, fazendo com que parte da população procure outras cidades.

O resultado dessa fragmentação pode ser sentida na cidade de Formosa do Rio Preto. A agricultura que abastece a cidade não é a mesma que faz do município ser o sexto maior PIB agrícola do país, ou ser o quinto e sexto maior produtor nacional de soja e algodão respectivamente.

As verduras e frutas consumidas pelos habitantes da cidade são oriundas da agricultura tradicional do seu entorno ou são provenientes de outros municípios, sobretudo de outros estados. É comum observar, nas ruas de Formosa do Rio Preto, a comercialização de verduras e frutas em caminhões. Na situação apresentada na Figura 29, o motorista do caminhão informou que, de quinze em quinze dias, vem até a cidade para vender alimentos oriundos da Central de Abastecimento do Estado de Goiás S/A (CEASA), na unidade localizada em Goiânia (GO). Outro fato que chama a atenção, na cidade de Formosa do Rio Preto, é que não há feira livre ou um mercado municipal, o que é comum em cidades baianas desse porte. Dessa forma, a população local adquire frutas e verduras em estabelecimentos comerciais ou em caminhões.

---

<sup>111</sup> O estudo do Regic de 2007 carece de revisões quanto à classificação da cidade de Luís Eduardo Magalhães como centro local. Diversos fluxos colocam a referida cidade em um patamar superior ao estabelecido pelo estudo. Certamente, não é fator determinante o PIB, mas Luís Eduardo Magalhães está entre os dez maiores PIBs do estado da Bahia, com 2.773.656 reais, dando ideia da dinâmica da cidade, já que o setor de serviços é o principal responsável por esse elevado valor.



Figura 29 – Comercialização de frutas e verduras nas ruas de Formosa do Rio Preto, e estabelecimento comercial.

Fonte: MENEZES, W. G. M. D., 2014

## 5. CONCLUSÃO

O atual período histórico apresenta substanciais transformações na sociedade e no território. Neste sentido, Santos (2009) propôs uma substituição na corrente divisão do país ao tratar das áreas urbanas e das áreas rurais. Grosso modo, “haveria, então, um *Brasil urbano* e um *Brasil agrícola*, em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas sobre os respectivos subespaços”, escreve Santos (2009, p. 75, grifo do autor). Ainda sobre as mudanças, Elias (2006) apresenta a formação das chamadas *idades do agronegócio*, como é o caso de Luís Eduardo Magalhães.

Como parte dessas transformações que atingem o espaço agrícola do país e conforme as análises realizadas ao longo deste trabalho, pode-se concluir que, concomitantemente à modernização de parte do campo do município de Formosa do Rio Preto, há um conseqüente processo de fragmentação que abrange tanto seu espaço agrícola como o urbano.

O espaço agrícola, com base numa agricultura científica globalizada, originou um arranjo organizacional que priorizou articulações com os vetores mais dinâmicos da economia mundial em detrimento de seu entorno não moderno. O resultado é a fragmentação do município de Formosa do Rio Preto.

A análise partiu de recortes verticais e horizontais, possibilitando a relação entre a teoria e o fato estudado. Através dessas subdivisões do espaço, foi possível percorrer um caminho no qual foi priorizada a análise da reestruturação produtiva da agropecuária, da divisão territorial do trabalho na qual Formosa do Rio Preto está inserida regionalmente e do uso corporativo do território pelos agentes hegemônicos. Com isso, chegou-se aos resultados da pesquisa.

O resultado desta investigação pode ser relacionado ao fato de o município, como parte da organização do Estado brasileiro, ser um dos entes que compreendem a organização político-administrativa do país, conforme estabelece a Constituição brasileira. Como os demais (união, estados e Distrito Federal), o município é autônomo e regido por lei orgânica, devendo atender aos princípios da Constituição do país e de seu respectivo estado.

Dentre as competências do município estabelecidas pela Constituição brasileira, estão a de “legislar assuntos de interesse local” e “organizar e prestar,

diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”<sup>112</sup>.

No entanto, a fragmentação ocasionada pelos arranjos organizacionais compromete a própria autonomia dos municípios, uma vez que esses espaços da agricultura moderna fogem do controle local, ou seja, da gestão municipal e da própria população. Julgamos que esse foi o caminho percorrido pelo município de Formosa do Rio Preto a partir da década de 1980.

A condição de autônomo atribuída ao município pela Constituição do país parece enviesada diante de forças da globalização que dominam parte de seu espaço agrícola. Nesse sentido, também se pode concluir que a cidade de Formosa do Rio Preto, como centro urbano, perde o comando do seu espaço circundante, formado pela moderna agricultura. O uso corporativo do território, conforme foi apontado anteriormente, leva à ingovernabilidade do município (SANTOS, 2002).

Todo este processo é sentido pela sociedade local, a exemplo da questão das comunidades geraizeiras que aqui foi abordada. Diante de um sistema capitalista baseado num desenvolvimento contraditório e combinado (OLIVEIRA, 2004), essas comunidades constituem um dos grupos mais afetados pela agricultura globalizada. Os geraizeiros, ao mesmo tempo em que destacam um lado positivo na atividade agrícola moderna, como a geração de empregos num primeiro momento, também apontam diversos aspectos negativos. Citam, como exemplo, a redução das áreas pertencentes às comunidades, principalmente as de uso comum, localizadas nas chapadas, que agora são áreas destinadas ao plantio das *commodities* agrícolas, além das áreas de vale, onde os grandes empreendimentos do agronegócio, segundo os geraizeiros, tentam localizar as reservas legais dos imóveis rurais.

A perda de áreas ou mesmo de usos sobre áreas, transformam e reduzem os territórios dessas comunidades em fragmentos imersos num espaço rodeado por normas e técnicas desconhecidas e alienantes. Invertem-se, assim, os valores. Os territórios geraizeiros reduzem de tamanho e ficam ilhados num espaço com um uso controlado por normas verticais, as quais são desconhecidas e aprisionam estas populações.

---

<sup>112</sup> Art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Compete aos municípios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acessado em: 23/03/2014.

A implantação dos sistemas de objetos segue a lógica hegemônica que comanda os espaços da agricultura globalizada. Uma vez implantados, os objetos se constituem como o próprio território e deles emanam ações também hegemônicas. Dessa forma, tais objetos contribuem para a fragmentação do município de Formosa do Rio Preto. O projeto da Rodoagro poderá representar tal resultado, considerando-se o impacto de uma rodovia com mais de duzentos e trinta quilômetros, que atravessará de norte a sul o maior município baiano em área. Isso porque a rodovia tem como proposta, quase que exclusiva, o atendimento das demandas do agronegócio, desconsiderando as necessidades dos demais agentes, como as comunidades tradicionais locais e as outras demandas do município.

A análise sobre a Vila Panambi, localizada no interior desse arranjo organizacional, contribui para o entendimento das transformações aqui apontadas sobre a sociedade e o território local diante de uma agricultura globalizada. A análise de Panambi, sob uma dada perspectiva, demonstra o quanto a gestão municipal e a própria dinâmica social da cidade de Formosa do Rio Preto encontram-se, de certa forma, distanciadas desse novo arranjo. Ou seja, o próprio arranjo organizacional também pode ser considerado como outro fragmento, se considerado como parte desse município. Cada vez mais uma solidariedade organizacional cimenta a nova região.

A nova realidade social redefine papéis. Regionalmente, associações como a AIBA assumem protagonismo. Por outro lado, a atuação dos governos é contraditória, necessária, mas limitada. Basta citar as ações dos governos do estado da Bahia, através da implantação da Rodoagro, e da Secretaria Municipal da Agricultura de Formosa do Rio Preto.

Tudo é levado a reboque, principalmente a atuação dos governos municipais e estadual, que são chamados a trabalhar a serviço da economia global, mesmo contra sua vontade. A competitividade guia o mercado e, com isso, as empresas, sobretudo as corporações globais, atuam com interesses particulares, na maioria das vezes egoístas. Com relação aos espaços, o objetivo é dotá-los de competitividade, o que constitui uma necessidade para as empresas e para todo o arranjo organizacional. O projeto da Rodoagro ilustra essa problemática.

Os processos de fragmentação, alienação e compartimentação do território e da sociedade, frutos da agricultura científica globalizada, não são exclusivos do município de Formosa do Rio Preto. Situação semelhante acontece com o campo e



a cidade de São Desidério. Em 2012, São Desidério, localizado nos cerrados da Bahia, atingiu o maior valor de produção agrícola de todo o Brasil, superando Sorriso, no Mato Grosso. No entanto, a cidade e o campo desse município são acometidos com lógicas e processos semelhantes ao que apontamos para Formosa do Rio Preto.

A cidade de São Desidério está localizada no vale e distante das chapadas onde está a agricultura científica, uma situação que lembra a de Formosa do Rio Preto. Ela perde o comando de seu campo moderno e vê esse papel ser executado pelas duas principais urbes da região, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, além do distrito de Roda Velha, que ganha importância.

A agricultura científica globalizada, ao mesmo tempo que coloca São Desidério como detentor do maior PIB agrícola do Brasil, impõe novas relações contraditórias. O atual prefeito de São Desidério, Ademilton Barbosa (Demir), orgulhoso de estar à frente do município de maior PIB agrícola do país, relata as contradições sobre a cidade que administra<sup>113</sup>:

A localização da cidade, sede do município, não permite sua maior expansão. Tudo isso por causa da logística. Hoje nós não conseguimos atrair as indústrias para São Desidério. A gente precisa da chegada de uma grande empresa e de que as pessoas abrissem loteamentos aqui [...] A proximidade com Barreiras não nos ajuda muito e prejudica até o comércio local. Com a oferta de transporte a preço baixo, todo mundo vai fazer compras em Barreiras. (BARBOSA, 2014).

A agricultura científica globalizada alterou e continua a provocar mudanças no Oeste da Bahia. As palavras do prefeito de São Desidério leva a entender que não basta produzir, é necessário controlar as outras etapas da produção (circulação, distribuição e consumo), e, nisso, a cidade de São Desidério não ocupa um papel central. Conforme foi visto em outras passagens deste trabalho, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras são os principais núcleos urbanos desse arranjo organizacional regional. Luís Eduardo Magalhães, como cidade do agronegócio, é a principal responsável por fornecer serviços e produtos para a atividade agrícola moderna. Por outro lado, Barreiras exerce uma supremacia na rede urbana

---

<sup>113</sup> Entrevista concedida pelo prefeito Ademilton Barbosa (Demir) ao Jornal do São Francisco. Disponível em: <http://www.jornaldosaofrancisco.com.br/o-comandante-da-capital-brasileira-da-agricultura/#.UqUnHPRDspo>. Acessado em: 08/12/2013.

regional<sup>114</sup>. Na avaliação de um dos diretores da Aiba<sup>115</sup>, Barreiras seria “a capital institucional da região”.

Já São Desidério e Formosa do Rio Preto, por exemplo, apesar de pertencerem a municípios com elevada produção agrícola, parecem seguir outros caminhos. O forte crescimento da economia regional, puxado pelo agronegócio, não se materializa em certas porções da região e para a maioria de sua população. Esse processo acontece à custa de prejuízos para a sociedade e a natureza.

Cidades como São Desidério e Formosa do Rio Preto, apesar de responderem pelo primeiro e sexto maiores PIBs agrícolas do país em 2012, respectivamente, não se constituem como cidades do agronegócio. Isso porque a compartimentação imposta pela modernização do campo acontece sobre a forma de fragmentação, retirando do controle destas urbes a dinâmica agrícola municipal. Nos períodos natural e técnico, Formosa do Rio Preto e outras cidades, como Santa Rita de Cássia e Barra, se beneficiavam com a produção agrícola, principalmente com o seu comércio. Eram povoações localizadas a margem do Rio São Francisco, seus afluentes e sub-afluentes, e por isso mantinham estreitas relações com a navegação fluvial. Isso já não acontece no período técnico-científico-informacional, apesar da elevada produção e da modernização agrícolas de Formosa do Rio Preto, não há substantivas transformações na sede do município, ou seja, não se forma um circuito superior do agronegócio nesta cidade, similar ao que acontece em Luís Eduardo Magalhães.

Tendo todas essas questões em vista, julgamos ser necessário, para cidades como Formosa do Rio Preto e São Desidério, pensar novas perspectivas que considerem a alienação entre a cidade e o campo moderno do seu entorno. Nos cerrados baianos, apesar da intensa modernização do campo, que resultou na formação de um exemplo de cidade do agronegócio ou cidade do campo, também se assiste à existência de cidades menos atrativas ao circuito superior do agronegócio, mesmo que elas estejam localizadas em município com elevada produção da agricultura moderna.

---

<sup>114</sup> Conforme o estudo do Regic realizado pelo IBGE, que lhe atribui a condição de *capital regional*. É considerada também uma cidade média, de acordo Santos (2009) e Corrêa (2006).

<sup>115</sup> Diretor de Relações Institucionais da Aiba, Ivanir Maia.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, nº 11, p. 7-36, 1997. Disponibilizado em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8971>> Acessado em: 23 de jan. 2014.

Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia. **Anuário Da Região Oeste Da Bahia: Safra 2008/2009**. Barreiras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Anuário Da Região Oeste Da Bahia: Safra 2009/2010**. Barreiras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Anuário Da Região Oeste Da Bahia: Safra 2011/2012**. Barreiras, 2012.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia. **Projeto oeste: proteção das águas nas sub-bacias hidrográficas do rio Grande, do rio Corrente e da margem esquerda do rio Carinhanhas**. Salvador, 2010.

BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Questões atuais da reorganização do território**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O bioma cerrado**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acessado em: 06 de ago. 2013.

CALAÇA, Manoel & INOCÊNCIO, Maria. Fronteira da Produção agrícola capitalista do século XX. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Inocencio\\_ME.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Inocencio_ME.pdf)>. Acessado em: 09/09/2013.

CASTELES, Manuel. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Volume I: **A sociedade em rede**. 2ª ed. São Paulo, 1991.

CASTILLO, Ricardo A. Agricultura Globalizada e Logística nos cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, Márcio Rogério Silveira (Org.). **Circulação, transportes e logística**. Outras Expressões, São Paulo, 2011.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço Geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22(3): 461-474, dez. 2010.

CASTRO, Aracelly dos Santos. **Evolução temporal do uso da terra no município de Formosa do Rio Preto – Bahia**. 2012. 39 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília (Departamento de geografia). Brasília, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. Território do Estado: divisão ou fragmentação? Argumentos para um debate necessário. In: FONSECA, Antonio Angelo Martins da; PERTILE, Noeli; CALDAS, Alcides dos Santos; BRITO, Cristovão (Orgs.) **Estado, Território e a Dinâmica das Fronteiras: reflexões e novos desafios**. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2013.

CATAIA, Márcio. A alienação do território: o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (org.) **Território brasileiro, usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região cacauera da Bahia**. 2009. 205 f. Tese – Universidade Estadual Paulista (IGCE). Rio Claro, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Ester de Araújo. **História de uma cidade Formosa a margem de um belo rio Preto**. Jograf Impressos: Barreiras, 2009.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: Edusp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Científica no Brasil: Impactos Territoriais e Sociais**. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (org.) **Território brasileiro, usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003b.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre os Espaços Agrícolas de Exclusão. **NERA – Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária - UNESP, Presidente Prudente**, Ano 9, nº. 8, p. 29-51, Jan.-jun./2006.

\_\_\_\_\_. Globalização e fragmentação no espaço agrícola do Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales** (Universidade de Barcelona), Barcelona, Vol. X, núm. 218 (03), agosto de 2006b.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **R.B. Estudos Urbanos e Regionais** V. 13, Nº 2, nov. 2011. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/400/376>  
Acessado em: 16/03/2013.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 23ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2010.

FERNANDES, Eduardo; GUIMARÃES, Bruna de Almeida; MATHEUS, Romulo Ramalho. Principais empresas e grupos brasileiros do setor de fertilizantes. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 29, p. 203-228, mar. 2009 Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta\\_Expressa/Setor/Complexo\\_Quimico/200903\\_06.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Complexo_Quimico/200903_06.html). Acessado em: 04 mar. 2014.

FERREIRA, Ignez. A gestão do espaço agrário. **Revista Brasileira de Geografia**. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 53, nº 3, IBGE, Rio de Janeiro, jul.-set./1991, p. 33-66.

FILHO, Antônio Muniz dos Santos; FILHO, Jorge Ney Valois Rios. A revalorização econômica do oeste baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães – BA. Revista **Pegada** – vol. 9 n.2 – UNESP, Presidente Prudente, 2008.

FILHO, Jorge Ney Valois Rios. **Segregação Socioespacial na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães (BA)**. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia (POSGEO). Salvador, 2012.

FONSECA, Antonio Angelo Martins, OZANA, Rebouças e VIEIRA, Vanessa da Silva. Gênese e dinâmica do município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia. In: FONSECA, Antonio Angelo Martins; BRITO, Cristóvão e LÉDA, Renato (Org.). **Dinâmica da Reestruturação do espaço local e regional no Estado da Bahia**, Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2010, p. 214.

FREDERICO, Samuel. Expansão da fronteira agrícola moderna e consolidação da cafeicultura científica globalizada no Oeste da Bahia. **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 2, n. 2, 2012. Campinas, 2012.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). 8ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

GEIGER, Pedro Pinchas. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 5ª ed., São Paulo: Hucitec, ANPUR, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997, p. 293.

\_\_\_\_\_. **Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo**. 2ª ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2013.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

ILÁRIO, Clayton Gomes. **Região Agrícola competitiva e logística no Oeste da Baiano**. 2011. 120 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas - Pós-graduação em geografia análise ambiental e dinâmica territorial. Campinas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=291110>>. Acessado em: 06 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. XX volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

JUNGES, Maria Dania. **Formosa do Rio Preto Ontem e Hoje**. Topbooks (Realização: Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo), 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino & MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O território sob o “Efeito Modernizador”: a face perversa do desenvolvimento. **Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, Nº 13, p. 63-69, set. 2006. Campo Grande, MS.

PITTA, Ignez Almeida. Documentos barreirenses – coleção do professor – volume I – **Barreiras, uma história de sucesso**. Resumo didático desde as origens até 1902. Barreiras: Cangraf, 2005. p. 36.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: Pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Revista Internacional Interdisciplinar **INTERTHESIS** – PPGICH UFSC. 11 jun 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (org.) **Território brasileiro, usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. 2ª ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Clovis Caribé Menezes dos. **Impactos da modernização da agricultura no Oeste Baiano**: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80. 2000. 234 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia (POSGEO). Salvador – Ba, 2000.

\_\_\_\_\_. **Oeste da Bahia**: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 2007. 239 f. Tese Universidade Federal da Bahia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador, 2007.

SANTOS, Milton. **A totalidade do diabo**: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. São Paulo: Hucitec, 1977. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/site/de-milton-santos/>. Acessado em: Ago. de 2014.

\_\_\_\_\_. **O retorno do território.** In: Território: globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994 (15:20).

SANTOS, M. et al. **O Papel ativo da Geografia:** Um Manifesto. 12º Encontro Nacional de Geógrafos: Florianópolis. 2000. Disponível em: <[http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto\\_MiltonSantos-outros\\_julho2000.pdf](http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf)>. Acessado em 27 de Ago. de 2013.

\_\_\_\_\_. Revelações do território globalizado. In: **Milton Santos o país distorcido.** São Paulo: Publifolha, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço:** espaço e tempo - razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira.** 5ª ed. 2ª reimpressão, São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS FILHO, Milton et. al. **O processo de urbanização no oeste Baiano.** Recife, 1989, p. 281.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução Territorial e Administrativa do Estado da Bahia.** Salvador, BA, 2003.

SILVA, M. Auxiliadora; Toledo Jr, Rubens de; Dias, Climaco C. Siqueira (Org.). **Encontro com o pensamento de Milton Santos:** O lugar fundamentando o período popular da história. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2005.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.



SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, funcionamento técnico e funcionamento político na rede urbana argentina e nordpatagônica. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 5ª ed., São Paulo: Hucitec, ANPUR, 2002.

SOUZA, Maria Adélia A. Geografia da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 5ª ed., São Paulo: Hucitec, ANPUR, 2002.

SORAIA, Ramos. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2005.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (org.) **Território brasileiro, usos e abusos**. Territorial, Campinas, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

VALE, Raquel de Matos Cardoso do & REIS, Simony Lopes da Silva. A bacia hidrográfica do Rio Preto: repercussões ambientais de um modelo agroeconômico industrial. In: **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além-São Francisco**. VALE, Raquel de Matos Cardoso & SANTOS, Clovis Caribé Meneses (Orgs.). Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

VIEIRA, Vanessa da Silva. **O governo local e a promoção econômica a partir do Marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães**. 2007. 142 f. Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas, Campus V. Santo Antônio de Jesus –Ba.